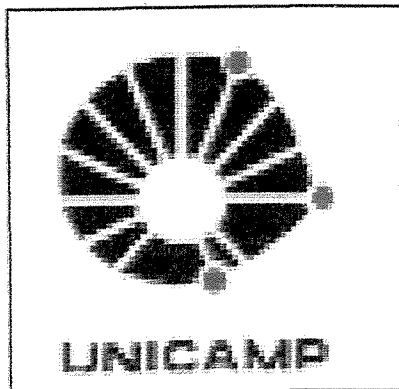




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

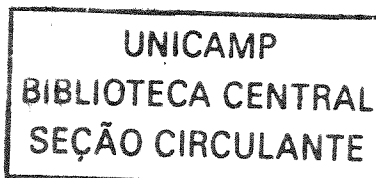
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A MATERIALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA EM JATAÍ: UM ESTUDO DA RELAÇÃO DO
PODER PÚBLICO COM A COMUNIDADE JATAIENSE NA CONFIGURAÇÃO DA AÇÃO
DA SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO

CÁTIA REGINA ASSIS ALMEIDA LEAL

CAMPINAS – SÃO PAULO

AGOSTO – 2002



200304084

UNIDADE Bc
Nº CHAMADA T/UNICAMP
L473m
V EX
TOMBO BC/ 52.569
PROC 16-124/03
C 0 X
PREÇO R\$11,00
DATA 13/03/03
Nº CPD

CM00180712-7

BIB ID 284884

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

Leal, Cátia Regina Assis Almeida

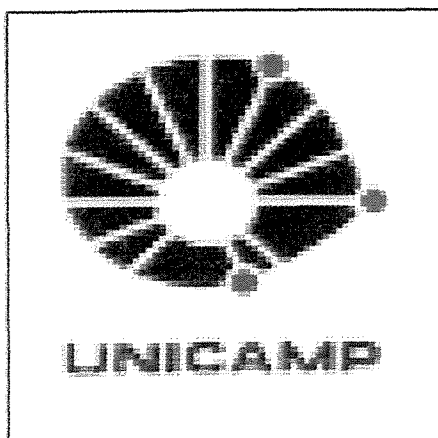
L473p^m

A materialização da democracia em Jataí: um estudo da relação do poder público com a comunidade jataiense na configuração da ação da Superintendência de Esporte e Lazer do município / Cátia Regina Assis Almeida Leal. – Campinas, SP: [s. n.], 2002.

Orientador: Lino Castellani Filho

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Educação Física. 2. Políticas públicas. 3. Democracia. 4. Movimentos sociais. 5. Associação de moradores. 6. Esporte. 7. Lazer. I. Castellani Filho, Lino. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.



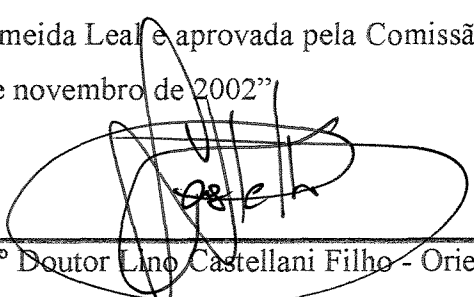
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A MATERIALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA EM JATAÍ: UM ESTUDO DA RELAÇÃO DO
PODER PÚBLICO COM A COMUNIDADE JATAIENSE NA CONFIGURAÇÃO DA AÇÃO
DA SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO.

“Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação de mestrado, defendida por Cátia Regina
Assis Almeida Leal e aprovada pela Comissão Julgadora
em 27 de novembro de 2002”



Profº Doutor Lino Castellani Filho - Orientador

CAMPINAS – SÃO PAULO

AGOSTO – 2002

Banca Examinadora

Profº Dr. Lino Castellani Filho
(Orientador)

Profº Dr. Antônio Carlos Bramante
(Titular)

Profº Dr. Marco Paulo Stigger
(Titular)

Profº Dr. Luiz Gustavo Gutierrez
(Suplente)

Dedicatória

*Ao esposo Odonil; aos filhos, Vitor, Flávia e Airton; à
minha mãe, Silvia.*

Agradecimentos

Agradeço

A Deus por existir e ser capaz.

A toda minha família. Especialmente ao esposo e filhos por terem me suportado durante todo esse processo de reflexão e tensão. À minha mãe e à Fátima que assumiram incansavelmente minhas tarefas domésticas e maternas durante minhas infinitas ausências.

A todos os meus colegas do Curso, que, de uma forma ou outra, contribuíram no cotidiano com a troca de experiências, acrescentando informações para a elaboração deste trabalho.

Ao professor, colega e diretor da Faculdade de Educação Física em Goiânia, Nivaldo Antônio Nogueira David, pela oportunidade de cursar esse mestrado em igualdade de condições com os demais colegas, e, é claro, por ceder tão gentilmente o ‘calabouço’ da FEF durante a realização das aulas.

Ao Professor, colega, diretor do Campus Avançado de Jataí e amigo, Walter Nilton Celestino da Silva, ‘Valtinho’, que nunca mede esforços para nos apoiar e encorajar.

Especialmente à Minéia, por possuir como virtude o poder de perdoar, chegamos juntas no final; à Vivianne pelo companheirismo, embora silencioso; à Katiúscia pela Laura. Obrigada a vocês pela agradável convivência, companheirismo e trocas de experiências durante todo esse período que durou o curso, especialmente pela paciência nos intermináveis módulos durante os quais ficávamos hospedadas no ‘calabouço’ da FEF em Goiânia.

A todos os professores que tive durante o curso, por terem me possibilitado, além dos conhecimentos científicos, a possibilidade de um crescimento enquanto cidadã capaz de pensar, e, acima de tudo, pensar de maneira crítica, a nossa realidade social.

Aos professores Antônio Carlos Bramante e Marco Paulo Stigger pelas excelentes contribuições dadas e esse trabalho.

A todos os colegas de trabalho da FEF/CAJ/UFG que, durante todo o período que durou o curso, não mediram esforços para nos poupar de nossas atividades e até assumindo algumas delas. Vou agradecer-lhes nominalmente, pois não corro o risco de esquecer ninguém. Obrigada Edney, Ana Lúcia, Renata, Marinês, Keila, Kelly, Lílían, Márcio e Alexandra, vocês são o grupo de trabalho de que sempre quis fazer parte.

À Renata, especialmente pelos momentos de anti-stress que tivemos com nossos trabalhos artesanais, isso foi muito importante para que eu pudesse encontrar o equilíbrio e continuar a produção.

Ao meu orientador, Professor Doutor Lino Castellani Filho, por toda a dedicação e paciência no processo de orientação.

Ao Plínio, companheiro e amigo incansável, que tanto foi eficiente e me ajudou na coleta de dados da pesquisa de campo. Obrigada pelos momentos de longas conversas e reflexões: foram muito importantes para a concretização deste trabalho.

Aos funcionários da Assessoria Jurídica, da Superintendência de Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Jataí e aos componentes da diretoria da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro que se dispuseram, a todo o momento, a nos atender e fornecer todas as informações de que precisávamos.

À professora Enilva pela eficiência e rapidez empregadas por ocasião da revisão ortográfica/gramatical do trabalho.

À amiga Cláudia, pelo importante apoio espiritual, e por segurar todas as minhas ausências nos momentos em que trabalhávamos juntas. Pela primeira vez estou sentindo a ‘dor’ pelo nosso distanciamento provocado pela vontade de Deus.

À Professora e amiga Luciene Lima de Assis Pires, que me acompanhou durante todo o processo de construção desse trabalho, e por ter me amparado num dos momentos mais difíceis. Lu, obrigada por ser esta pessoa maravilhosa que você é, peço a Deus que multiplique para você e sua família tudo que você tem feito por mim desde quando nos conhecemos.

Resumo

Esta dissertação é o resultado de nossas experiências, tanto no campo particular como no campo profissional. Essas experiências contribuíram sobremaneira para a construção do estudo, que é a expressão de muitas lutas e inquietações. A pesquisa foi realizada observando os referenciais teóricos relativos ao tema, algumas fontes documentais, entrevistas e uma observação participante na Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro da cidade de Jataí - Go. Teve como objetivo central investigar, na teia das relações estabelecidas entre a sociedade civil organizada e o Poder Público – a primeira representada pela Associação de Moradores de Bairro do Conjunto Rio Claro, e a segunda pela Superintendência de Esporte e Lazer do Município –, tanto a materialização da democracia quanto a configuração da ação Esportiva e de Lazer explicitadas nos programas da Superintendência mencionada. O trabalho se justifica na medida em que procuramos compreender a organização da sociedade no que se refere à sua comunicação e relacionamento com o poder público, como ela se organiza e reivindica a satisfação de suas necessidades e com quais instrumentos. Para isso, identificamos a Superintendência de Esporte e Lazer, através de uma contextualização histórica e dos programas desenvolvidos por ela. Entretanto, para que ficasse claro o papel que a Superintendência desenvolve no Poder Público, apontamos também alguns dados sobre o município, através de sua forma de organização política no que tange à materialização da democracia, e ainda o posicionamento popular diante dessa política. A pesquisa contempla, também, um estudo sobre o trabalho desenvolvido pelas Associações de Bairro do município de Jataí e é apresentada de forma bastante detalhada; uma delas, através de uma observação participante. A dissertação procura apontar, por meio das considerações transitórias, a realidade encontrada, ou seja, um modelo político-democrático altamente centralizador e com participação popular bastante limitada. Podemos ressaltar que o estímulo proveniente do conjunto de reflexões contidas neste trabalho funda-se no intuito de apresentar novos subsídios que tragam nos orientações na incansável luta pela superação desse modelo de sociedade da qual somos, fazemos e temos parte.

Abstract

This dissertation is result from our experiences in the personal field as much as in the professional field. These experiences contributed for the built of the study, which is the expression of very struggles and uneasinesses. The research was did observing the theoretical refereings with regard to the theme, some documental source, interviews and a participant observation in the Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro of Jataí. The research had as central aim to investigate, in the welt of the established relations between organized civil society and the public power – the first represented by the Associação de Moradores de Bairro do Conjunto Rio Claro, and second by the Superintendência de Esporte e Lazer do Município, so the materialization of the democracy as the configuration of the sportive and the leasure action explicit in the programs of he “Superintendência. The work is justified in the extend that we look for to understand the organization of the society regarding to the communication and relation: on with the public power, how it organizes herself and claim the satisfaction of her necessities and with what tools she does it. For this, we identify the “Superintendência de Esporte e Lazer”, through a historical setting and developed programs. However, to be clear the role the “Superintendência” develops in the public power, we point too same date about the municipality through of her way of politic organization in What refereers to the materialization of the democracy, and the popular positioning front this policy too. This research warrants, too, a study about the work developed by the “Associação de Bairro” of the municipally of Jataí and presents of a detailed ways, one of it through the participant observation. The dissertation looks for to point through the transitory knowledgements, the meted reality, o. g., a high centralizer politic democratic model and with a very limited particular participation. We can emphasize the stimulus coming from the whole contented in this work bottom itself in the intuit of to present, new subsidies that bring us orientations in the indefatigable fight for the superation of this model of society which we make and do part.

Sumário

	Introdução.....	01
I	Políticas Públicas de Esporte e Lazer de Jataí.....	08
1.1	Políticas Públicas: aproximações conceituais.....	09
1.2	Estrutura político-administrativa.....	15
1.3	Secretaria/Superintendência de Esporte e Lazer.....	20
1.4	Programas desenvolvidos.....	25
II	Democracia representativa e democracia participativa	34
III	Associações de Moradores de Bairro.....	46
3.1	A criação dos bairros jataienses.....	48
3.2	O surgimento das Associações de Moradores de Bairros.....	49
3.3	Conjunto Rio Claro.....	60
3.4	Pesquisa: apresentação e análise dos dados.....	64
IV	Considerações finais.....	89
	Referências Bibliográficas.....	94
	Anexos.....	97

Introdução

Gostaríamos de iniciar esse trabalho fazendo uma apresentação da realidade pesquisada. Para isso, procuraremos traçar algumas informações que mostrem o perfil do município. Jataí está localizada no Sudoeste de Goiás, a 308 km da capital, Goiânia. Segundo o IBGE (2000), Jataí possui um contingente populacional de 52.000 eleitores e 75.451 habitantes, tendo como densidade demográfica 10,96 hab./Km² e uma área de 7.174,11km. Desses, 68.821 habitantes residentes na zona urbana e 6.630 na zona rural. Durante as décadas de 60, 70 e 80, a região do sudoeste se tornou uma das áreas de maior incremento populacional, superando inclusive os índices alcançados pelo Estado.

Segundo Machado (1996), a explicação para este fato está ligada à expansão do cultivo da soja na região, que se fez basicamente a partir da migração de produtores gaúchos. O sucesso da agricultura na região ocorreu basicamente em função do favorecimento climático, pois o clima é tropical, com duas estações bem definidas pelo regime sazonal de chuvas. A cobertura vegetal é formada por diferentes formas de cerrado, as regiões altas são de topografia plana ou levemente ondulada, denominada de chapadão, muito propícia ao desenvolvimento da agricultura, produzindo, por isso, anualmente elevados números de grãos com representatividade no cenário estadual e nacional. As transformações que se efetivaram em Jataí, no processo de expansão da economia do sudoeste, condicionaram o seu desenvolvimento posterior: estrutura produtiva fortemente vinculada ao cultivo da soja e desenvolvimento através de uma política de modernização da agricultura. Podemos tomar como exemplo a safra 99/00 que, segundo o IBGE (2001), elevou o município a maior produtor de milho-safrinha do Estado. A safrinha¹ representa um acréscimo, na produção normal de grãos, de 68,82%, ou seja, um considerável aumento de produção sem abertura de novas áreas e grandes investimentos.

Um outro vetor da economia local é o desenvolvimento da agropecuária, que conta com uma produção bovina, suína, equina, aves, uma produção leiteira e uma grande produção de ovos. Segundo Machado (1996), a economia de Jataí está fortemente ligada à pecuária e chegou, na década de 50, a ter o segundo maior rebanho bovino do Estado; posteriormente, sua economia passou a ser determinada pelo cultivo de soja para a exportação. Outro importante ramo em

¹ Safrinha é uma colheita de grãos realizada após a safra do verão.

expansão é o parque industrial, que, até o momento, segundo o IBGE (2001), possui 05 indústrias de processamento de leite, 02 de processamento e refinação de óleo de soja e milho, 40 confecções, 03 frigoríficos, 23 cerâmicas e 35 beneficiadoras de arroz. Um fator que contribuiu para a expansão da região sudoeste foi sua proximidade aos grandes mercados e pelas relações de comércio estabelecido com o Triângulo Mineiro. Através, inicialmente, da pecuária e depois da agricultura, esta região foi gradativamente se submetendo à lógica da economia de mercado.

No que se refere à Educação, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação Jataí e Delegacia Regional de Educação, Jataí possui 22 escolas municipais, 14 escolas estaduais atendendo aproximadamente 19.238 alunos e quatro pólos educacionais rurais. Na Educação Superior possui três instituições, sendo elas Universidade Federal de Goiás – Campus Avançado de Jataí com os cursos Letras Licenciatura em português, Letras Licenciatura em inglês, Pedagogia, Geografia, Educação Física, Ciências Biológicas, Agronomia, Matemática e Medicina Veterinária, que já colocaram no mercado de trabalho da cidade e região, aproximadamente, 1.000 profissionais segundo dados da UFG – CAJ, além da Pós-graduação, especialização em Gestão Escolar e Educação Infantil, que já qualificou 82 profissionais; CESUT – Centro de Ensino Superior de Jataí com os cursos de Direito e Administração de Empresas que, juntos, já formaram 1202 profissionais, segundo fontes do Cesut; e CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, com o curso Tecnológico em Informatização. Este com 30 alunos, conforme fonte do CEFET. Segundo IBGE (2000), o índice de alfabetizados no centro-oeste é de 90,3% e em Jataí é de 89,8%. Esses dados consideram os habitantes na faixa de dez anos acima.

Quanto à organização do espaço, na Prefeitura Municipal, especificamente na Secretaria de Obras e Urbanismo, encontramos uma distribuição geográfica da cidade claramente dividido por setores ou bairros. Essa organização da cidade é representada em um mapa, constantemente atualizado e disponibilizado à população na prefeitura. Ele existe para, entre outras coisas, efeito de arrecadação de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ou seja, cada setor ou bairro possui um mês específico para pagar seus impostos. Sendo assim, Jataí se divide em 67 bairros, estes formam 32 Associações (a maioria delas representa mais de um bairro).

Diante do acima exposto, optamos por investigar como se desenvolvem as Políticas Públicas na teia de relações que permeiam a sociedade organizada da cidade de Jataí, enfocando especificamente o campo de conhecimento do Esporte e Lazer, pautado em pesquisa de campo realizada nas associações de moradores de bairros da cidade. Para isso, se fez necessário nortear

esses estudos procurando respostas para algumas perguntas: Como a sociedade civil organizada se relaciona com o governo? Como o poder público se faz presente? A quem ele atende? Como a população jataiense reivindica a satisfação de suas necessidades com ênfase nas esportivas e nas de lazer? Como a população se organiza? Qual o papel das associações de moradores de bairros? Quem constrói a interlocução entre as associações de moradores e o poder público?

Para compreender tais indagações, tivemos que resgatar algumas informações históricas do município e procuramos mostrar algumas de suas tendências políticas. A administração do município está, atualmente, em poder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a exemplo de uma série de outros municípios. Podemos encontrar, em Assis (1991), quando ele relata em seu livro “A Obra do Século”, uma série de dados que nos indica que o município foi historicamente administrado por partidos dessa frente política. Chamou-nos a atenção a continuidade de governos pertencentes ao mesmo partido, ou seja, é a mesma estrutura administrativa que perdura por mais de cem anos de autonomia política do município.

Um importante aspecto dessa pesquisa deve ser ressaltado: apontamos como uma de nossas indagações acima a questão da reivindicação e da satisfação das necessidades da população jataiense nos aspectos, entre outros, do Esporte e do Lazer. Entretanto, faremos uma discussão conceitual envolvendo somente o Esporte, não abordando o Lazer. Assim o faremos em virtude de que estes possuem algumas semelhanças, porém suas diferenças são conflitantes no que se refere à realidade pesquisada. O lazer em Jataí ocorre de maneira muito diversificada ou talvez se pudesse dizer fragmentada. Para Veronez (2001), essa forma de ver o Lazer ocorre devido à falta de pesquisas e reflexões mais profundas e críticas sobre políticas públicas na esfera do Lazer que reforcem a existência histórica nesse setor, de práticas de caráter clientelista e/ou ações paliativas com fins essencialmente assistencialistas, apoiadas numa concepção utilitária, pragmática, funcional e compensatória do Lazer.

A política de Lazer foi constituída respeitando as mesmas formas que todos os segmentos da vida política do município, ou seja, observando uma hierarquia partidária que vigora no município há vários anos. Portanto, segundo Leal (1997), o Lazer sempre foi oferecido à comunidade em forma de concessão. São raros os eventos que são oriundos da comunidade. Atualmente, há uma nova frente de pensamento rumo a implementação de uma política de Lazer. A partir de outubro de 2001, Jataí se tornou mais uma cidade turística do Estado. A partir de então foi criada a AJATUR – Associação Jataiense de Turismo, constituída de pessoas dos mais

diversos segmentos da comunidade. Essa Associação é responsável por uma série de modificações, o que capacitará a cidade à consolidação do turismo. Entre essas modificações, está presente uma campanha de conscientização da comunidade, de um modo geral, e do comércio local no que se refere ao trato com o turista; uma nova reorganização no trânsito e o reconhecimento desta mudança, exploração e adaptação de locais destinados ao Lazer, como cachoeiras, rios, lagos, entre outros. Somente no segundo semestre de 2001 e primeiro semestre de 2002, foram construídos e entregues à comunidade jataiense dois grandes lagos com excelentes praças de lazer. Um deles, conhecido como Lago Diacuí, foi construído dentro da cidade em um local que era anteriormente abandonado. Hoje é possível ver a utilização desse espaço para diversas atividades, pois ele se constitui em ponto de encontro da população, serve para caminhantes realizarem suas atividades físicas, possui parques infantis e pistas para bicicleta, skate e patins. O segundo, conhecido como Lago do Bom Sucesso, faz parte do projeto do Pólo Turístico Vale do Paraíso, construído a uma distância de aproximadamente 10 km da cidade. Nesse é possível a prática de todos os esportes náuticos, utilização de praias artificiais, parques infantis, entre outras possibilidades de Lazer. Todas essas ações têm proporcionado à comunidade jataiense um enorme leque de oportunidades de Lazer, mas o grande objetivo desses empreendimentos é o turista, na perspectiva dos lucros que ele trará para o município.

Mas, infelizmente, a história tem demonstrado que este tem sido o discurso e a prática mais comum das administrações públicas. Para Veronez (2001), muitos Estados e Municípios de nosso país não possuem sequer um órgão com autonomia financeira e administrativa e com infraestrutura necessária para a gestão e implantação de políticas no setor do Lazer. Nesse sentido, observa-se que as ações desenvolvidas pelo poder público, nesse setor, restringem-se a práticas esporádicas, improvisadas, desorganizadas e desarticuladas das demais ações do governo visando o bem-estar social. As diretrizes e os princípios das políticas públicas de Lazer, quando elaboradas e explicitadas, geralmente, atendem interesses exclusivos de determinadas corporações e de grupos privilegiados, e quando ultrapassam este nível, dificilmente deixam de ter o caráter clientelista e assistencialista.

Ainda segundo Veronez (2001), um outro problema, que pode ser facilmente constatado, refere-se aos cargos ocupados para o cumprimento da função de gestores de políticas de Lazer as quais, geralmente, não seguem qualquer critério técnico, apenas o político, não raro, preenchidos após acordos que pouco ou nada consideram os interesses da população que carece

de políticas públicas neste setor. Em Jataí, nos cargos correspondentes a gestores de políticas de Lazer, a realidade se encaixa perfeitamente nessa máxima, tendo em vista que as pessoas envolvidas nesses cargos não possuem a tal qualificação técnica para os cargos e são pessoas que já ocupam cargos políticos em outros segmentos da esfera pública. Podemos exemplificar facilmente esse fato: o atual Superintendente de Esporte e Lazer do município é o Vice-prefeito, e os administradores dos lagos acima citados também seguem essa regra. Se por um lado, estes fatores revelam o uso essencialmente político do Lazer, por outro, revelam também o despreparo para o exercício da função de gestor público no setor.

Fizemos essa ressalva porque, durante vários momentos nesse trabalho, utilizaremos o termo Lazer, até porque ele está atrelado ao órgão administrativos que exploraremos durante a construção do trabalho. Entretanto, o utilizaremos somente para fins de nomenclatura, porque o Lazer, enquanto área de conhecimento, não tem como fazer parte desse estudo, enquanto objeto de estudo, por inexistência de maiores dados. Um dos motivos que nos levaram a tal delimitação está presente no fato de que em pesquisas realizadas anteriormente, em Leal (1997), constatamos que o Esporte se sobrepõe ao Lazer. Isso poderá ser verificado no decorrer do trabalho de acordo com a exposição dos assuntos.

Quanto à nossa coleta de dados, a fonte utilizada na investigação se deu, inicialmente, por meio de documentos onde constavam as propostas governamentais de gestões anteriores e atuais da Prefeitura Municipal tais como: Plano Diretor, Plano Plurianual, Lei Orgânica do Município, entre outras. No que se refere aos instrumentos de coleta de informações e, considerando a natureza da investigação, conjugados com levantamentos de caráter bibliográfico e documental, utilizamos ainda de entrevistas semi-estruturadas como instrumento². Para Ludke e André (1986) *a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados* (p. 33), e, para Carvalho (1989), *a entrevista semi-estruturada requer que se organize um roteiro para introdução ao tema, mas não há uma preocupação com o controle rígido das respostas, pois seu objetivo é justamente ampliar as perspectivas de análise de um tema...* (p. 154). Nesse sentido, foi estabelecido um diálogo com os colaboradores de forma que eles se sentissem à vontade nas suas contribuições e colocações. Nesse momento da pesquisa, as entrevistas foram direcionadas mais especificamente às pessoas diretamente envolvidas na administração municipal: A Procuradora Geral da Prefeitura e o Vice-prefeito.

² O roteiro de entrevistas se encontra nos anexos do trabalho.

Num segundo momento, dando prosseguimento à nossa pesquisa de campo, fizemos uma entrevista com os presidentes das Associações de Moradores de Bairros, para podermos compreender como se dá a sua organização. Entretanto, das 32, foi-nos possível pesquisar apenas 28, por motivos alheios à nossa vontade. Após conhecer melhor essas Associações, escolhemos uma: A Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro, para executarmos uma observação participante. A população alvo desse estudo é composta, em primeira instância, pelo poder público, através da Superintendência de Esporte e Lazer e, em segunda instância, pelos bairros da cidade de Jataí – Goiás, aqui compreendida através das suas associações representativas, e pela diretoria da Associação de Moradores do Bairro Conjunto Rio Claro.

Além da Observação participante, investigamos ainda documentos pertencentes à Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro como o livro de ata, ofícios e outros, observando, entre outras coisas, as principais reivindicações e conquistas dos moradores. Juntamente com os levantamentos de fontes documentais, realizamos entrevistas com as pessoas envolvidas³, para que a análise das questões fosse enriquecida.

Para compreender melhor essa realidade, estruturamos o trabalho da seguinte forma. No primeiro capítulo procuramos esclarecer, conceitualmente, o que estamos chamando e entendendo por políticas públicas, bem como fazendo uma análise e uma avaliação dessas políticas. Esses esclarecimentos se tornaram importantes na medida em que precisávamos compreender as políticas desenvolvidas para a área de Esporte e Lazer. Complementamos essas informações, mostrando um panorama da Superintendência de Esporte e Lazer dentro do contexto da estrutura político-administrativa do município de Jataí, compreendido pelos eventos e programas desenvolvidos por esta Superintendência, procurando mostrar sua preocupação com a promoção e/ou animação de programas que pudessem atender à comunidade como um todo. O segundo capítulo foi desenvolvido de forma a elucidar a realidade pesquisada nos aspectos da participação popular. Nesse sentido, procuramos teorizar a democracia representativa e a participativa, na perspectiva de compreender melhor cada uma delas e como elas se articulam entre si. Já o terceiro capítulo procurou dar conta de mostrar como a sociedade civil jataiense se articula e se comunica com o poder público local, através das Associações de Moradores de

³ Para maior riqueza de informações, foram entrevistadas várias pessoas, entre elas: O Presidente e alguns membros da Associação de Moradores de bairro do Conjunto Rio Claro, um funcionário da prefeitura, responsável pela interlocução entre prefeitura e Associação de Moradores de Bairros e o presidente da UNAMBATAÍ – União das Associações de Moradores de Bairros de Jataí.

Bairros. Partimos então para o quarto e último capítulo, em que procuramos apontar algumas de nossas conclusões preliminares, pois sabemos que, quando se trata de pesquisas na área humana, nada está pronto e acabado: os atores sociais estão em constantes movimentações e contradições.

Procuramos, de uma maneira ou de outra, contribuir com esse trabalho, mostrando as nossas impressões, ainda que preliminares, sobre os problemas aqui apontados e contribuindo, assim, para um debate, no nosso lócus de trabalho e na sociedade na qual estamos inseridos.

I Políticas Públicas de Esporte e Lazer de Jataí

O caminho que optamos por percorrer durante a construção desse capítulo foi a busca do entendimento de uma questão que não poderia deixar de aparecer nesse trabalho – conceito de políticas públicas. Essa necessidade se tornou ainda mais evidente, para efeito da compreensão dos aspectos Esporte e Lazer, na medida em que trabalhamos com a exposição de dados da Superintendência de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal - os eventos por ela realizados e a implantação de programas na área. Para que isso fosse possível, utilizamos como referencial Leal (1997) que, durante sua pesquisa monográfica, para efeito de conclusão do curso de graduação, levantou dados referentes à referida Superintendência. Fez-se necessário uma atualização desses dados, o que ocorreu quando voltamos à Superintendência em seu sistema de arquivo, que é organizado de forma desordenada. Mas, como já o havíamos pesquisado anteriormente, não tivemos dificuldades, pois já conhecíamos sua forma de armazenamento dos dados.

Entretanto, consideramos que, para melhor compreender esse quadro, seriam necessárias algumas informações que apontassem o perfil do município bem como sua expressão política. Para isso, realizamos um levantamento de fontes documentais nos arquivos da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Jataí. Tal opção foi feita em função de acreditar que essas fontes documentais seriam as mais fidedignas possíveis, e, ainda, pela facilidade de acesso facultada pela instituição, que não fez nenhum tipo de imposição para que fizéssemos o levantamento dos dados. A Assessoria Jurídica da Prefeitura possui um sistema de arquivo muito bem estruturado, tanto na forma de pasta-arquivos com índices, o que facilita a busca por leis específicas, como no sistema de informatização que facilitou imensamente o trabalho.

Todas as ações efetuadas tiveram como objetivo o levantamento de fontes documentais primárias e secundárias. Segundo Ludke e André (1986), o uso de documentos na pesquisa apresenta uma série de vantagens.

Os documentos constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos. Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte 'natural' de informações. Não apenas uma fonte de informações

contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (pág. 39).

De posse de todos os documentos necessários, foi possível mapear os caminhos que deveriam ser percorridos na perspectiva de conhecer a realidade pesquisada. Consideramos que os apanhados legais, bem como o enfoque teórico, servirão de sustentação para a análise de dados que virá à tona posteriormente.

1.1 Políticas Públicas: aproximações conceituais

Segundo Muller e Surel⁴ (1998), uma das maiores dificuldades encontradas, ao se tentar definir o termo política pública, é a diversidade de significações que possui o termo política. Para eles, existe uma distinção entre política, atividade política e ação pública, sendo que, na primeira, a fronteira entre o mundo da política e a sociedade civil pode variar segundo os lugares e as épocas; já a atividade política designaria, entre outras coisas, a competição pela obtenção de cargos políticos, o debate partidário e as diversas formas de mobilização; e a ação pública designa o processo pelo qual são elaborados e implantados programas de ação pública. Para eles *é próprio da análise das políticas lançar um olhar diferente sobre a ação pública em seu conjunto, colocando-se do ponto de vista daquilo que se tornou centro de gravidade da esfera política, a saber, a formulação das políticas públicas* (p. 2). Para esses autores, um dos grandes desafios da análise das políticas públicas é o funcionamento da democracia que termina por colocar o cidadão no cerne da decisão.

Ainda para os autores acima citados, uma política pública pode ser definida como um conjunto de textos legislativos e regulamentares, que dizem respeito a determinado setor, mas, ao mesmo tempo, podem existir políticas mesmo sem uma estrutura especializada. Por isso, *a operação que consiste em delimitar as 'fronteiras' de uma política pública é sempre um tanto temerária* (p. 3), e, portanto, esses contornos não podem ser considerados como dados, e sim aceitarem a suscetibilidade de um processo contínuo de redefinição da estrutura. Para eles, a definição de política pública vai desde a qualificação minimal, *tudo que um governo decide fazer ou não* (p. 3), até as definições mais complexas, em que *a política pública se apresenta como um*

⁴ Esse referencial utilizado foi baseada na obra de Pierre Muller e Yves Surel através de uma versão traduzida por Alceu R. Ferraro (2000).

programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico (p. 3). Por isso toda ação pública, não importa em que nível se dê, e qualquer que seja o domínio a que se refere, entra no campo da análise das políticas públicas.

Considerando o estudo desses autores, uma política pública é constituída por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância ‘visível’ da política;

Para que uma política pública exista, é necessário que as diferentes declarações e/ou decisões sejam reunidas por um quadro geral de ação que funcione como uma estrutura de sentido, ou seja, que mobilize elementos de valor e de conhecimento, assim como elementos de ação particulares (p. 5 e 6).

Mas, para os autores acima citados, essa proposição apresenta algumas dificuldades, tais como: tomar consciência do caráter normativo de todo programa de ação pública, ou seja, entender que toda política governamental se definirá antes de tudo como um conjunto de fins a se atingir; compreender que a ação do Estado não pode ser resumida ao aparelho político-administrativo; e, também, entender que nem todas as medidas devem estar obrigatoriamente reunidas num quadro normativo e cognitivo perfeitamente coerente. Se quisermos *compreender o alcance da ação pública, é indispensável que se tome consciência do caráter intrinsecamente contraditório de toda política* (p. 6). Mas como nem toda política pública se caracteriza por contradições, estas não devem impedir que se defina o sentido das condutas governamentais, até porque a realidade do mundo é, também contraditória, *o que significa que os tomadores de decisão são condenados a perseguir objetivos eles mesmos contraditórios* (p. 7). Portanto, a análise das políticas públicas constitui um duplo impasse para a compressão da ação pública. O primeiro consiste em considerar que só se está na presença de uma política pública a partir do momento em que as ações e decisões formem um todo coerente. O segundo consiste em negar qualquer racionalidade da ação pública em vista das múltiplas incoerências que ela manifesta.

Muller e Surel (1998) defendem que uma política pública deve ser considerada como um conjunto de decisões, que assume a forma de um espaço de relações interorganizacionais e que constitui uma ‘ordem local’, ou seja,

um construto político relativamente autônomo que opera, em seu nível, a regulação dos conflitos entre os interessados, e que assegura entre eles a articulação e a acomodação de seus interesses e de seus objetivos

individuais, da mesma forma que dos interesses e objetivos coletivos (p. 8).

E, portanto, para estudar uma política pública, é necessário considerar o conjunto de indivíduos, grupos ou organizações, cuja posição é afetada pela ação do Estado num espaço determinado. Entretanto, os beneficiários da ação pública, seja envolvidos pela elaboração, seja pela execução de uma política, podem ver-se diante de dois problemas: o modo e a intensidade de participação – que podem variar de um espaço a outro e de um tempo a outro - e os fatores - que determinam essa capacidade de influência no modo e intensidade de participação.

Por isso um dos maiores desafios, nessa análise, é saber se há uma continuidade no modo de ação dos grupos sociais, no quadro das políticas públicas, partindo dos grupos mais divulgados aos menos organizados, que intervêm eventualmente na esfera de certas políticas e que podem até desaparecer completamente uma vez satisfeita a sua reivindicação.

Muller e Surel (1998) apontam também alguns problemas postos na análise das políticas públicas: Segundo eles o sentido da política pública pode ser explícito ou implícito, ou seja, se ela é governamental ou se outros atores interferem na sua determinação. Essa questão se torna implícita na medida em que existe uma *distância inevitável entre os objetivos de uma política tais como são definidos pelos tomadores de decisões e os resultados constatados no momento da implementação* (p. 9). É explícita quando é definida, através de objetivos proclamados pelos tomadores de decisões, o que se revela progressivamente no decorrer da implementação. Por isso, nessa análise, faz-se necessário levar em conta, simultaneamente, as intenções dos tomadores de decisões e os processos de construção do sentido, na prática, na fase de desenvolvimento da ação pública.

Estes autores apontam ainda alguns aspectos da decisão e da não decisão nas políticas públicas e os efeitos políticos e sociais que isso pode acarretar. Nesse sentido eles trazem três casos como exemplo:

A não decisão intencional corresponde a uma situação em que é possível mostrar que com certeza houve vontade da parte dos atores político-administrativos de não decidir; A não decisão controvertida corresponde a uma situação em que o problema em causa é objeto de controvérsia pública muito viva para que possa gerar as condições de produção e/ou de legitimidade de uma ação pública; A não execução corresponde a um caso hipotético no qual uma política, decidida num certo nível, precisa

ser objeto de decisões específicas tomadas por um ou mais níveis político-administrativos diferentes (p.10 e 11).

As características da ação do Estado vão sempre além dos indicadores orçamentários, o que pode levar a alguns erros nas análises das políticas públicas. Eis alguns: a desproporcionalidade do impacto de uma política às despesas que ela ocasiona; o impacto que ela causa versus a dimensão de seu benefício e sua dimensão simbólica.

Para esse autores, a maior parte dos estudos de políticas públicas foi, durante algum tempo, estruturada pelo enfoque seqüencial, que consiste em separar as políticas em uma série de seqüências de ação, que correspondem a uma descrição da realidade e à fabricação de um tipo ideal de ação pública. Esse enfoque apresenta, ao mesmo tempo, vantagens e inconvenientes. As vantagens são a proposição de um quadro simples de análise da ação pública, a qual introduz um mínimo de ordem na complexidade das ações e decisões, que constituem uma política pública; e o rompimento com as representações da ação pública construídas pelas elites dirigentes. Isso mostra que o enfoque seqüencial é menos limitado do que deixam pensar as críticas que às vezes lhe são feitas.

Devemos destacar também alguns inconvenientes desse enfoque. O inconveniente mais evidente diz respeito à visão, por demais linear, que ele propõe de ação pública. Um outro inconveniente é o processo de produção do problema e a escolha da solução. Esse processo tem duas conseqüências principais. A primeira é que *as políticas públicas não servem para resolver os problemas* (p. 15). Isso não significa que os problemas são insolúveis, mas que o processo de resolução é muito mais complexo do que faz supor o enfoque seqüencial. Por isso, *fazer uma política pública não é resolver um problema, mas construir uma representação dos problemas que implementa as condições sócio-políticas de seu tratamento pela sociedade e estruturar dessa maneira a ação do Estado* (p.15). A segunda conseqüência implica na supervalorização da função da solução de problema. Nesse sentido, as políticas públicas não são somente espaços de confronto entre os tomadores de decisões, mas constituem uma dimensão inteiramente à parte da função política da sociedade, já que uma política pública constitui um sistema concreto de ação, no seio do qual os atores vão mobilizar recursos diversos a serviço de estratégias complexas de poder, que visam à realização dos objetivos mais ou menos explícitos e construídos. Mas, para Muller e Surel (1998), política pública é também fazer a política por outros meios, constituindo

as políticas os elementos de um processo global que correspondem a uma combinação de regulação e de legitimação na sociedade.

Não é possível reduzir uma política a um conjunto de estratégias organizacionais, mesmo se a análise dessas estratégias é indispensável para compreender as formas concretas, os mecanismos pelos quais o sentido é 'produzido'. (p. 16)

Ao contrário, é necessário ultrapassar esse quadro restrito, para mostrar que as políticas públicas são, sem dúvida, um elemento de participação política que completa, concorre e/ou interage com os modos tradicionalmente consagrados que são o voto ou a militância.

Gostaríamos de falar um pouco mais sobre a etapa da avaliação, que, para esses autores *consiste em interrogar-se, por diferentes modalidades, sobre o impacto do programa* (p. 13), ou seja, em saber qual tem sido o efeito da política decidida e posta em prática, se é necessário mudar a política na sua concepção ou na sua implementação.

Já para Castro (1989), a avaliação de políticas e programas governamentais tem se constituído como campo de pesquisa. O objetivo central destes estudos visa respaldar as ações de governo ao instrumentalizar o planejamento social e indicar correções de curso. Entretanto, a pesquisa de avaliação é ainda bastante incipiente no Brasil, apresentando-se de forma assimétrica e pouco sistemática entre os diferentes tipos de política social. Para ela, alguns dos principais problemas nesse estudo é a formulação e a implementação de programas e políticas sociais.

A primeira etapa refere-se à escolha de uma determinada política. Tal escolha deve estar pautada em princípios que fundamentam o seu conteúdo e indicam os valores embutidos nos objetivos pretendidos. Segundo essa autora, essa etapa está envolvida com problemas que definem o objetivo das decisões à *medida que toda política pública é uma forma de intervenção na realidade condicionada por interesses ou expectativas sociais* (p. 3) e, por isso, várias dimensões devem ser avaliadas no processo de formação das políticas sociais. A segunda refere-se aos problemas surgidos durante a implementação ou execução de políticas em função de que alguns constrangimentos administrativos, institucionais e econômicos podem ser obstáculos aos objetivos previstos com sua implementação. Segundo Castro (1989), toda política pública obedece a condicionantes de várias ordens, e, por isso, sua avaliação não pode ser apenas de conteúdo, mas também da potencialidade de sucesso de sua implementação.

E diz mais

A avaliação é o instrumento de análise mais adequado para sabermos se uma política está sendo implementada, no sentido de observar criticamente a distância entre as conseqüências pretendidas e aquelas efetivadas, detectando as disparidades entre metas e resultados (p. 3).

Para ela também é possível

acompanhar o progresso de um programa, em fase de implantação, procurando examinar as suas mudanças de curso, uma vez que a implementação de políticas sociais são parte de um processo de interação, caracterizado por efeitos não previstos que redesenham continuamente o curso das ações desenvolvidas num contexto histórico concreto (p. 4).

Para a autora, essa análise só ganha sentido, se remetida à importância do papel do Estado sobre a alocação de recursos que visam reduzir as desigualdades sociais, no sentido de promover o bem-estar dos cidadãos, especialmente, o dos segmentos mais destituídos de direitos sociais. Tal análise não pode se prestar a mero recurso de legitimação política subordinada à lógica da acumulação capitalista. É claro que o conteúdo das políticas sociais, como fator de mudança ou de conservação da ordem social, depende da natureza do Estado e das condições em que se dá o conflito político, observadas as instituições democráticas garantidoras do grau de transparência do processo decisório e do acesso de organizações populares às instâncias decisórias dos objetivos da política e de programas sociais, bem como da priorização na destinação de recursos.

Assim, para Castro (1989), a análise da formação e da definição de políticas sociais, considerando-se os conflitos políticos, pode ser considerada como o critério de justiça que norteia uma dada política, a estrutura de carências e desigualdades, que ela pretende mudar, e as relações de poder nelas expressas. A análise da implementação deve levar em conta a estrutura administrativo-organizacional responsável pela sua execução, bem como as formas de gestão e as práticas institucionais que alteram e deslocam objetivos e mobilizam poderes e saberes de agências e técnicos.

Entretanto, para que a avaliação se concretize, é condição indispensável a geração de dados confiáveis por órgãos e agências responsáveis pela execução do programa avaliado. A avaliação deve permitir que o processo de implementação ou implantação de uma dada política se

beneficie dos problemas detectados pelos analistas, os quais podem contribuir para o contínuo refinamento da compreensão quanto às causas do sucesso ou do fracasso.

A autora acima, citando Figueiredo e Figueiredo, diz que o que importa na avaliação é o estabelecimento das conexões lógicas entre os objetivos da avaliação, os critérios da avaliação e os modelos analíticos capazes de dar conta de toda avaliação. Sob esse ponto de vista, os autores destacam que a pesquisa de avaliação de políticas deve analisar quais são os produtos e/ou impactos gerados por determinadas decisões governamentais, e as razões que motivaram sua avaliação.

A autora afirma, ainda, que alguns estudiosos indicam a avaliação compreensiva como procedimento mais adequado para a avaliação de políticas. Trata-se de combinar a análise do processo e dos impactos provocados pela implementação de um programa, relacionando-os aos objetivos previamente definidos e à compreensão das causas que interferiram na sua implantação, buscando entender a conexão entre os 'inputs' e os 'outcomes' observados, no sentido de tentar responder à seguinte indagação: o que está acontecendo e por quê?

1.2 Estrutura político-administrativa

Entendemos ser importante compreender como o município se organiza e se estrutura do ponto de vista da administração pública. Para isso, vamos procurar elucidar como se dá a organização político-administrativa de Jataí.

No período de 1945-64 aconteceu a primeira experiência com a democracia representativa na história política brasileira, expressa através da Constituição de 1946. Nesse período, Jataí vivenciou a posse do Governador do Estado, José Feliciano Ferreira, e do Prefeito, Antônio Soares Gedda, ambos Jataienses, sendo que o último concorreu com outros 3 companheiros correligionários do PSD. Durante longo período, o município foi dominado pelo PSD. No período de 1964-85, o cenário político jataiense foi marcado pela presença do grupo parlamentar de situação constituído pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), organização partidária, que adquiriu proporções quase equiparáveis a uma situação de partido único. No período de 1973 a 1977, Jataí vivia a última gestão da ARENA, e, somente a partir de 1977, o MDB conseguiu elevar-se ao poder no município com a eleição do prefeito Mauro Antônio Bento, naquele momento considerado como liderança de oposição. A partir de 1985, com o

retorno dos civis à presidência, O PMDB, que sucedeu o MDB, continuou a predominar na cidade de Jataí; entretanto, durante este pleito, a prefeitura foi administrada pela primeira vez por um partido considerado de esquerda que, naquele momento, era representado pelo MDB, mas, no mandato seguinte, a prefeitura, que continuou sendo administrada pelo agora PMDB, já não se via mais diante da tão sonhada oposição, já que, para Schimitt (2000), neste período, o referido partido já estaria caracterizado como partido de centro.

Em Jataí, desde 1985, o PMDB vem administrando a prefeitura. Entretanto, de 1997 até agora, 2002, a prefeitura vem sendo administrada pelo prefeito Humberto de Freitas Machado. No mandato de 1994 a 1997, ele atuou como vice-prefeito; no de 1997 a 2000, como prefeito, e no de 2001 a 2004, também como prefeito, mas agora, diante da mudança partidária predominante no Estado, o partido incorporou uma coligação com o Partido Liberal (PL) para a vice-prefeitura, uma forma de fortalecimento dos executivos. Temos, então, como objeto de estudo, uma prefeitura pautada em uma história política de partidos considerados de direita.

Para Vasquez (2001), já há bastante tempo a posição política dos representantes do povo é chamada de direita ou esquerda. Essa dicotomia se generalizou e sobreviveu em épocas distintas. Durante quase dois séculos, o significado dos termos antagônicos esteve claro, e não só para designar os extremos, mas também para situar os agentes políticos que, não obstante o seu alheamento a esses extremos, não deixavam de ser reconhecidos como de direita ou esquerda. É verdade que a linha divisória não era rígida, pois variava historicamente, e que uma mesma força política, em diferentes momentos históricos, podia ocupar, como vimos anteriormente, a posição de esquerda ou direita frente à qual se havia situado em outro momento.

Atualmente a cidade é administrada pelo Prefeito reeleito, Humberto de Freitas Machado – PMDB, que já participa do executivo por três mandatos, conforme explicações anteriores. Segundo Campos (1987), *nota-se claramente uma não renovação, a constante reeleição, e não se percebe uma carreira política mais ou menos institucionalizada* (p. 57). Em algumas circunstâncias, essa não renovação, ou até mesmo uma constante reeleição, pode ser benéfico e salutar para os programas políticos daquele momento, em determinada Cidade ou Estado. É o caso, por exemplo, dos governos da frente popular, que estão administrando várias cidades do Brasil, com a participação popular na gestão pública. Mas, em outras circunstâncias, essa não renovação ou constante reeleição pode ser maléfica na medida em que reforça o clientelismo, a formação de currais eleitorais e o autoritarismo.

De acordo com a Lei nº 2.062/99, o Plano Diretor Urbano do município é formado pelo Código de Edificações, Código de Posturas e pelas Leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano e do Parcelamento do Solo Urbano. *Este estabelece os princípios de desenvolvimento urbano e visa orientar as diversas atividades públicas e particulares objetivando o seu desenvolvimento de forma integrada e global (§ 1º).*

O Plano Diretor Urbano de Jataí tem como objetivo

garantir o equilíbrio entre o crescimento demográfico/econômico e a qualidade de vida e bem-estar da população na área urbana definida nos seus limites de perímetro por lei específica e dividida em zonas de usos característicos (Lei nº 2.062/99 § 3º).

No Plano Diretor Urbano fica bem explícito que se entende que a função social da cidade é

assegurar as condições gerais para o desenvolvimento da produção, do comércio e dos serviços e, particularmente para a plena realização dos direitos dos cidadãos como o direito à saúde, à educação, ao saneamento básico, ao trabalho e à moradia, ao transporte coletivo, à segurança, à informação, ao lazer e à qualidade ambiental e à participação no planejamento (Lei nº 2.062/99 § 4º).

Ao identificar, nessa Lei, a menção feita à participação, no planejamento, atentamos-nos para investigar de que maneira isso ocorre. Nesse sentido, optamos por fazer uma entrevista junto ao atual Vice-prefeito e Superintendente de Esporte e Lazer (anexo I), já que esse se disponibilizou a nos prestar as informações de que precisávamos, o que não foi possível junto ao Prefeito Municipal. Cabe salientar que o Vice-prefeito e Superintendente de Esporte e Lazer prestou-nos várias informações, mas utilizaremos nesse momento apenas as que dizem respeito a esse assunto. As demais aparecerão em momentos oportunos.

Inicialmente, perguntamos a ele o que entendia por participação popular, e ele nos respondeu que

é uma reunião em que os representantes dos bairros juntamente com o poder público né, com os representantes da prefeitura, trocam idéias, se reúnem, inclusive pra fazerem o orçamento, participam do orçamento participativo, enfim hoje o mecanismo é esse, existe uma conjunção não

só dos políticos como dos representantes dos poderes legislativo e executivo com a comunidade através dessas associações e trazem sempre idéias importantes e dão sugestões para as nossas administrações.

Posteriormente, indagamos se ele acha que a população jataiense é participativa, e ele nos disse que *o jataiense é exigente e tem uma participação importante no dia-a-dia, (...) cobrando benefícios, mais acima de tudo é uma comunidade que reconhece também o que a administração atual tem feito, então nos somos contentes com participação do jataiense no sentido de também ajudar na administração.*

Quando lhe perguntamos como ele acha que acontece a participação popular, no planejamento que está assegurado no Plano Diretor, encontramos uma contradição em relação às respostas anteriores: *a participação popular, na verdade, do plano diretor ela é mínima né, já que isso é mais definida internamente entre as pessoas responsáveis por essas áreas, então dessa forma não tem a participação efetiva da comunidade.* Através dessas informações, não nos foi possível compreender claramente as questões argüidas: afinal, a população participa ou não do planejamento da cidade? É evidente a contradição, pois, em determinado momento, ele afirma que o mecanismo de participação é o orçamento participativo e, em outro, que a participação popular, que é assegurada no Plano Diretor, é mínima. E que as decisões são tomadas internamente por pessoas responsáveis por suas áreas.

Um ponto relevante para esse trabalho, em relação ao Plano Diretor Urbano, é a Lei do Parcelamento do Solo Urbano. Ela estabelece as áreas percentuais de terreno a serem doadas para o poder público, os tamanhos dos elementos do sistema viário, das quadras e lotes e exigências afins de suas implantações, ficando estabelecidas as seguintes diretrizes:

Assegurar a existência de uma estrutura urbana adequada com os serviços de infra-estrutura básica como rede de água, esgoto sanitário, águas pluviais, coleta de lixo, pavimentação e equipamentos públicos necessários ao atendimento da população;

Consolidar os setores comerciais, habitacionais, industriais e de prestação de serviços através da ordenação do solo urbano;

Preservar os mananciais, fundos de vales, nascentes, controlando a ocupação nestas áreas;

Direcionar o crescimento da cidade, a médio e longo prazo para a região oeste do perímetro urbano, que oferece boas condições

topográficas para a urbanização e com a correspondente expansão da rede viária e de infra-estrutura básica (Lei nº 2.062/99 § 3º).

Outro fator importante a ser salientado está presente na Lei nº 2.065/99, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, disciplinando o crescimento da cidade tanto em áreas já urbanizadas como nas programadamente destinadas à utilização urbana, e que disciplina a criação de novos loteamentos. Para efeito de aplicabilidade da referida Lei, são considerados como equipamentos comunitários: os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, segurança, lazer, assistência social, esporte ou associativismo. As áreas destinadas ao uso público são aquelas com finalidade específica de utilidade pública, tais como: a implantação de locais destinados à educação, à saúde, à cultura, à administração e ao culto religioso. São consideradas áreas verdes ou áreas livres todas as áreas destinadas à recreação, ao esporte e ao lazer da população, tais como praças, bosques e parques.

Vale ressaltar que essas áreas destinadas a uso público não poderão constituir parte inferior a 35% da área total parcelada, sendo que, no mínimo, 20% deverão ser destinadas para as vias públicas e sistema de circulação; 7,5% às áreas verdes e 7,5% às áreas institucionais ou para equipamentos comunitários.

O Código de Edificações do município, Lei nº 2.063/99, indica que as edificações designadas à reunião de natureza esportiva são aquelas que se destinam, dentre outras, às atividades de corridas de animais, e de veículos, estádios e ginásios, clubes esportivos, piscinas cobertas ou não e ambientes destinados à prática de esportes. As edificações destinadas aos locais de reunião com finalidades recreativas ou sociais, são aquelas destinadas, dentre outras, às atividades de clubes recreativos ou sociais, às sedes de associações ou agremiações, aos salões de dança ou festa, à boates e a ambientes para jogos. As edificações destinadas aos locais de reunião, com finalidades culturais, são, dentre outras, as atividades de cinema, bibliotecas, auditórios e salas de concerto, teatros e casas de espetáculos e museus. O código deve atender, pelo menos, às exigências do lazer, da qualidade ambiental e da participação no planejamento.

Na entrevista realizada com o Vice-prefeito e Superintendente de Esporte e Lazer, ele nos informou que, nas administrações passadas, Jataí não tinha um Plano Diretor e que *ruas eram abertas sem critérios, casas construídas, invasões acontecendo nos bairros e hoje depois dessa lei, da implantação dessa lei a coisa mudou*. Segundo ele, hoje tudo é feito com critério, ou seja,

o Plano Diretor traça as diretrizes para um crescimento organizado. Informou-nos ainda que este *foi elaborado por profissionais do mais alto gabarito*.

Um outro importante segmento que devemos apontar aqui é a câmara de vereadores, que é composta por quinze vereadores, sendo que, deles, oito são considerados vereadores de situação, pois cinco são do PMDB e três do PL, atendendo à coligação prefeito-vice; e outros sete são considerados os vereadores de oposição. Portanto, como ficou claro, na câmara de vereadores o executivo municipal possui soberania absoluta ou ‘maioria’.

1.3 Secretaria/Superintendência de Esporte e Lazer

Compreendida como parte integrante da estrutura político-administrativa de Jataí, a Superintendência de Esporte e Lazer é um órgão específico, que se destina a cuidar do fomento do Esporte e do Lazer. E é esse órgão que passaremos a conhecer um pouco mais detidamente a partir de agora. Os dados aqui apresentados são essenciais para uma maior compreensão da realidade pesquisada.

A Superintendência de Esporte e Lazer foi criada em 1989, na administração do Prefeito Mauro Antônio Bento, sendo o então Secretário de Esportes, Pierre Sobrinho Lopes, um dos pioneiros na área de educação física naquele período. Ela funcionou durante todo o mandato compreendido de 1989 até 1992.

No período de 1993 a 1996, o então prefeito reeleito, Nelson Antônio da Silva, manteve a Secretaria de Esporte e Lazer, modificando apenas seu quadro de funcionários, mas, durante seu mandato, essa Secretaria foi fundida à Secretaria de Educação, que se tornou então Secretaria Municipal de Educação e Desporto. Essa junção se deu por volta de meados do mandato, ou seja, funcionou em torno de dois anos como secretaria autônoma e por dois anos conjugada à outra já citada. No período de 1997 a 2000, agora sob a administração do Prefeito Humberto de Freitas Machado, vice-prefeito no mandato anterior, desmembrou-se a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Secretaria de Educação através da Lei nº 1.890/96 de 16 de novembro de 1996.

Em 26 de junho de 1997, através da lei nº 1.935/97, a Prefeitura Municipal *altera denominação de Secretaria bem como de seu respectivo cargo* (p. 01). Em seu artigo primeiro

fica caracterizada a mudança do nome que de agora em diante será Superintendência do Esporte e Lazer.

No período de 2001 a 2004, a Superintendência continua funcionando dentro da mesma estrutura dos anos anteriores, entretanto, agora, o cargo de Superintendente é ocupado pelo Vice-prefeito Fernando Henrique Peres, que tem como um dos assessores Pierre Sobrinho Lopes, secretário nos mandatos de 1998 a 1992, e de 1997 a 2001.

A Lei nº 2.202, de 06 de dezembro de 2000, institui a nova estrutura administrativa do Poder Executivo municipal, e em seu artigo décimo segundo fica estipulada, a estrutura da Superintendência de Esporte e Lazer, organiza-se da seguinte forma: I - Divisão de Esportes: Coordenadoria de Futebol de Campo; Coordenadoria de Esportes de Quadra e Especializados; Coordenadoria do Projeto “Prata da Casa” e Coordenadoria de Eventos. II - Divisão de Patrimônio: Departamento de Manutenção do Estádio Arapucão; Ginásio JK e Quadras/Campos de Futebol. Podemos verificar que a Superintendência é bastante recente e tem uma história multifacetada e com mudanças em sua denominação. Tentaremos buscar algumas explicações que levaram a esses acontecimentos.

A Superintendência Municipal de Esporte e Lazer é um órgão subordinado diretamente ao Executivo Municipal, que tem autoridade plena para nomear e demitir seu quadro de funcionários, diretamente vinculados a ele no seu organograma de estrutura e funcionamento da administração pública municipal.

Entendemos a importância de salientar que foi sancionada, em 16 de dezembro de 1996, no final da gestão Nelson prefeito e Humberto vice, a Lei nº 1.890/96, que institui a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal para o período compreendido entre 1997 a 2000, que ficou composta da seguinte forma:

I – Gabinete do Prefeito; II – Secretaria da Administração e Recursos Humanos; III – Secretaria da Fazenda; IV – Secretaria da Educação; V – Secretaria de Promoção e Assistência Social; VI – Secretaria de Saúde; VII – Secretaria de Obras e Urbanismo; VIII – Secretaria de Transportes; IX – Secretaria da Cultura e Turismo; X – Secretaria do Desenvolvimento Rural; XI – Secretaria do Desporto e Lazer; XII – Secretaria da Indústria e Comércio; XIII – Procuradoria Geral; XIV – Superintendência de Trânsito; XV – Secretaria do Meio Ambiente; XVI – Secretaria de Planejamento. (JATAÍ, Lei nº 1.890/96 de 16/12/96, TÍTULO II, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, Art.: 3º)

Para o período de 2001 a 2004, foi revogada a lei anterior e sancionada a Lei nº 2.202/00 que institui a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, composta da seguinte forma:

I – Gabinete do Prefeito e Secretarias: Gabinete do Prefeito; Secretaria de Educação; Secretaria da Saúde; Secretaria de Obras e Urbanismo. II – Superintendências: Superintendência de Administração e Recursos Humanos; Superintendência de Promoção e Assistência Social; Superintendência de Cultura e Turismo; Superintendência do Desenvolvimento Rural; Superintendência do Desporto e Lazer; Superintendência da Indústria e Comércio; Superintendência de Trânsito; Superintendência do Meio Ambiente. (JATAÍ, Lei nº 2.202/00 de 06/12/00, TÍTULO II, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, Art.: 3º).

Ficou explícito, nessas leis, as mudanças ocorridas na estrutura de uma gestão para outra, e, no caso da Superintendência de Esporte e Lazer, podemos ver que a primeira denominava-se Secretaria e a segunda, Superintendência. Mas, em pesquisas realizadas na Assessoria Jurídica da Prefeitura, verificamos que a referida mudança não ocorreu por ocasião da troca de governo, ou melhor, da não troca de governo. Essa troca de nome ou da estrutura administrativa ocorria sempre antes da posse da nova administração, como pode ser percebido através das datas. Vejamos como funciona: em 16 de dezembro de 1996, houve a aprovação da lei que viria a ser utilizada no mandato de 1997 a 2000 e, em 06 de dezembro de 2000, foi sancionada outra vez a nova estrutura administrativa, mas agora para o mandato de 2001 a 2004. Tal fato comprova a forma como a Prefeitura Municipal tem passado de mandato a mandato, obedecendo um continuísmo já mencionado anteriormente.

Fica claro também que, de um mandato para outro, não só na Superintendência de Esporte e Lazer houve uma mudança de ordem geral na denominação das secretarias, conforme exposto acima na lei 1.890/96. A Prefeitura era constituída do Gabinete do Prefeito e de quinze Secretarias; já na lei 2.202/00, a Prefeitura passou a funcionar com o Gabinete do Prefeito e quatro Secretarias. Oito das Secretarias anteriores foram denominadas Superintendências.

Entretanto, tal mudança na denominação das repartições parece não querer dizer muita coisa, pois as competências atribuídas a cada uma delas permanecem as mesmas. Tal informação pode ser confirmada ao se confrontar as Leis nº 1.890/96 e 2.202/00, no item referente às competências das repartições. Todas as competências das anteriormente denominadas

Secretarias permanecem as mesmas para as agora Superintendências. Podemos elucidar, como exemplo, a Superintendência de Esporte e Lazer em que, tanto na Lei 1.890/96 quanto na 2.202/00, está escrito:

À Superintendência de Esporte e Lazer compete supervisionar, coordenar, planejar e executar as ações municipais de incentivo e fomento à prática esportiva no âmbito amador e profissional de lazer e administrar o Clube Social “13 de Maio”. (JATAÍ, Lei nº 1.890/98 de 16/12/96, artigo 30 e JATAÍ, Lei nº 2.202/00 de 06/12/00, artigo 24).

Para compreender melhor essa questão, propusemo-nos a fazer uma entrevista com a Assessora Jurídica da Prefeitura Municipal (anexo II). Fizemos opção por utilizar entrevista semi-estruturada como instrumento para coleta dessas informações. Nesse sentido foi estabelecido um diálogo com a Assessora, de forma que ela se sentisse à vontade nas suas contribuições.

A Procuradora Geral da Prefeitura Municipal de Jataí, a senhora Maria das Graça Fillizola Borges, exerce esse cargo desde a criação da Procuradoria há aproximadamente nove anos. Ela explica que a função do cargo é representar o município nas ações de seu interesse, ou seja, trabalhar na elaboração de projetos, contratos, quando houver interesse e necessidade.

Quando lhe perguntamos sobre a competência da Procuradoria, ela respondeu que essa é definida pela lei que a criou, e que se apresenta da seguinte forma:

Prestar assistência ao município em toda matéria dos seus negócios jurídicos na esfera administrativa judicial; Propor em juízo as ações de interesse do município defendê-lo naquelas que lhe forem propostas; Elaborar projetos de Leis e outros atos nominativos típicos do poder executivo; Redigir documentos oficiais, expedir as responsabilidades do prefeito, tais como: convênios, contratos, portarias e outros, bem como, transmitir orientações jurídicas a todos órgãos administrativos; Atuar junto ao poder legislativo no esclarecimento de matérias do interesse do executivo. Lei nº 2.202 de 06 de dezembro de 2000.

Quando questionamos em relação à alteração da denominação do termo “secretarias” para superintendência, ela nos informou que

Essa alteração foi necessária em virtude da emenda constitucional nº 20, que passou, que fixou que a competência para fixar salários dos secretários do legislativo, então, o município hoje tem uma folha de

pagamento muito grande e o valor do que o poder legislativo fixou para os secretários era um valor que a prefeitura não paga (...) Então foi por questão assim, mais de acomodamento dos valores que se paga para o pessoal de confiança da prefeitura, para os secretários, então ficaram quatro secretarias, que são as mais, não que uma secretaria seja mais importante do que a outra, mais assim, são imprescindíveis, Educação, Saúde, Urbanismo e Obras e Gestão Fiscal. Então ficaram quatro secretarias e as outras equiparadas também a secretaria passaram a ser chamadas superintendência. Procuradora Geral da Prefeitura Municipal de Jataí.

Questionamos ainda qual seria a diferença entre secretaria e superintendência, procurando compreender se tal mudança ocorreu em decorrência de enxugamento da máquina administrativa ou se seria em função de proporcionar à Prefeitura uma maior autonomia administrativa e financeira. Ela nos informou que não existe nenhuma diferença,

só adaptação de salário. Eu disse que no caso particular da prefeitura de Jataí, a denominação de secretaria e superintendência veio para adequar gastos com pessoal, não foi um caso de alterar qualquer procedimento quer seja na parte de licitações ou qualquer outra.

A Procuradora Geral da Prefeitura deixa transparecer, de forma implícita, nessa entrevista, que essa mudança de denominação ocorreu para o enxugamento da máquina administrativa, já que os Secretários percebem salários diferenciados, melhores que os dos Superintendentes. Mas, segundo ela, essa mudança não possui caráter discriminatório, porque não há diferença de importância entre os dois cargos. Esse enxugamento da máquina administrativa ocorreu de forma discreta, pois o fato de não diminuir secretarias fez com que, aparentemente desse a impressão de que nada mudou.

Para entender melhor essa situação, utilizamos parte da entrevista realizada com o Vice-prefeito e Superintendente de Esporte e Lazer, que nos informou o seguinte a esse respeito: essas alterações aconteceram em função da Lei de Responsabilidade Fiscal; então o Prefeito achou por bem eliminar algumas Secretarias substituindo-as por Superintendências. Segundo suas palavras, *existe uma diferenciação financeira, o secretário ele recebe mais do que o superintendente*. Mas, quando se refere à participação deles em relação às responsabilidades ele informa: *a participação ela é igualitária, quando vai acontecer uma reunião com os secretários conseqüentemente os superintendentes também estão participando, cada um cuida de uma área*

(...) então essa participação em reuniões ela tem o mesmo, é igualdade, apenas com diferenciação financeira já que o secretário percebe mais que o superintendente.

Fica claro nos dois depoimentos que essa alteração foi realmente feita em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que o propósito é o de adequação financeira, já que, em termos de responsabilidades, parece não haver nenhum tipo de distinção. Esclarecida essa questão, vamos, a partir de agora, mostrar como essa Superintendência vem desenvolvendo suas políticas para a área.

1.4 Programas desenvolvidos

Para melhor compreensão da repercussão do trabalho da Superintendência de Esporte e Lazer no município, enfatizaremos agora os programas por ela desenvolvidos. Leal (1997) fez um levantamento dos eventos realizados desde sua fundação até o final do ano de 2001. Gostaríamos de salientar que tivemos algumas dificuldades nos levantamentos desses dados em função do sistema de arquivo, ainda artesanal, que a Superintendência mantém. Os dados que aqui demonstraremos foram catalogados através de pastas-arquivo dos eventos realizados. Estas pastas, uma para cada evento, não estavam arquivadas em ordem cronológica de acontecimentos nem em ordem de modalidades de eventos, fato que ocasiona a casualidade na organização desses documentos. Dentro de cada pasta, as informações também não eram precisas. Foi necessário fazer uma observação aos regulamentos, súmulas, ofícios, recursos encaminhados e recebidos para que fosse possível tabular e analisar os dados.

Os eventos serão dispostos em ordem cronológica de acontecimento, e a periodicidade deles não é uma constante. Podemos observar, por exemplo, que no primeiro mandato, ou no período da criação da Superintendência, criaram-se alguns eventos que se repetiram durante alguns anos, como poderá ser percebido no período de 1989 a 1990. Ao mesmo tempo, percebemos que a Superintendência esteve preocupada com a continuidade das atividades, já que, no ano de 1989, 1990 e 1992, foram realizados os I, II e IV Jogos Infantis. Percebeu-se, também, uma lacuna que diz respeito ao ano de 1991 em que, supostamente, teria havido os jogos, mas não foi detectada documentação comprobatória. O Superintendente nos informou, através de entrevista, que os documentos são mudados freqüentemente, como também a própria

Superintendência, de um espaço físico para outro; esses documentos podem ter sido extraviados ou estarem em algum outro lugar; por exemplo, na Secretaria de Educação.

Como este, podemos levantar outros casos como os Jogos dos Comerciantes que foram realizados durante os quatro primeiros anos da Superintendência. Houve, também, a tentativa de criação da tradição dos Jogos Verde Amarelo e dos Jogos da Criança, mas estes não conseguiram se firmar durante todos os anos do mandato, conforme levantamento.

No mandato de 1993 a 1996, embora mudados os comandos da Superintendência, alguns dos jogos implantados na gestão anterior foram mantidos, como, por exemplo, os Jogos Abertos e os Jogos Infantis de Jataí. Porém, neste mandato, com a vinculação da Superintendência à Secretaria da Educação, foi possível constatar, através dos dados, uma queda na frequência de acontecimento de jogos. Exemplo disso é que o ano de 1995, quando foram realizados alguns eventos comemorativos do centenário da cidade, mas não ocorreu a sequência dos torneios anteriores e nem a implantação de novos, e, o que é pior, no ano de 1996, segundo documentação encontrada, não detectamos nenhuma evidência de acontecimento de eventos nesses anos. Nesse período, a Superintendência fundiu-se à Secretaria da Educação, podendo então haver algum documento nesse local.

Através desses dados, acreditamos que o Esporte atende à apenas parte da comunidade que tem direito ou acesso a ele; ele existe por parte de iniciativas privadas e também por parte de realizações da Superintendência de Esporte e Lazer. Nossa inquietação fica aqui transparente por constataremos, através dos dados levantados, que grande parcela da comunidade fica alheia a esses acontecimentos, pois não encontramos nesses registros nenhuma atividade ou evento direcionado a grupos considerados "excluídos" da sociedade como, por exemplo, idosos, deficientes e moradores de bairros.

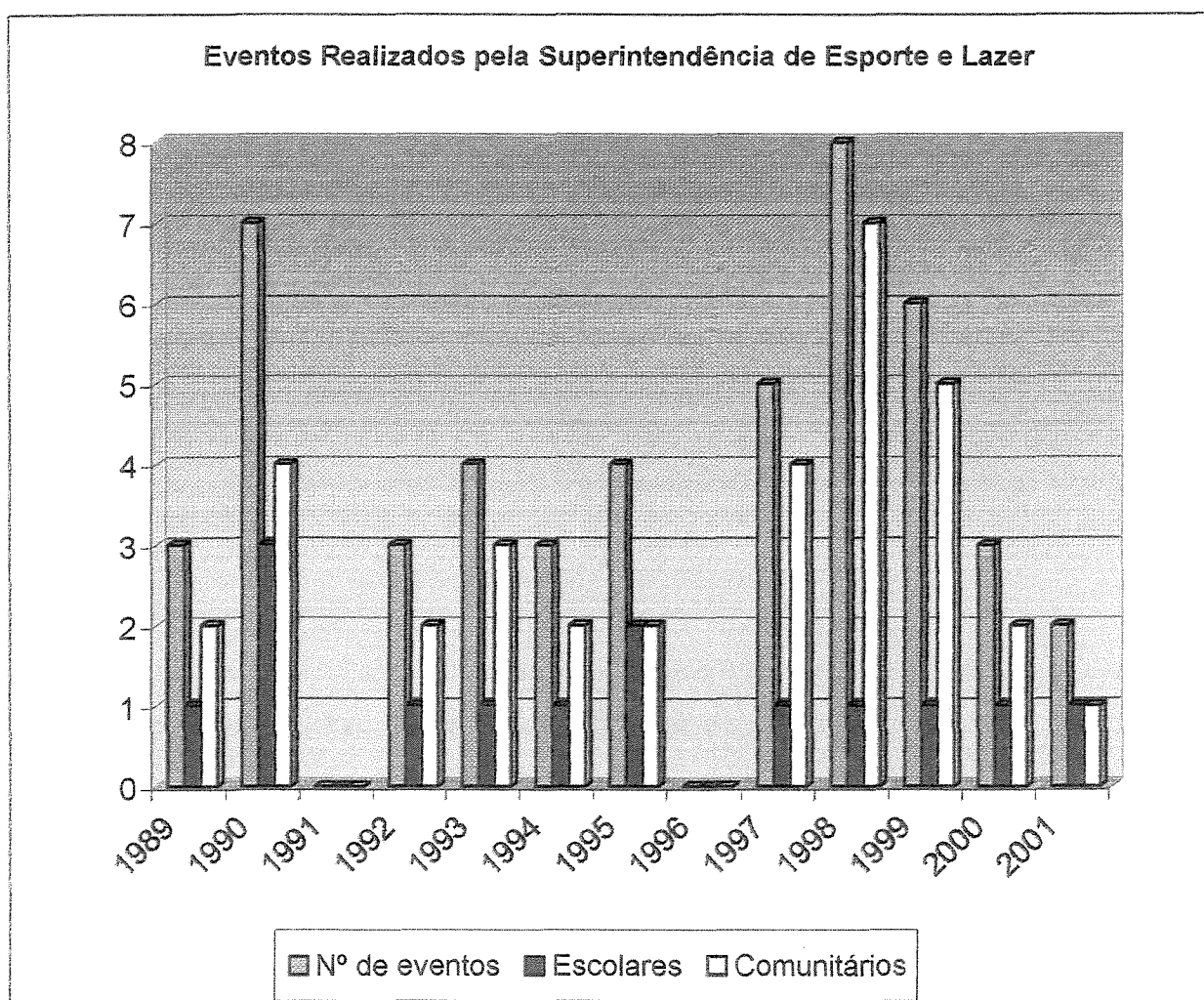
Poderemos dizer que existe uma prioridade para realização de algumas atividades e/ou eventos, como é o caso do futebol de campo e do futebol soçaite⁵. Foi possível observar, nos documentos pesquisados, uma maior frequência destes eventos. Já atividades ou eventos direcionados a modalidades como o futsal, o voleibol, o handebol e o basquetebol foram detectados, mas com pouca abrangência. As práticas de atividades individuais estão

⁵ Jogo de futebol adaptado para ser praticado em um espaço menor e com reduzido número de jogadores. Salientamos que Jataí possuía aproximadamente 60 campos dessa natureza, que, na maioria das vezes, são construídos e mantidos por grupos ou instituições particulares.

completamente abandonadas pela Superintendência, como é o caso do atletismo e da natação que, se ocorrem, devem ser atribuídos a grupos de interesses particulares como clubes ou agremiações.

A comunidade Jataiense possui suas horas de lazer, mas esses momentos não estão necessariamente ligados a acontecimentos promovidos pelo poder público: eles acontecem de maneira particular e individual, excetuando-se participação em alguns dos eventos mencionados anteriormente, apenas para grupos privilegiados. Percebemos, através dos dados encontrados na Superintendência, que a maioria dos participantes dos eventos promovidos são empresas, grupos pertencentes a clubes particulares ou a associações.

Segundo Leal (1997), os dados referentes aos eventos esportivos realizados pela Superintendência de Esporte e Lazer, durante doze anos de existência, podem ser apresentados da seguinte forma:



Para um total de 48 eventos, quatorze foram direcionados a públicos pertencentes às redes municipal e estadual de ensino, e trinta e quatro, voltados para a comunidade jataiense como um todo. Podemos perceber, através do gráfico, que houve um considerável acréscimo de atividades ou eventos desenvolvidos no período de 1997 a 2001. Percebeu-se, também, que esse acréscimo ocorreu nos anos de 1997, 1998 e 1999, ou seja, no ano de 2000, último ano do mandato da primeira gestão, e, no ano de 2001, primeiro do segundo mandato, houve uma considerável diminuição. Talvez um dos motivos que tenha ocasionado essa queda nas atividades ou eventos tenha sido o alto investimento direcionado para a construção dos Lagos e Pólo Turístico Vale do Paraíso, mencionados na introdução desse trabalho.

Além desses eventos apontados acima, a Superintendência possui um programa esportivo denominado JAC (Jataí Atlético Clube), do qual é oriundo o “Projeto Prata da Casa”. Foi oficializado em 24 de novembro de 1997, surgido de ‘conversas de beira de gramado’ conforme define o seu idealizador, o prefeito Humberto de Freitas Machado; seu é que essa seja uma escola *com finalidade de incentivo e fomento à prática do esporte amador nas mais variadas modalidades, especialmente o futebol* (Souza e Robson 2001, p. 2). O projeto visa atender 1.300 atletas da cidade entre oito e vinte anos. Para sua operacionalização, a prefeitura construiu um centro de treinamento com uma estrutura de três campos gramados e utiliza quadras de esporte da cidade e alguns campos, em locais estratégicos, que foram gramados pela Prefeitura para esse fim e, também, para utilização da comunidade local. Para isso foi necessário celebrar alguns convênios de parcerias com várias instituições e entidades.

Ao longo desses anos, o JAC vem proporcionando várias conquistas esportivas importantes para a cidade. Junto a essas conquistas, vem o desvelamento de um projeto social marcado pelo incentivo e fomento à prática do esporte. Souza e Robson afirmam que *a entidade hoje tem o seu departamento profissional em grande atividade e já está na expectativa de emplacar três atletas em um time da primeira divisão do futebol goiano* (2001, p. 2). Mais adiante, eles informam sobre um fato inédito: *O JAC passa a ser o primeiro time de Jataí a vender o passe de um atleta; André foi vendido ao Goiás Esporte Clube por R\$ 35.000,00.* (p. 3). Fatos como esses vêm elucidar algumas facetas do “Projeto Prata da Casa”.

Este pode ser apontado como o único projeto ou programa, que conseguiu se firmar em meio a tantas outras atividades desenvolvidas pela Superintendência de Esporte e Lazer de forma não seqüenciada, conforme apontado anteriormente. Alguns fatores devem ter contribuído

para isso: as conquistas e vitórias alcançadas pelo JAC, as parcerias e convênios com empresários locais, ou, ainda, por ser um projeto idealizado pelo Executivo Municipal ou, quem sabe, um pouco de cada coisa. É difícil ter-se clareza dessa situação, até mesmo porque esse não é o foco central de nossa discussão.

Com a implementação do “Projeto Prata da Casa”, foi preciso organizar alguns pontos estratégicos na cidade que servem como áreas para ministrar aula e preparação dos atletas, e os grandes privilegiados com essa benfeitoria, construção de campos, foram os bairros da cidade, especialmente, os afastados do centro. Muitos deles passaram a ser administrados e utilizados pelos moradores ou associação de moradores dos respectivos bairros.

O fato é que, na legislação para o esporte, os representantes do Poder Público exaltam o princípio da cidadania e a necessidade da ampliação do acesso àquele. O problema é que o caminho e as estratégias escolhidas para realizá-los baseiam-se na idéia central de que a autonomia e a liberdade dos agentes, por si só, garantirão a democratização pretendida. Nessa perspectiva, o Estado desobriga-se de suas funções mediadoras, regulatória e redistributiva das possibilidades igualitárias de acesso e, fundamentalmente, de sua indispensável atuação como elemento neutralizador de efeitos nefastos do mercado de livre concorrência, privilegiando grupos e monopólios. O Estado assume a garantia e a realização da dimensão civil da cidadania. Garante aos atores esportivos a afirmação de seus direitos individuais e de organização. Por outro lado, desobriga-se, da realização da cidadania em sua dimensão cívica, que implicaria condições objetivas para uma inserção igualitária de todos na comunidade esportiva.

Vimos que a conquista do direito de livre organização esportiva merece ser considerada como um salutar avanço. O problema é como torná-lo realidade para todos, na ausência de procedimentos capazes de garantir mínimos direitos de igualdade social, sem que o Estado se configure como paternalista recheado de fortes componentes autoritários. Segundo Linhares (1996), a experiência brasileira no campo das políticas sociais, aí incluindo o setor esportivo, confirma que protecionismo e tutela não se apresentaram como elementos equalizadores e garantidores do solidarismo. Ao contrário, legitimaram exclusões e privilégios de grupos e de interesses.

Assim sendo, para ela é justo considerar que a miséria social do país demanda mudanças no padrão brasileiro de proteção social que, sempre baseado no modelo particularista, nunca realizou função redistributiva. Ao contrário, o Estado está sempre guiado pelo mérito da

barganha, pelo uso clandestino da máquina social, por decisões centralizadoras, pela exclusão da participação social nos processos decisórios e pela ausência de mecanismos de controle dos usos fraudulentos e abusivos dos benefícios sociais.

Assim, o direito ao esporte, que pressupõe uma intervenção pública de natureza social, fica comprometido pela opção do Estado em reconhecer o esporte apenas em uma forma de mercadoria, quer pelo incentivo aos interesses produtivos, que atuam no setor, quer por sua omissão. Se o poder público se desobriga da promoção do direito ao esporte para todos os cidadãos, tal fato certamente interfere na livre opção de cada sujeito de usufruir, ou não, deste bem cultural. Nestes termos, o que se tem é a retirada do Estado em favor das relações de troca possíveis no mercado, o que não deveria ser considerada a única forma de relacionamento entre o Estado e o Esporte.

Vale ressaltar que cidadãos, ao se envolverem com estes programas e serviços, não o fazem necessariamente movidos por uma alienação ideológica ou por uma submissão aos valores e dogmas que os permeiam. Muitas vezes, a adesão dos cidadãos a tais ações públicas se dá pelo simples fato de que estas, embora precárias, são as únicas formas concretas de que as pessoas dispõem para a prática esportiva, o que é a realidade do município de Jataí.

Para Linhales (1996), esses aspectos são ilustrativos da vulnerabilidade do setor esportivo no interior do Estado capitalista democrático, quer em relação ao mercado, quer em relação aos mecanismos de barganha, utilizada nos processos de legitimação política. Tais constatações evidenciam a ausência de mecanismos de controle capazes de alterar tais padrões de relacionamento. A baixa capacidade de mobilização e conflito dificultam a superação da fragilidade que permeia o esporte na perspectiva de seu estabelecimento, enquanto um legítimo setor de políticas sociais.

Ainda segundo essa autora, mudanças nesse quadro pressupõem a ampliação dos segmentos sociais que se organizam como demandantes do Esporte como um direito social. Isso só será possível na medida em que os interesses relativos à democratização do Esporte também forem incorporados a conjuntos mais amplos de mobilização e representação política. No entanto, muitas ações acontecem e continuarão a acontecer, independentes de ação do Estado e/ou apesar dela, e se constituem em contribuições legítimas ao processo de organização social. É possível compreender o Esporte como uma instituição em permanente construção, influenciada pelo tempo histórico em que se situa, mas também identificada a partir dos interesses e das ações dos

sujeitos que nela atuam e disputam o poder. Nesse sentido, a atuação dos sujeitos é condição indispensável ao permanente processo de construção de demandas e necessidades.

Segundo Linhales (2001), o fenômeno esportivo, durante seu processo de expansão pelo mundo, foi atravessado por mudanças e interferências relativas aos diferentes contextos socioeconômicos e políticos que o acolheram e perpetuaram. Nesse percurso, a prática esportiva vem ampliando sua legitimidade como uma prática social capaz de penetrar diferentes estruturas e segmentos que compõem as sociedades contemporâneas. Como um fenômeno social, possuidor de certo grau de autonomia e legitimidade, o esporte constitui-se, então, como uma instituição não apenas vulnerável a predeterminações, mas também capaz de influir e alterar relações e valores em várias instâncias da vida social.

Para ela, as ações coletivas desenvolvidas no âmbito esportivo também evidenciam o grau de implicação mútua existente nas possibilidades de distinção entre ação solidária e ação interessada, que variam de acordo com o ângulo adotado para análise. Assim sendo, ela afirma que o esporte, como instituição social, encontra-se politizado.

A instituição esportiva apresenta-se como locus em que coexistem interesses variados e potencialmente antagônicos. A trajetória do Esporte é influenciada por variados resultados, decorrentes de conflitos dos diferentes atores sociais. A politização da esfera esportiva ocorre tanto no âmbito da sociedade quanto no âmbito do Estado, embora haja variações relativas ao grau dessa politização. A instituição esportiva ainda pode se apresentar para a formação de sistemas de solidariedade e para contribuição no processo de significação do tempo livre, do lazer e da ludicidade, vias em que o Esporte, cujo objetivo maior é viabilizar sua própria existência, pode ainda ser considerado possuidor de um fim em si mesmo.

Para Castellani Filho (2001), o Esporte é uma das práticas sociais mais significativas do século XX. Entretanto aponta que o mesmo está fadado à tradição clubística sobre a qual se sustenta o Esporte Nacional. Para Mello e Souza, citado por Castellani Filho (2001), tal fato se deve à

ausência, nos setores intelectuais/acadêmicos e políticos brasileiros, de reflexões/ações mais apuradas em torno do esporte, movimento esse já detectado em outros países, que já vinham dando mostras de terem superado a postura de não o considerarem como 'coisa de gente séria' (p. 3 e 4).

Mello e Souza ainda continua seu raciocínio dizendo que

o esporte ficou no terreno do lúdico, ficou no terreno da inconseqüência, ficou no terreno da brincadeira, ficou no terreno do passatempo. Os homens que se achavam respeitáveis, os políticos, os intelectuais, os pensadores, os pedagogos, esses nunca demonstraram nenhuma preocupação maior com o esporte. (p. 4).

Entretanto, Castellani Filho (2001) aponta que as inquietações do Professor Mello e Souza foram

desencadeadas num novo pulsar social no qual as questões afetas ao esporte passaram a ser contempladas no universo dos debates em torno das políticas públicas, envolvendo tanto o meio acadêmico ... quanto o político, além de outros segmentos sociais organizados (p. 4).

Para Linhales (2001), a variação dos graus em que o esporte passa de uma atividade desinteressada, com fim em si mesma, para uma atividade política por excelência, constituída por sistemas de interesses cada vez mais ampliados, guarda relação com a multiplicidade de atores e disputas que o próprio fenômeno esportivo passa a incorporar. Para ela, é dessa forma que se desenvolve o processo de politização do Esporte, decorrente da inserção desse fenômeno tipicamente moderno, nos jogos das relações econômicas e políticas que o engendram. Ao se ocupar do Esporte, o Estado incorpora as tensões e contradições que permeiam a instituição esportiva, além de se apresentar como um espaço no qual ele estabelece diferentes padrões de relacionamento com outras instâncias de poder, também organizadas no interior da esfera pública. A atuação do Estado, no setor esportivo, se justificaria pela primordial tarefa de implementação de políticas capazes de viabilizar esse direito, entre outros.

Entretanto, torna-se importante destacar que muitas políticas sociais incorporam ações esportivas em seus programas, com o objetivo de viabilizar outros direitos ou necessidades sociais. O Esporte encontra-se diluído em setores sociais, que o instrumentalizam para os mais variados fins. Ele chega a ser usado como atividade de substituição de outros direitos sociais, dos quais a população encontra-se destituída. Embora presente em diferentes políticas sociais, o Esporte é comumente utilizado como atividade meio, para a realização de fins externos a ele próprio. Nesse sentido, a idéia de Esporte, como um direito social, torna-se comprometida pelo

caráter instrumental-utilitário que lhe é atribuído quando de sua presença em políticas sociais como estas.

Por isso, não é prudente pensar que os tradicionais meios utilizados através de barganhas em troca de votos, distribuindo jogos de camisa e construindo alambrado para os campos de futebol, sejam coisas do passado, pois esses meios estão mais arraigados do que nunca no Esporte brasileiro. Segundo Linhales (2001), essas práticas, com as tensões e contradições que engendram, têm se apresentado como produtoras das representações que socialmente se constroem sobre a política, o Esporte e as políticas de esporte. Aliado a isso, a presença do Esporte nas ações de governo atualiza refinados contornos utilitários, ou seja, o caráter assistencial sobrepõe-se no setor tornando remota a possibilidade de o Esporte ser realizado politicamente como um direito social.

A atuação dos sujeitos frente a esses direitos pode se dar de diversas formas. No próximo capítulo, procuraremos compreender como a população jataiense se situa no que se refere à participação nas ações governamentais, em busca da concretização de seus direitos sociais.

II Democracia representativa e democracia participativa

O presente capítulo procura trazer algumas questões conceituais ligadas à problemática da participação popular no contexto da pesquisa. Nesse sentido, é de fundamental importância compreendermos um pouco melhor como tem se configurado, no cenário político, a democracia representativa e a participativa, procurando elucidar os princípios e em que bases elas se dão. O estudo do tema se faz importante na medida em que, para compreender como ocorre a participação popular, é preciso saber que esta não se encontra desvinculada da questão da política social. A participação é vista como caminho para se alcançarem certos objetivos porque ela possui a característica de ser, ao mesmo tempo, meio e fim.

No Brasil, várias experiências de organização da sociedade política vêm sendo registradas. E é essa organização que determina os objetivos, as esperanças e a maior ou menor liberdade de um povo. Atualmente, cada país, por conta de sua história, criou ou seguiu o exemplo de organização política de outros países, adaptando-as à sua realidade.

Para Figueiredo (1993), as formas de organização da política podem ser classificadas de acordo com três critérios fundamentais: a origem, a distribuição e o controle do poder. Para ele, tanto a autocracia como a democracia não são puras e essas ‘impurezas’, que encontramos nos regimes democráticos, ocorrem em função do uso combinado de dois valores: *Vontade da maioria e regras que regulam a disputa política aceita por todos* (p. 16). O uso desses valores faz com que os regimes ditos democráticos excluam da participação política a maioria dos membros da sociedade.

República, que é tida como uma forma de governo, o Estado é uma organização política e tem a função de guardião do país. E, para exercer essa função, é preciso governar o país e é, a partir daí que surgem as formas de viabilização para tal - os sistemas de governo. Um sistema de governo é constituído pelas várias formas de relacionamento dos diferentes poderes políticos. De acordo com suas funções, esses sistemas ou formas de se governar, podem ser entendidos como sistemas políticos de representação ou de participação.

Segundo Pont (2000), as raízes dos sistemas políticos de representação encontram-se nos regimes constitucionais dos Estados Modernos. As origens dos sistemas representativos nasceram das concepções liberais que expressavam o desenvolvimento e amadurecimento das sociedades mercantis, das condições objetivas de acumulação e do trabalho livre para o

surgimento do capitalismo. Os sistemas representativos expressam, através de várias correntes teóricas, as contradições e conflitos sociais que permearam o surgimento do modo de produção capitalista, e podem ser reduzidas a duas grandes vertentes.

A primeira é a concepção liberal proprietária, presente no pensamento de John Locke. Funda-se na identificação de que o direito à liberdade é o direito à propriedade, ou seja, transferir ao Estado a garantia de manutenção da propriedade e de outros direitos. A segunda é a concepção liberal igualitária de Jean Rousseau, cuja base do contrato social pressupõe a idéia do direito natural à liberdade, mas também da igualdade como condição humana. Essa concepção funda-se na visão de que os homens nascem livres e iguais.

A partir destas grandes vertentes, desdobraram-se ao longo de quase dois séculos, sistemas representativos com características próprias, com diferenciações, mas alicerçados predominantemente na visão do liberalismo proprietário. Estes sistemas se desdobraram nas formas de repúblicas ou monarquias constitucionais parlamentares, onde se unificam as funções legislativas e executivas a partir das relações de forças no interior da instituição. Estas funções se expressaram nas repúblicas presidencialistas, onde a divisão de poderes e competência é mais nítida, maior e onde o Executivo e o Legislativo são eleitos por critérios eletivos distintos. Houve uma consolidação da democracia representativa como ápice do avanço político da humanidade em grande número de países e, nos casos em que esta democracia substituiu ditaduras, teve destacada importância nas conquistas dessas sociedades.

Segundo Pont (2000), nas últimas décadas, na maioria dos países de democracia liberal, o sistema de representação vive um processo de crise de legitimidade, que se expressa na abstenção eleitoral, na apatia e não participação político-social, nos baixos índices de filiação partidária. As causas podem variar, mas as principais residem no processo de burocratização e caráter autoritário das administrações e parlamentos; na falta de controle dos eleitores e/ou partidos sobre os eleitos; nos sistemas eleitorais que distorcem a representação, fraudando a vontade popular; na falta de coerência entre projeto e programa eleitoral e a prática dos eleitos; nas trocas partidárias sem perda de mandato; e na incapacidade de esses sistemas garantirem a reprodução do capitalismo com legitimidade frente à evidência de ser reprodutor da desigualdade e exploração sociais.

Para Bobbio (2000), a expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas referentes à coletividade inteira são tomadas não diretamente por

aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade. O Estado parlamentar é uma aplicação particular do princípio da representação, no qual é representativo o órgão central – o parlamento –, ao qual chegam as reivindicações e do qual partem as decisões coletivas fundamentais. Não existe hoje nenhum Estado representativo cujo princípio da representação se concentre apenas no parlamento. Os Estados, a que nos habituamos chamar de representativos, assim o são porque o princípio da representação está estendido também a numerosas outras sedes onde se tomam deliberações coletivas.

Ainda segundo esse autor, um Estado representativo é um Estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república ou outros. Do mesmo modo que nem todo estado representativo é um Estado parlamentar, o Estado parlamentar pode muito bem não ser uma democracia representativa. Se por democracia entendemos um regime, no qual todos os cidadãos adultos têm direitos políticos, devemos considerar que historicamente os parlamentos vieram antes do direito ao voto destes cidadãos e que, por muito tempo, existiram Estados parlamentares que eram representativos, mas não democráticos. É verdade que nem toda forma de democracia é representativa, mas também é verdade que nem todo Estado representativo é democrático pelo simples fato de ser representativo. Daí à insistência sobre o fato de que a crítica ao Estado parlamentar não implica a crítica à democracia representativa, já que, se é verdade que toda democracia é representativa, é igualmente verdade que nem todo Estado representativo é em princípio e foi historicamente uma democracia.

Segundo Bobbio (2000), o termo representação pode ser entendido das mais diversas maneiras, e basta dizer que o secular debate sobre a representação política está dominado, ao menos, por dois temas que dividem os ânimos e conduzem a propostas políticas conflitantes entre si. O primeiro diz respeito aos poderes do representante, o segundo ao conteúdo da representação.

Nas eleições, no sistema representativo, os interesses gerais são mais fortes que a solidariedade de categorias e, portanto, há consideração dos interesses particulares. Para Marx e Engels (1984),

é precisamente por esta contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma forma autônoma como Estado, separando dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre

sobre a base real dos laços existentes em todos os conglomerados de famílias e tribais (p. 37).

Eles apontam ainda que, por outro lado, na luta destes interesses particulares, que se opõem constantemente aos interesses comunitários, tornam-se necessários a intervenção e o refreamento pelo interesse geral ilusório. Nesse sentido, toda essa aparência, de que o domínio de uma determinada classe seria apenas o domínio de certas idéias, cessa, naturalmente, por si mesma, logo que o domínio de classes em geral deixa de ser a forma de ordem social, logo que deixa de ser necessário apresentar um interesse particular como geral ou geral como dominante.

Bobbio (2000) aponta duas características básicas da representação num sistema representativo, porque geralmente é sobre elas que recaem as críticas à democracia representativa em nome de uma democracia mais democrática. Nessa polêmica é possível distinguir dois veios predominantes: a crítica à proibição do mandato imperativo, feita em nome de um vínculo mais estreito entre representante e representado, e a crítica à representação dos interesses gerais, feita em nome da representação orgânica ou funcional dos sistemas particulares desta ou daquela categoria. Historicamente, o princípio da representação sofreu inúmeras alterações, algumas vezes em torno da base territorial, outras, na forma de escolha dos candidatos. Essas mudanças ocorriam no sentido de tentar tornar o sistema de representação mais autêntico.

Mas, para Coutinho (2000), essas mudanças ocorreram na medida em que a classe trabalhadora veio consolidando conquistas através de suas lutas. Uma das conquistas mais importantes foi o direito de votar e ser votado, que consiste em um dos principais meios de assegurar a participação na tomada de decisões que envolvem o conjunto da sociedade. O direito ao sufrágio universal, que se tornou corriqueiro nas democracias contemporâneas, foi uma árdua e difícil conquista. Ao longo dos tempos, os pensadores e as Constituições liberais restringiram o direito ao sufrágio, concedendo-o apenas aos proprietários, que eram tidos como únicos interessados no bem estar da nação. Desde sua origem, o liberalismo se liga claramente à classe burguesa, à luta pela consolidação de uma ordem capitalista.

Em detrimento disso, em muitos países, os trabalhadores tiveram que promover amplos movimentos sociais para conquistarem o direito ao voto. O direito universal ao voto e à organização tem resultado sistematicamente das lutas dos trabalhadores contra os princípios e as práticas do liberalismo excludente, defendido e praticado pela classe burguesa. Esse direito deve ser atribuído aos trabalhadores como algo que foi conquistado contra a classe burguesa, bem

como aos institutos de democracia representativa, tal como hoje existem. Isso é uma conquista dos trabalhadores e resultado de um processo de lutas o qual ampliou o estreito horizonte do liberalismo burguês.

A presença desses direitos na Constituição, bem como seu reconhecimento legal, não garante, por si só, a efetiva materialização dos mesmos; mas, embora a conversão desses direitos não garanta sua plena materialização, é importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torná-los efetivamente um dever do Estado. Através de suas lutas, os trabalhadores solicitam direitos sociais que, uma vez materializados, são sua indiscutível conquista, mas isso não garante a possibilidade de que, dependendo das correlações de forças em determinadas estruturas, a burguesia use essas políticas para desmobilizar a classe trabalhadora. O sufrágio universal, por exemplo, não garante a vitória dos trabalhadores, exatamente por não explicitar plenamente o seu potencial emancipador. Para que isso ocorra, é necessária a intensificação das lutas pela realização da cidadania, com o estabelecimento de correlação de forças favoráveis aos segmentos sociais empenhados nessa realização.

A divisão da sociedade em classe, ou seja, a contradição entre cidadania e classe social, constitui limites intransponíveis à afirmação da democracia. A condição de classe cria, por um lado, privilégios, e, por outro, déficits, uns e outros aparecendo como empecilho para que todos possam participar igualitariamente na apropriação das riquezas socialmente criadas.

Coutinho (2000) sublinha que soberania popular, democracia e cidadania são três expressões que, em última instância, querem dizer a mesma coisa e devem ser sempre pensadas como processos históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações. Para ele, há uma profunda articulação entre cidadania e democracia. Nesse sentido, democracia é o conceito de cidadania, e por sua vez, esta é a que melhor expressa a reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos. A cidadania não é algo dado aos indivíduos de uma vez para sempre, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir das classes subalternas, o que implica um processo de longa duração.

Esse autor toma como ponto de partida essa definição de democracia como sumária e aproximativa: *democracia é sinônimo de soberania popular* (Coutinho 2000, p. 50). Para ele, podemos defini-la como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e no controle da vida

social. A democracia pode ser sumariamente definida como a mais exitosa tentativa, até hoje inventada, de superação da alienação na esfera política.

Ainda segundo Coutinho (2000), a democracia deve ser entendida não como algo que se esgota em determinada configuração, mas sim como um processo. Ela é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade. Uma verdadeira democracia é um processo que implica não só modificações políticas, mas também modificações econômicas e sociais. Para ele, não há solução para a humanidade fora da democracia, tanto que, em sua concepção socialista, a democracia incorpora determinadas conquistas liberais considerando-as imprescindíveis, mas incorpora também um dos direitos democráticos, como o direito à participação.

O homem é um ser social por natureza, e, por isso, tudo que ele tem ou realiza é adquirido ou realizado em sociedade. A participação tem acompanhado o homem desde suas origens, seja em sua família, seja no trabalho ou na comunidade. A frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do ser social, e tudo indica que ele só desenvolverá sua potencialidade plena numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. Para Bordenave (1994),

é como se a civilização moderna, com seus enormes complexos industriais e empresariais e com seus meios eletrônicos de comunicação massiva, tivesse levado os homens primeiro a um individualismo massificador e atomizador e, mais tarde, como reação defensiva frente à alienação crescente, os levasse cada vez mais à participação coletiva (p. 7).

Para este autor, a participação está na ordem do dia, em função do descontentamento do povo, em relação à sua situação marginal frente às decisões que interessam a todos, mas que são tomadas por alguns. Essa marginalização significa ficar fora, às margens de um processo sem nele poder intervir. Mas, para Coutinho (2000), o que coloca o socialismo⁶ na ordem do dia são as contradições do capitalismo, porque esse não consegue resolver os problemas da desigualdade

⁶ Para Coutinho (2000), permanece ainda na cabeça de muita gente de esquerda a idéia de que a democracia é uma etapa que antecede o socialismo, ela se apresenta com programas de um governo “democrático-popular”. Portanto, estes não se afirmam como um programa socialista. Segundo esse autor, a esquerda deve abandonar a idéia de que o socialismo surge num dia D. Ele não vê porque chamar esse programa de esquerda de democrático-popular e não chamá-lo, desde logo, de socialista.

e da miséria, e revela-se cada vez menos capaz de satisfazer as demandas mínimas de um número crescente de pessoas.

Estão a favor da participação os setores progressistas, que desejam uma democracia mais autêntica, e a razão disso são as vantagens que a participação oferece. A participação propicia o crescimento da consciência crítica da população, fortalecendo seu poder de reivindicação, preparando este povo para adquirir maior poder dentro da sociedade e de aumento na perspectiva de solução de problemas que não seriam possíveis individualmente.

Nessa perspectiva, a participação popular e a descentralização das decisões mostram-se como caminhos mais adequados para se enfrentar os problemas dos países em desenvolvimento. Bordenave (1994) conclui que a participação tem duas bases complementares: uma base afetiva, quando participamos, porque sentimos prazer em fazer coisas com outros; uma base instrumental, quando participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos. Para ele, a participação pode ser compreendida como fazer parte, tomar parte ou ter parte, porém a qualidade da participação leva a uma diferenciação entre participação passiva, que remete ao cidadão alheio aos acontecimentos, e a participação ativa, que se refere as pessoas quem tomam parte do processo, *a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte* (p. 23).

Para esse autor, o homem participa nos grupos primários, como a família, os amigos; nos grupos secundários, como as associações, sindicatos e empresas e nos grupos terciários, como os partidos políticos e movimentos de classe. Ele distingue, ainda, a microparticipação, como a associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum, na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos; e a macroparticipação ou participação social, como uma visão mais larga sobre o fato de se ter algo a dizer na sociedade como um todo como é o caso das lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo. Esta compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam uma sociedade.

Já Ammann (1991) define a participação como um processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada.

Para Gohn (2001), participação é uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade e ela pode ser analisada segundo três níveis básicos:

o conceptual, que apresenta um alto grau de ambigüidade e varia segundo o paradigma teórico em que se fundamenta; o político, que é usualmente associado a processos de democratização, mas que também pode ser utilizado como um discurso massificador em busca da integração social de indivíduos; e o da prática social, que trata das ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para se realizar algum intento.

Gohn (2001) afirma que existem diversas formas de se entender a participação. Algumas já são consideradas clássicas e deram origem a interpretações, significados e estratégias distintos, a saber: a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática. Na concepção liberal, dado os pressupostos básicos do liberalismo, a participação objetiva o fortalecimento da sociedade civil, não para que esta participe da vida do Estado, mas para fortalecê-la e evitar as ingerências do Estado. A interpretação liberal objetiva sempre reformar a estrutura da democracia representativa e melhorar a qualidade da democracia nos marcos das relações capitalistas. Neste paradigma, as principais ações devem evitar os obstáculos burocráticos à participação, desestimular a intervenção governamental e ampliar os canais de informações aos cidadãos, de forma que eles possam manifestar suas preferências antes que as decisões sejam tomadas. A participação liberal se baseia, portanto, no princípio da democracia: todos os membros da sociedade são iguais, e a participação seria o meio, o instrumento para a busca de satisfação dessas necessidades. A participação corporativa é um derivativo da concepção liberal. Ela é também entendida como um movimento espontâneo dos indivíduos. Há um sentimento de identidade e concordância com uma certa ordem social que cria algo superior chamado “bem comum”. Esse bem comum é o núcleo articulador dos indivíduos, portanto a razão do impulso para participar está fora dos indivíduos, além de seus interesses pessoais. Usualmente, a concepção corporativa busca articular o processo participativo à existência de organizações na sociedade. O pressuposto é que as organizações existem apenas quando as pessoas participam. A participação comunitária também é um derivativo da concepção liberal. Ela concebe o fortalecimento da sociedade civil em termos de integração dos órgãos representativos da sociedade aos órgãos deliberativos e administrativos do Estado. Por isso, a participação corporativa comunitária se caracteriza como uma forma institucionalizada. Os grupos organizados devem participar no interior dos aparelhos de poder estatal de forma que as esferas do público e do privado possam se fundir.

A forma autoritária é aquela orientada para a integração e o controle social da sociedade e da política. Ocorre em regimes políticos autoritários de massa de direita e de esquerda. Poderá ocorrer ainda em regimes democráticos representativos como um derivativo, que é a participação de natureza cooptativa. Nesse caso, a arena participativa são as políticas públicas de cima para baixo, a promoção de programas que visem apenas diluir os conflitos sociais.

Nas formas revolucionárias, a participação estrutura-se em coletivos organizados para lutar contra as relações de dominação e pela divisão do poder político. Dependendo da conjuntura política, a participação poderá se realizar nos marcos do ordenamento jurídico em vigor, ou se desenvolver por canais paralelos. O sistema partidário é um ator fundamental nessa concepção, pois tem como missão formar quadros para uma participação qualificada. Usualmente, a interpretação radical sobre a participação engloba teóricos e ativistas que questionam e buscam substituir a democracia representativa por outro sistema, em muitos casos pela denominada “democracia participativa”. Eles advogam o controle do poder nas mãos da comunidade, o qual implica uma redistribuição total do poder. Muitos teóricos do paradigma radical propõem a criação de contra-instituições e estruturas paralelas, como forma de se criar formas de experimentação social, questionar o poder dominante e deslegitimá-lo.

A concepção democrática objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações etc. Nesse caso, a participação tem caráter plural. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados cidadãos, a participação articula-se com o tema da cidadania. Participar aí é visto como a criação de uma cultura de divisão de responsabilidades na construção coletiva de um processo, na troca de responsabilidades com a comunidade, porque essa é uma parceira, como co-responsável permanente, não apenas um ator coadjuvante em programas esporádicos.

Gohn (2001) diz que alguns autores não gostam de trabalhar com as definições polarizadas e preferem utilizar tipologias que tratam de graus de participação. Dentre eles está Pateman, que define três tipos de situações de participação: a pseudo-participação – quando há somente consulta a um assunto por parte das autoridades; a participação parcial – muitos tomam parte no processo mas só uma parte decide de fato; e a participação total – situação em que cada grupo de indivíduos tem igual influência na decisão.

Entretanto, as condições de participação no mundo atual são conflituosas, e a participação não pode ser estudada sem referência ao conflito social. Se desejarmos considerar a participação como algo diferente de uma simples relação humana, ou de um conjunto de estratégias para integrar os indivíduos e as coletividades locais nos programas de tipo assistencial ou educativo, não podemos fugir à análise da estrutura de poder e da sua freqüente oposição a toda tentativa de participação que coloque em julgamento as classes dirigentes e seus privilégios.

Segundo Bordenave (1994), o drama de nossa sociedade deve-se ao fato de que, com freqüência, o Estado se alia aos sistemas de interesses em detrimento dos sistemas de solidariedade e prefere limitar drasticamente a participação solidária no momento em que considera que sua mobilização coloca em perigo o sucesso dos sistemas de interesses. Numa sociedade, regida mais pelos sistemas de interesses que pelos de solidariedade, com uma marcada estratificação sócio econômica, na qual umas classes exploram outras, a participação será sempre uma guerra a ser travada para vencer a resistência dos detentores de privilégios.

Para esse autor, nossa tradição cultural é menos participativa que em outros países. Nós nos acostumamos a deixar que uns poucos se encarreguem das decisões e das atividades, reservando-nos apenas o direito de criticar o desempenho. Entretanto, é notória a crescente popularidade das propostas em favor de uma democracia direta, *quer dizer, democracia como participação – em substituição a uma democracia indireta, isto é, democracia como representação* Bordenave (1994, p. 54).

Contrário à afirmação anterior e confirmando a popularidade das propostas em favor da democracia participativa, Coutinho (2000) aponta que o Brasil encara atualmente uma grande oportunidade histórica, pois uma vitória presidencial da esquerda será um fenômeno de dimensão mundial, considerando-se que a esquerda na Europa vem sendo sistematicamente derrotada e nos Estados Unidos está bastante debilitada.

Para esse autor, diante da atual conjuntura, é preciso imaginar formas institucionais que combinem a democracia representativa tradicional com a democracia participativa, desde que essas formas incorporem também os direitos sociais⁷, o que implica a socialização dos meios de produção. Para ele, é preciso discutir exaustivamente a democracia que pretendemos, porque um dos erros do pensamento de esquerda está na dicotomia entre democracia burguesa,

⁷ Segundo Coutinho (2000), são direitos indiscutíveis da cidadania moderna: o direito à privacidade, à educação, à saúde e, no limite, o direito social à propriedade.

representativa, ou democracia proletária, de base. Para Coutinho (2000), *esta disjunção não existe* (p. 130), a verdadeira alternativa é promover uma democracia limitada, uma democracia puramente liberal, elitista e oligárquica, ou uma democracia de massas, conseqüente, profunda e radical, que incorpore elementos da democracia liberal mas que vá além deles.

Para Coutinho (2000), a esquerda, hoje, precisa definir o que efetivamente entende por democracia. Para ele, a democracia só realizará seu valor universal no Brasil se essas grandes massas de excluídos forem incorporadas ao processo social como autênticas protagonistas. Só pode haver democracia para as grandes massas da população se elas forem capazes de se organizar, de expressar seus anseios e de obter efetivamente conquistas sociais, culturais e políticas no quadro de uma institucionalidade em permanente expansão. Assim a democratização é um valor universal, sobretudo, porque é um permanente desafio. Nunca poderemos chegar a um ponto que nos permita dizer que a democracia está acabada: a democracia é um processo que devemos conceber como em permanente construção.

Coutinho (2000) entende que, caso o partido dos trabalhadores chegue ao poder, já deverá introduzir modificações na ordem social que apontem inequivocamente para o socialismo. O socialismo deve ser pensado como um processo, cujo eixo definidor é a democratização da vida social, e para isso, a esquerda deve abandonar a idéia equivocada do etapismo, que impede pensar de modo pleno a unidade orgânica de democracia e socialismo. Nesse sentido, *não há socialismo sem democracia, assim como também pouco há democracia sem socialismo* (p. 133).

Conforme pudemos verificar em nossa pesquisa de campo, realizada na prefeitura municipal, mas especificamente na Procuradoria Geral, já mencionada no capítulo anterior, as formas de participação da comunidade jataiense têm se limitado apenas ao voto. Mas, assim como alguns autores acima apontados, Coutinho (2000) diz que existem outras formas de participação, essas formas devem transcender à participação meramente eleitoral, porque embora seja importante, é muito pouco apenas votar. Além de votar, é necessário controlar os representantes eleitos e influir para que a representação se cole às mudanças que a opinião pública exige. E por isso ele defende as formas de democracia direta porque, através dos canais representativos não formais, também é possível a organização popular de rua, de comícios e de passeatas, e essas organizações são claramente modalidades de participação direta. Para ele, nós temos que inventar formas institucionais que combinem a democracia direta com a democracia representativa tradicional, já que essa última é imprescindível no mundo moderno: *uma*

democracia sem representação, apenas direta, (...) não mais se coaduna com a complexidade atingida pelo mundo moderno (p. 136).

Após compreendermos melhor a realidade estudada frente à polêmica de representação e participação democrática, procuraremos, a partir de agora, saber como a sociedade organizada se coloca diante do poder público municipal. Faremos isso a partir da pesquisa de campo realizada nas Associações de Moradores de Bairros, no próximo capítulo.

III – Associações de Moradores de Bairro

Buscaremos, nesse capítulo, compreender a relação existente entre o poder público municipal e os moradores jataienses, tendo em vista a participação popular no que se refere às Associações de Moradores de Bairro. Para isso, buscamos junto à UNAMBATAÍ (União das Associações de Moradores de Bairros de Jataí) algumas informações. Foram nos indicados vários caminhos a percorrer na procura dos bairros e associações existentes na cidade. A próxima etapa, então, foi a aplicação de uma entrevista aos presidentes das Associações de Moradores de Bairros da cidade de Jataí, momento que nos proporcionou vários esclarecimentos e suscitou mais dúvidas. E, para tentar complementar mais nossa análise acerca dessa relação existente entre a comunidade e o poder público, fizemos opção por conhecer mais profundamente uma das associações pesquisadas, através de uma observação participante. Escolhemos, então, a Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro pelos motivos que aparecerão no decorrer do texto. Nessa associação, a organização dos documentos é feita em pasta-arquivos e livros de atas, de maneira mais artesanal, e a quantidade de informações armazenadas ainda é bastante reduzida em virtude do pequeno período de existência da referida instituição.

Concomitante à organização do referencial teórico, levantamento das fontes documentais e realização das entrevistas necessárias, fizemos, também, a observação participante. Para Minayo (1994), *esta se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos* (p. 59). Para ela o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados e, durante esse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. Ainda segundo essa autora

a importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não seriam obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (p. 60).

Minayo (1994) aponta duas situações na observação participante, sendo que, numa delas, temos a participação plena do pesquisador, caracterizada pelo envolvimento por inteiro em todas as dimensões da vida do grupo. E, na outra, temos um distanciamento total de participação

da vida do grupo. Tem-se como prioridade somente a observação. Nesse sentido, tanto no primeiro caso como no segundo, cabe ao observador deixar claro, para si e para o grupo, sua relação como sendo restrita ao momento da pesquisa de campo e, a partir daí, desenvolver uma participação no cotidiano do grupo estudado, através da observação de eventos do dia-a-dia. Mas, no segundo caso, utiliza-se a observação como uma estratégia complementar às entrevistas, sendo que essa observação se dá de forma superficial e rápida. Durante a realização da pesquisa de campo, pôde ser aplicada essa última forma de observação, e isso se deu em função da disposição do grupo, pois em alguns momentos eles queriam que nós, enquanto pesquisadores, nos fizéssemos atuantes e participativos e, noutros momentos, percebemos que o grupo preferia que apenas observássemos passivamente. Portanto, essa variação ocorria de acordo com o interesse deles nos momentos coletivos.

Paralelo a essas ações, procuramos, através de um estudo metódico sobre as falas, documentos e observações, compreender as redes de relações que são construídas entre o poder público e os cidadãos jataienses, procurando entender em que bases se dão essa relação e também elucidar as reivindicações e/ou as concessões feitas pelo poder público à comunidade investigada.

A análise dos dados obtidos foi executada em dois momentos. A princípio, os dados foram coletados e, após isso, organizados e agrupados em categorias, de acordo com suas relações com o objeto de estudo. Nesse sentido, lançamos mão da análise documental, que *pode se constituir numa técnica valiosa de abordagens de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desenvolvendo aspectos novos de um tema ou problema. (...)*. Ela busca ainda *identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse* Ludke e André (1986 p. 38). Simultaneamente, fizemos a análise da observação feita na Associação de Moradores de Bairro do Conjunto Rio Claro, justificando que o distanciamento na participação foi considerado para fins de análise.

Seguidamente, procuramos estabelecer relações entre os dados coletados com o referencial metodológico adotado. Nesse sentido, procuramos agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de conceitos que tiveram os seus significados compreendidos a partir do quadro teórico proposto. Durante esse momento, interpretamos os dados, a fim de verificar a capacidade de o referencial teórico contribuir para os esclarecimentos das questões propostas neste estudo.

3.1 A criação dos bairros jataienses

Segundo Freitas (1999), ao longo das duas últimas décadas, Jataí passou por um intenso crescimento populacional e uma mudança acelerada rumo ao processo de urbanização. A autora aponta que a taxa de urbanização foi de 80,37% em 1980 e de 85,38% em 1991. Entretanto, essa ocupação do solo se encontra às voltas com problemas herdados dos antepassados, os Pioneiros⁸. A cidade foi originariamente ocupada por dois fazendeiros que se apossaram de enormes áreas geográficas no município e entorno. Concomitante ao surgimento da cidade e o crescimento das famílias 'Vilela e Carvalho', os espaços de terras foram sendo divididos, e várias pessoas descendentes das famílias continuaram e continuam até hoje a manterem um monopólio de grandes áreas nos arredores da cidade.

Desse espaço, uma das áreas, a que está localizada ao sul da cidade, foi desapropriada para o Exército Brasileiro, local onde funciona o Quadragésimo Primeiro Batalhão de Infantaria Motorizada (41º Bimtz), e a oeste se encontra o Rio Claro, que abastece a cidade, de água. Sobre, então, a região noroeste e a nordeste para serem desenvolvidas. O resultado do rápido crescimento ocorrido, após os anos 80, trouxe para a cidade conseqüências como o surgimento e expansão de bairros populares, desprovidos de infra-estrutura suficientemente adequada para a ocupação racional do seu espaço. Esse acelerado processo de urbanização tem como uma das principais causas a expansão agrícola na região do cerrado e dos grandes chapadões.

Nesse momento, a política habitacional emerge com o propósito de diminuir o déficit habitacional e de gerar novos empregos com o aumento das construções. Um outro aliado a essa política é o ramo da especulação do capital imobiliário, ou seja, na medida em que se adquire um espaço dentro da cidade, inicia-se a ocorrência do avanço da periferia. Terrenos e casas são adquiridos com o objetivo de especulação, e, como qualquer outra mercadoria, quanto maior a procura melhor a oferta e maior o preço. Na atual conjuntura, terrenos de moradia passam a ser de grande importância como investimento, pois os tributos não são onerosos e é uma garantia de lucro, já que o mercado imobiliário facilita a posse de uma mercadoria a quem detém condições de pagar por ela. Nesse sentido, o solo deixa de ser a base fixa para construção de moradia e abre caminho para que prevaleça a lógica do lucro, aumentando, assim, a segregação social na cidade.

⁸ França (1995) escreve em seu livro "Os Pioneiros" a respeito das famílias que iniciaram o povoado de Jataí: família de José Manoel Vilela e José Carvalho Bastos.

A busca do lucro com menos dificuldade faz com que a mancha urbana da periferia avance. A divisão de glebas, que estão atualmente no entorno da cidade, são definidas pelo Plano Diretor da Prefeitura Municipal, através de leis que dispõem sobre o parcelamento do solo urbano, disciplina o crescimento da cidade, tanto em áreas já urbanizadas como nas programadamente destinadas à utilização urbana, e instrui quanto à criação de novos loteamentos, assunto abordado no capítulo um.

Para que seja possível a criação de tais loteamentos, é necessário que a prefeitura, ou outros órgãos governamentais, permute ou compre áreas dos atuais proprietários, fato que tem ocorrido, conforme vários registros encontrados na prefeitura no seu departamento de Assessoria Jurídica. Após essa permuta ou compra de imóveis, que são adquiridos conforme o preço do mercado imobiliário altamente inflacionado, em virtude de as áreas de expansão da cidade serem bem delimitados, conforme exposto anteriormente, essas glebas são loteadas e atendidas com a infra-estrutura básica: água, luz e, às vezes, asfalto.

3.2 O surgimento das Associações de Moradores de Bairros

Para entendermos como surgiram e como se organizam as Associações de Moradores de Bairros (AMB) de Jataí, se fez necessário tomar alguns procedimentos. Inicialmente procuramos a Prefeitura Municipal para que nos apontasse que caminho seguir nessa investigação. Fomos informados que, nas dependências da prefeitura, existe um local destinado à sede da União das Associações de Moradores dos Bairros de Jataí - UNAMBATAÍ. Lá fomos informados que há na cidade 67 bairros, e que estes formam 32 Associações: algumas delas representam mais de um bairro. Foi-nos concedida uma relação contendo os nomes dessas associações, dos presidentes e respectivas localizações.

De posse de tais informações, optamos por fazer uma entrevista com os presidentes das associações para compreendermos algumas questões. Das 32, foi possível pesquisar 28, pois algumas estão sem presidente, o que determina o seu não-funcionamento, ou por estarem em época de eleições. Estão em funcionamento as associações dos bairros Jardim Goiás; Jardim da Liberdade; Vila Brasília; Setor Dom Abel; Setor Santa Terezinha; Bairro Santo Antônio; Vila Mutirão; Setor José Bento; Conjunto Rio Claro; Setor Epaminondas; Vila Fátima; Vila Paraíso I e II; Vila Progresso; Vila Sofia; Vila Olavo; Conjunto Estrela Dalva; Bairro Jacutinga; Setor

Granjeiro; Setor Hermosa; Bairro Francisco Antônio; Vila Luiza e Bairro Popular; Setor Colinas; Setor Geda, José Estevão e Dom Benedito; Setor Colméia Park; Setor Aeroporto; Vila São Pedro; Bairro Jardim Paraíso; Setor Fabriny e Setor Cohacol.

Jataí é uma cidade nova, e, como não poderia ser diferente, as associações também têm uma história bastante recente. Das 28 pesquisadas, 05 foram fundadas na década de 80, 14 na década de 90, uma nesta década e oito delas não têm registro de sua fundação.

Antes de conhecermos melhor essas Associações, entendemos que é de fundamental importância destacar o que estamos entendendo como Associação de Moradores de Bairros, dentro de um contexto dos movimentos sociais.

O século XX trouxe novos sentidos ao conceito de cidadania, ao contrário do projeto burguês, que sobrepõe os deveres - deveres para com o Estado, o interlocutor oficial da sociedade - aos direitos dos indivíduos. O Estado, então, passa a regular, restringir ou cassar os direitos dos cidadãos em determinadas conjunturas históricas. A cidadania, assim, deixa de ser conquista da sociedade civil e passa a ser competência daquele. Paralelo a isso, ocorre o desenvolvimento do pensamento de que a cidadania é pensada como retorno à idéia de comunidade, em contraposição à sociedade burocratizada. Trata-se de uma transfiguração do real, pois as instituições da sociedade civil moderna são representadas como uma grande comunidade. O cidadão é, então, o homem civilizado, participante de uma comunidade de interesses, solidário com seus pares.

A contradição é gritante e, para fugir da realidade, apela-se para outro referencial, que é a acepção do conceito de cidadania, elaborado a partir de grupos organizados da sociedade civil, através de movimentos - a cidadania coletiva. Segundo Gohn (1999), são vários os elementos que contribuem para a formação de um novo ator histórico, enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: o desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo; a massificação das relações sociais; o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social; as frustrações com os resultados do consumo ávido de bens e produtos; o desrespeito à dignidade humana e o desencanto gerado pela febre do lucro capitalista.

Para ela, Movimentos sociais são os elementos de um cenário que criam um novo ator histórico, enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais. O cidadão coletivo, presente nesses movimentos, faz reivindicações baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas. Junto com as demandas populares, encontramos demandas advindas de grupos não tão explorados no plano de produção ou dos direitos humanos - vida, saúde, educação

e moradia -, mas igualmente desapossados no plano de seus direitos civis de liberdade, igualdade e justiça.

A cidadania não se constrói por decretos e intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ao contrário, ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo de experiências produzidas. A cidadania coletiva é formadora de novos sujeitos históricos.

Para Ammann (1991), movimento social representa a ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou preservação da ordem estabelecida. Para ela, os Movimentos Populares de Bairros podem ou não pertencer àquela categoria. Não podem, na medida em que esses movimentos forem precedidos por grupos organizados e assessorados pelo Estado, quer para fins de controle político sobre a população, quer para transformá-los em órgãos de apoio e reforço à administração pública, constituindo-se assim em extensão ou representação do aparelho estatal.

Para compreendermos como essas questões se dão no contexto dos bairros jataienses, necessário se faz conhecê-los melhor; saber como funcionam suas associações; como elas se comunicam com o poder público; quais suas formas e principais reivindicações e como são atendidos, tendo-se em vista que, no momento da formação inicial do bairro, e, conseqüentemente, das associações de bairro, elas passam de um estágio de nascimento para o de institucionalização, o que tão logo levará à sua legitimação e regulamentação da participação de base, já que os bairros são governados não pelas assembléias, mas pelos seus representantes.

Para que isso fosse possível, elaboramos então um roteiro de entrevista (anexo III) e nos dirigimos a cada bairro para realizar a coleta dos dados necessários. Como mencionamos anteriormente, só foi possível a realização desse trabalho em 28 bairros. Essas entrevistas foram aplicadas aos presidentes das associações de moradores tendo-se em vista que a maioria delas não possui sede própria, sendo que o único meio de conseguir os dados, muitas vezes, foi dirigirmo-nos ao trabalho ou a residências das pessoas, já que, na maioria dos bairros, a representação das associações acaba acontecendo nas residências dos presidentes ou de membros, local onde também esporadicamente acontecem os encontros e reuniões.

Primeiramente interessou-nos saber o número de pessoas que compõe a diretoria da associação e os cargos existentes dentro da mesma. Descobrimos, então, que existe um número padrão, por força de estatuto: 26 dessas associações responderam que são compostas de 13

membros e apenas 1 respondeu que é composta por 12, por força do estatuto, diferenciado dos demais. Estas funções são distribuídas entre presidente; vice-presidente; 1º secretário; 2º secretário; 1º tesoureiro; 2º tesoureiro; diretor sócio/cultural; 3 membros do conselho fiscal e 3 de suplência. Todas elas têm uma duração de dois anos de mandato.

Todas elas enfrentam problemas por ocasião da montagem da chapa, a fim de concorrerem às eleições: um deles é que não há disputantes para os cargos, o que leva sempre à eleição de uma chapa única. Normalmente, na montagem da chapa, começa-se pelo presidente, que é indicado pela comunidade à qual pertence, e às vezes, por interesse próprio. O presidente tem liberdade para compor ou convidar outros membros, sempre levando em consideração alguns requisitos. A afinidade com os cargos exigidos pelos estatutos da associação é um deles.

Para Gohn (1999), a participação gerou muitos frutos, que não foram tanto de ordem material no sentido de conquistas imediatas, mas muitos no sentido de se instaurar uma nova racionalidade no social:

(...) a de que o povo, os cidadãos, os moradores, as pessoas, ou qualquer outra nação ou categoria que se empregue, têm o direito de participar das questões que lhes dizem respeito (p. 98).

Entretanto, em diferentes ambientes sociais, foi comum ouvirmos que estes movimentos estão em crise; que há uma apatia junto a grupos sociais, até então organizados; que a descrença e a desmobilização predominam; que a era da luta pela participação das pessoas em movimentos acabou. Essa situação fica clara na realidade estudada: por vezes, para se conseguir formar uma chapa única, a fim de concorrer à eleição, já é difícil e para a concorrência então é impossível, o que vai ao encontro dos pensamentos da autora citada, pois, para ela, a nova onda é a da privacidade, a do individualismo. O coletivo, como solução para problemas que afligem as pessoas, se não acabou, estaria em descrédito “(...) os muros caíram e derrubaram as utopias” (p. 98).

Para ela, a crise dos movimentos populares precisa ser considerada em seus devidos termos. Inicialmente, porque uma das características básicas de todo movimento social é seu fluxo e refluxo, pois elas têm uma provisoriedade em sua materialização como organização: a organização pode morrer, mas a idéia geradora certamente persistirá, e essa idéia gerará o renascimento do movimento em outro contexto. Portanto, movimentos são frutos de idéias e

práticas, e as práticas fluem e refluem, e as idéias persistem e se transformam agregando elementos novos, ou negando velhos, segundo a conjuntura dos tempos históricos. Os movimentos são históricos e têm embutido uma historicidade particular, que se expressa em suas práticas, na sua composição, em suas articulações e em suas demandas. Entretanto, como já apontamos no capítulo dois, existem autores, como Coutinho, por exemplo, que acreditam que os movimentos sociais estão em ascensão.

Outra questão abordada junto às associações foi sobre a existência de sede própria: 03 delas possuem sede própria e 25 não. 17 delas funcionam nas casas dos membros da diretoria, normalmente nas do presidente, uma em um ginásio de esporte e 7 em centros comunitários, igreja e escola.

Segundo Ammann (1991), as reuniões são freqüentemente realizadas nas residências dos próprios membros da diretoria. Para ela, isso pode trazer a vantagem da privacidade, da proximidade com a vizinhança e evitar a dependência das instituições políticas ou religiosas. Essa dependência destes locais pode trazer algumas contrapartidas, pois se sabe que um local cedido significa apoio, o que pode, muitas vezes, levar a um atrelamento da associação a partidos políticos, segmentos religiosos, entre outros. Mas, por outro lado, traz como desvantagem a interferência externa, interrupções e dissipação.

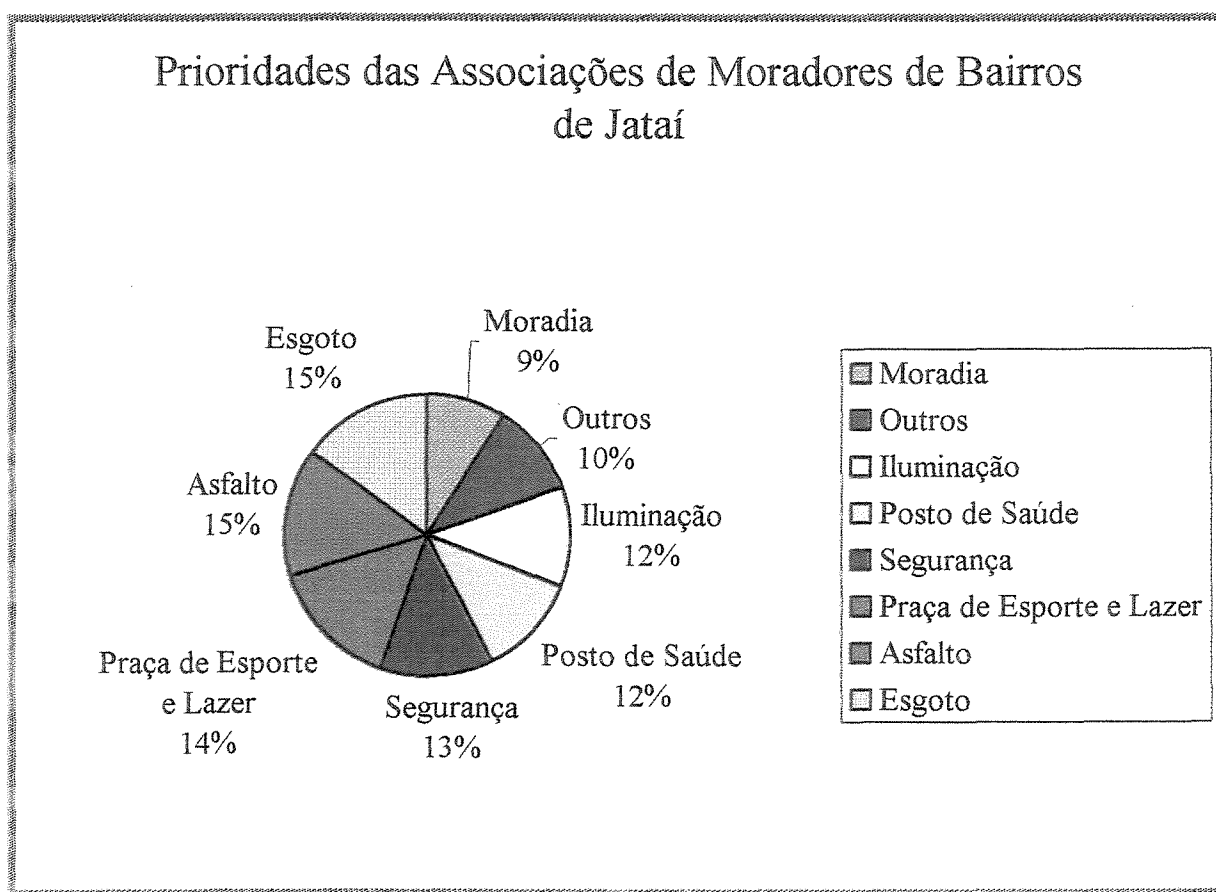
Abordamos também sobre como funciona a filiação das pessoas na associação, e como se dá a participação dos 'filiados' no cotidiano. Fomos informados de que, por força do estatuto, existe a necessidade de um cadastro dos moradores, mas, na prática, nenhuma delas possui um sistema de filiação e nem de cadastramento. Existe apenas o registro dos eleitores por ocasião das eleições de novas diretorias, o que nos leva a crer que a participação popular ocorre somente nessas ocasiões, tendo em vista que, nos momentos coletivos das associações, estão envolvidos apenas os membros da diretoria. Todos os entrevistados reforçaram essa situação quando apontaram que consideraram muito baixa a participação dos membros da comunidade; inclusive nas eleições ela é bastante deficitária.

As convocações para reuniões, tanto para a comunidade quanto para a diretoria, são feitas através de carro volante, rádio ou panfletos. Segundo os presidentes das associações, por força do estatuto, essas reuniões deveriam acontecer uma vez por mês, mas isso não ocorre. Algumas associações realizam reuniões apenas entre os membros da diretoria, por não haver fato

novo a ser anunciado. Normalmente, quando se convoca reunião para todos os membros da comunidade, é para anunciar que se conseguiu algo.

A mobilização para organização das reivindicações acaba ficando bastante comprometida, tanto no que diz respeito à participação da comunidade, como na dos membros da diretoria, quando quer saber do povo quais são suas reais reivindicações. Uma das associações afirmou que nela não há nenhum tipo de mobilização, e 27 disseram que se mobilizam através de reuniões; dessas, algumas acrescentam a utilização da imprensa, acreditando que esta possa ajudar no engrandecimento da luta pela conquista dos pedidos. Entretanto, a operacionalização das reivindicações, na grande maioria dos casos, fica a cargo apenas do presidente, mas em alguns casos outros membros auxiliam diretamente neste trabalho.

Fizemos um levantamento das principais reivindicações das associações de moradores de bairros de Jataí, que se encontram dispostas no quadro abaixo.



Para elas, é mais importante buscar soluções de alguns problemas, que são considerados primários, e outros acabam ficando em outro plano. No gráfico acima, podemos perceber que a população jataiense considera que asfalto e esgoto são problemas que devem ser

atacados em primeiro plano; praças de esporte e lazer aparecem em segunda prioridade; em terceiro, aparece a segurança; em quarto, iluminação e posto de saúde; em quinto, outros problemas como construção de creches, feira, coleta de lixo, arborização, centro comunitário, passarelas, abertura de ruas, escolas, ampliação do comércio e preservação da mata ciliar, e, finalmente, em sexto lugar, moradia. Podemos verificar que, através desses dados, ao contrário do que normalmente acontece, a população está pouco carente de moradia, e que a construção ou a animação de praças de esporte e lazer aparecem em segunda prioridade.

Para Castro (1997), parece-nos claro que, no conjunto de ações governamentais, o fenômeno esportivo situa-se, antes, numa posição marginal frente a setores como o da economia, da saúde, da educação, da habitação. Aliás, em algumas pesquisas de opinião, entre os problemas mais sérios e urgentes, que deveriam ser enfrentados pelo governo, o esporte não aparece ranqueado. É mais ou menos lugar-comum, portanto, que na ordem de prioridades das ações do poder público o esporte não ocupe lugar de destaque.

Para Castellani Filho (2001), o esporte viu-se sempre relegado a um plano secundário quanto à definição de políticas de governo, fruto de uma visão preconceituosa própria do pensamento dos pseudo-intelectuais de direita ou de esquerda, que entendem ser a discussão desse tema de interesses restritos à burguesia.

Quando questionamos sobre os meios e/ou métodos utilizados para fazer valer suas reivindicações, as associações apontaram como principal forma a utilização de ofícios, em que solicitam os benefícios almejados. Algumas dizem que vão diretamente aos órgãos imbuídos desta responsabilidade (prefeitura ou outros) ou buscam contatos políticos. Duas associações responderam não haver canal de interlocução entre elas e a prefeitura ou órgãos afins, e 26 responderam que possuem um canal de comunicação através de um cargo instituído na prefeitura para esse fim, o de Assessor para Assuntos Comunitários. Duas delas afirmaram já ter utilizado desse canal de comunicação, e suas reivindicações terem sido concretizadas: 24 afirmaram não se utilizarem desse canal e, quando o fizeram, não foram bem sucedidos em seus pedidos.

Um fato importante deve ser apontado para compreender melhor essa situação: durante as entrevistas, alguns presidentes de associações disseram que a ocupação desse cargo seria por indicação deles, a princípio, eles o fizeram, mas, segundo eles, a pessoa que o assumiu não foi a indicada por eles, e sim uma pessoa indicada pelo executivo (da prefeitura), o que ocasionou uma certa revolta entre as associações: há uma eminente dificuldade de acesso a essa

instância para se fazer reivindicações. Esse fato suscitou em nós o interesse em averiguar a situação. Dirigimo-nos, então, a Prefeitura Municipal, para tentar estabelecer um diálogo com o Assessor de Assuntos Comunitários, através de uma entrevista (Anexo IV). Ele nos recebeu e atendeu prontamente as nossas solicitações.

Perguntamos a ele qual é a função desse cargo e como foi sua criação. Ele nos informou que a função é interligar as associações de bairros com o gabinete do Prefeito, e que a criação desta assessoria ocorreu por ocasião de uma reunião realizada entre o Prefeito, a UNAMBATAÍ e as associações de bairro, ocasião em que os últimos solicitaram ao primeiro a criação do cargo.

Quando lhe perguntamos como foi escolhido para o cargo, ele nos informou que *fui escolhido para ocupar através do convite do prefeito Humberto Machado*. Segundo nos disse, ele já desempenhava um trabalho junto às associações e tinha boas relações com o secretariado da prefeitura. Por isso foi convidado para o cargo.

Perguntamos ao assessor qual a relação dele com as associações de bairros e com o poder público e qual das duas classes ele acha que representa. Com relação às associações de bairro, ele nos disse que *no começo foi meio difícil né, porque umas associações, parece não assimilou bem, agente assumir esse cargo, mas direto com o trabalho da gente aí, vem algumas associações aceitando gradativamente o trabalho da gente com a ligação direto com a prefeitura*. Quanto ao poder público, disse-nos que sua relação é estritamente relacionada ao cargo que ocupa e que ele representa apenas os interesses das associações de bairros.

Quanto às reivindicações oriundas das associações de bairro, ele nos disse que são feitas através de ofícios, encaminhados a ele através da UNAMBATAÍ, com três vias: uma fica arquivada na associação, duas ficam com ele, das quais ele encaminha uma para o prefeito. Fica, então, aguardando o despacho com aprovação ou não do benefício reivindicado. Na opinião dele, vários pedidos feitos pelas associações de bairros já foram atendidos, e os que não o foram, é porque necessitavam de estudos mais aprofundados. Para ele, sua função/cargo é muito importante, porque facilita o trabalho dos presidentes de associações de bairros: muitas vezes, eles perdiam tempo por não saberem para onde encaminhar os seus ofícios ou fazer seus pedidos, e porque, através desse cargo, ele fica disponível para encaminhar as reivindicações às repartições competentes.

Finalmente perguntamos como via a opinião dos presidentes de associações de bairro quanto à sua função. Ele respondeu que

muitas das vezes, é, eu até acho interessante, porque todos que mandam ofício quer o bem o mais rápido possível, quer receber aquele benefício e muitas das vezes agente não tem o poder de resolver todos. Então alguns fica contrariado, mas depois agente conversa, explica, mostra o porque não foi atendido, (...) futuramente agente consegue aquele benefício, alguns reclama, o que é normal que eu também quando tava na associação reclamei e reclamava muito, (...) isso faz parte da democracia, tudo que se pede, não se ganha tudo, mas o que ganha e bem vindo para a comunidade. (Assessor de Assuntos Comunitários).

Uma outra instância utilizada pelas associações são os vereadores ou políticos mais próximos delas. Das 28 associações, 4 responderam que todos os vereadores do município são próximos e sensíveis às suas lutas; 4 responderam que não existe nenhum vereador ligado a elas, e justificaram ou dizendo que procuram evitar comprometimento político na associação ou que nunca foram procurados pelos vereadores; 6 disseram que o vereador mais próximo é Leandro Vilela, vereador eleito pelo PMDB e presidente da câmara; 7 apontaram o vereador Geovaci Peres do PMDB; 1 apontou o vereador Adilson Moraes do PSDB; 1, o vereador Adilsom Carvalho do PMDB e 5, o vereador Carlone Assis do PFL.,

Quando abordamos a questão sobre a destinação de orçamentos por parte de algum órgão para as associações, e se a comunidade contribui, de alguma forma, todas responderam não terem nenhum tipo de verba destinada a elas, e também que não há nenhum tipo de contribuição por parte da comunidade. Esse fator dificulta extremamente o desenvolvimento de atividades que dependem de custeios financeiros. Uma associação aluga um espaço da área que faz parte de um campo de futebol e arrecada uma pequena verba mensalmente; outra aluga horários em um ginásio, que é administrado pela associação; mas as 28 arrecadam verbas através de patrocínios, verbas de membros da própria diretoria e algumas promovem, esporadicamente, bingos.

Nesse sentido, as atividades, que são promovidas pelas associações para a comunidade a qual representam, ficam bastante limitadas e comprometidas e, para confirmar isso, durante nossos questionamentos, 20 responderam que não desenvolvem nenhum tipo de atividade, e 8 afirmaram que desenvolvem atividades como torneios de futebol ou futsal, dia dos pais, ruas de lazer, escolinhas de futebol, garota-comunidade e gincanas. Das 8, que desenvolvem

as atividades citadas, 3 as realizam apenas esporadicamente, e 5 afirmam tentar manter uma continuidade dos eventos. Para elas, os eventos são organizados com interesse em atender à comunidade do bairro, mas, de acordo com os depoimentos, esses eventos vêm atendendo, em grande maioria, apenas a população masculina.

Procuramos mostrar até aqui um apanhado geral de todas as AMBs que foram passíveis de pesquisa, como elas são organizadas e como elas existem nessa teia de relações de poder.

Segundo Demo (1988), por organização da sociedade civil entende-se a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização. Qualquer grupo organiza-se, de modo mais ou menos explícito, em função de seus interesses, sobre os quais possui suficiente nível de consciência histórica. Para ele, o Estado seria a organização da sociedade civil em função dos interesses dessa sociedade, já que os detentores do poder teriam nada mais que um mandato de representação a partir da sociedade. Na prática a constatação é outra: o Estado tende a tornar-se muito mais representante da parte dominante da sociedade, do que da parte dominada. Admite-se como regra fundamental do jogo de qualquer estrutura de poder, visto este de cima para baixo, ou da ótica dominante: tendência a privilegiar-se às custas dos dominados.

Segundo esse autor, não há dicotomia entre Estado e sociedade civil: não é facilmente visível, nem demarcável. O Estado está tão presente na sociedade que uma linha definitiva pura seria impraticável. O mais comum será a superposição móvel: em momentos estamos no Estado, em outros na sociedade civil.

A relação entre Estado e sociedade civil é de imbricação mútua, cabendo àquele uma função serviçal ou ministerial. Neste sentido, o Estado é um lugar sumamente estratégico, não marcado exclusivamente pela concentração tendencial de poder e de abuso por parte das elites vigentes, mas igualmente marcado pela possibilidade de administração da equalização de oportunidades, através de sua característica pública.

Nesse sentido, entende-se por sociedade civil, não uma entidade contraditória ao Estado, avessa a ele, mas simplesmente a massa dos desiguais e dos desorganizados, que não consegue controlar o Estado. O problema do Estado diante da sociedade é este: a quem serve e quem o controla. Nesse caso, o Estado manifesta lógica similar à do capital, na sua tendência de exacerbar as desigualdades. Assim como é necessária a organização do trabalhador para se opor à

tendência exploradora do capital, é necessária, também, a organização do cidadão, para se contrapor à tendência discriminatória do Estado.

O Estado foge de ser avaliado pela sociedade organizada, como o ‘diabo foge da cruz’. Prefere declarar-se comprometido com o povo, apelando para a ideologia barata de que o povo deve acreditar no Estado, ver nele o lugar público das desigualdades sociais, e não agredir seu lugar essencial na história pátria. Em contrapartida, sabemos que o poder somente pode ser controlado, de forma realista, por aqueles que são alijados dele, pelos desiguais. Precisamente por causa disso, está muito mais facilmente nas mãos destes a chance de mudanças históricas.

Para Demo (1988), uma sociedade civil não organizada, ou mais precisamente organizada para a submissão, não tem condições de defender seus interesses frente aos interesses dominantes e do Estado. É certo que o início de processos participativos está na capacidade de organização da sociedade civil, porque somente assim ela adquire vez e voz. À sombra da desorganização da sociedade civil, Estado e grupo dominante “pintam e bordam”, porque não aparece força contrária capaz de coibir desmandos, corrupções e aproveitamentos próprios. Produz-se aí toda sorte de assistencialismo e de compensação. O Estado, de instância de serviço à sociedade passa à tutela e já distribui favores, não mais cumpre deveres. Não precisa prestar contas, porque imagina nada dever à base. Quanto mais desorganizada for a sociedade civil, maior o espaço de desmando.

Entretanto, não se pode interpretar a sociedade desorganizada como conformista e indolente. Na verdade, este quadro de um processo histórico de opressão, que conseguiu “domesticar” a sociedade, podendo chegar ao cúmulo de tornar o assistencialismo uma necessidade vital. Essa sociedade já não saberia viver fora das tutelas que a cercam, como se fosse um filho que não sabe viver fora da responsabilidade dos pais. Acostumou-se ao parasitismo de tal forma, que já é modo de vida. Na verdade esta não se “decidiu” pelo parasitismo, mas foi levada a esta situação pela estrutura de dominação. No entender de Demo (1988), temos uma história cansada de partidos pouco representativos da sociedade, ou usados por cúpulas à revelia das bases. Para ele, nossa história política é muito mais conhecida pelos populismos e demagogias; pela presença dos “coronéis” com seus currais eleitorais e conseqüente manipulação do voto; pela ingerência excessiva do poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário; pela frouxidão das ideologias, e assim por diante.

3.3 Conjunto Rio Claro

Como nos propusemos, a partir de agora vamos tentar afunilar nossos estudos nos dedicando a conhecer mais detalhadamente a Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro (AMCRC). Conhecer Jataí é importante, mas consideramos de fundamental importância conhecer como sua sociedade se organiza e faz seu diálogo com o poder público, e, para isso, entendemos que os bairros, através de suas associações, seus representantes e representados é que constituem uma comunidade, a bem da verdade, cheia de contradições como toda prática social.

No item anterior, tentamos fazer um apanhado geral desse quadro, mostrando a sociedade Jataiense através de suas comunidades de bairro. Entretanto, para nossa pesquisa, interessa-nos aqui apontar uma só delas. Para que fosse possível fazer a opção por uma, tivemos que trilhar esse longo caminho e conhecer todas para que pudéssemos fazer uma opção através da leitura de uma realidade conhecida.

Ao longo desse percurso, várias indagações vieram à tona, pois as dúvidas eram muitas. Qual associação escolher? Por quê? Baseado em quais critérios? Mas, no transcorrer do caminho, alguns acontecimentos nos ajudaram a amadurecer essa escolha, e então começamos a pensar em escolher a que estivesse mais bem estruturada, com uma maior bagagem no terreno das lutas políticas, com um maior poder organizativo e reivindicatório e a mais marcada por uma história de conquistas através de lutas populares.

Após observarmos todos esses critérios, é que escolhemos, então, o Conjunto Rio Claro (CRC) através de sua associação representativa. Feita nossa opção, achamos por bem falar um pouco da história do surgimento desse conjunto bem como de sua associação.

O resultado do rápido crescimento, ocorrido após os anos 80, trouxe consequências para a cidade. Podemos citar uma delas: o surgimento de bairros desprovidos de infra-estrutura suficientemente adequada. O Conjunto Rio Claro não se enquadra totalmente nessa realidade, tendo em vista que atende a alguns parâmetros de um planejamento urbanístico. Uma das características que podemos apontar para comprovar essa questão são as ruas de acesso ao conjunto: são amplas, construídas dentro de um padrão ainda não existente em outros conjuntos habitacionais de Jataí, conforme nos aponta Freitas (1999).

O Conjunto Rio Claro, situado na região noroeste de Jataí, é composto por três etapas, sendo que a etapa I foi financiada pela COHAB, e as etapas II e III, pela Caixa Econômica

Federal. Este conjunto possui uma área total de 451.275,99 metros quadrados, dos quais 99,5% do setor é ocupado por casas, e a paisagem que aí predomina é a construção típica de conjunto habitacional classificada como padrão precário e simples.

O agravamento progressivo das condições habitacionais dos centros urbanos faz com que os trabalhadores se dirijam ao Estado para que esse possa interceder na busca de suas reivindicações de moradia. Então, as instituições financeiras, responsáveis pelo atendimento dessas necessidades, são acionadas para satisfazerem a população quanto à questão do déficit habitacional. Dessa forma, financiar um imóvel se torna a única maneira de o trabalhador atingir seu sonho de moradia.

O caso do Conjunto Rio Claro não foi diferente. Para conseguirem estar nessa condição, os trabalhadores interessados nas residências tiveram que formar filas enormes dias e noites, a fim de fazerem sua inscrição para as casas. Vale ressaltar que nem todo trabalhador consegue se equiparar nessa luta com seus companheiros, pois a burocracia solicitada para tal financiamento é algo desanimador. Logo após essas longas esperas em filas, e as dificuldades encontradas na captura de todos os documentos considerados necessários, todos, enfim, acabaram conseguindo fazer suas inscrições. Entretanto, isso ainda não foi o suficiente, tendo-se em vista que, é claro, o número de inscrições superaram em muito o número de residências disponíveis. O próximo passo, então, foi reunir todos os interessados em um ginásio de esportes da cidade e fazer um famoso 'sorteio'. Então os cidadãos contemplados foram aqueles, que na noite marcada, tiveram a sorte da 'pedra' de seu número sair.

A história ainda não acabou, pois os 'sortudos', que agora poderiam se dizer donos de sua casa própria, começaram a alugá-las, e, às vezes, o aluguel cobrado era o preço da parcela mensal que deveria ser repassada ao agente financiador. Segundo Freitas (1999), esse acontecimento acabou por levar para o bairro uma parcela da comunidade que não era aquela que pleiteou os imóveis inicialmente, ocorrendo, então, uma gradual troca da clientela do bairro. E o conjunto, foi criado para solucionar problemas habitacionais para uma determinada parcela da comunidade, acabou tendo seu objetivo aos pouco desfeito. De lá para cá, essa descaracterização da clientela ficou algo transparente, pois, segundo essa autora, das casas construídas, a grande maioria foi completamente descaracterizada, e as que ainda continuam em sua forma original são as dos habitantes pioneiros que ainda não abandonaram o bairro. Atualmente, o conjunto possui

como moradoras pessoas que atuam como comerciantes e comerciários, bancários, professores e alunos universitários, entre outros.

Um outro fator importante foi que essa parcela da população, com maior poder aquisitivo, começou a fazer investimentos no local, o que levou a uma maior valorização dos imóveis no conjunto e uma conseqüente elevação do nível de status da localidade. Para Freitas (1999), *O fato da existência de uma classe média baixa morando neste setor possibilita a vinda dessa infra-estrutura para o local e vice-versa* (p. 41). O Conjunto pode ser considerado um dos mais bem estruturados do município, já que conta com vários requisitos básicos: asfalto, iluminação, transporte coletivo e outros como posto médico, Igreja, escola, que atende de 1º à 8º série do ensino fundamental, posto policial, praças e outras áreas de lazer, supermercados, farmácias e outros.

Um dos fortes motivos para a escolha da associação mencionada deu-se em função de esta ter como representantes e representados comunitários pensamentos político-oposicionistas ao executivo municipal. De acordo com Freitas (1999), o surgimento dessa associação está bastante atrelado ao um vereador municipal do PSDB que, embora não tendo sido seu primeiro presidente, atuou em gestões posteriores e está atualmente afastado da diretoria da associação por força do estatuto que impede que faça parte de sua composição pessoas com cargos políticos.

A Associação do Conjunto Rio Claro foi fundada em 16 de fevereiro de 1992 e teve como primeiro presidente, em caráter provisório, o senhor Eufrã Assis Rocha. Sua finalidade inicial, conforme registro em livro de ata, era ‘estudar projetos que mais interessassem à comunidade e tomar as providências que se fizessem necessárias junto à Prefeitura Municipal de Jataí’. Após o surgimento dessa associação, até hoje já foram empossadas cinco diretorias, que sempre contaram com 13 pessoas distribuídas em seus mais diversos cargos.

Um outro fator relevante para a prosperidade dessa associação deve-se ao fato de esta, no município, ser a única com sistema de financiamento pela CEF (Caixa Econômica Federal), ainda que apenas parte do conjunto. Nesse sentido, o serviço social da COHAB-GO incentiva tais iniciativas, claro, que dentro de sua ótica. Para ela uma associação de moradores

é uma força organizativa no bairro ou conjunto habitacional... é através da associação, que se formam grupos capazes de discutir, representar e reivindicar os diversos interesse dos moradores a fim de que se possam resolver problemas comuns. Através da associação as pessoas ao mesmo tempo aprendem ensinam e se divertem, com amizade e

colaboração...uma associação é ao mesmo tempo: organizada, representativa, reivindicatória e unificadora em cada bairro ou conjunto habitacional. Serviço Social da Cohab-Go (p. 1 e 2).

Esse documento aponta, também, que as associações de moradores devem ter como grande objetivo melhorar cada vez mais a vida dos membros do bairro e, para isso, devem ser observados, como caracterização de melhoria, aspectos em várias partes: física - asfalto, escola, centro comunitário, telefones públicos, praças de esporte, creche e etc.; saúde - palestras, vacinações, exames preventivos, atendimento médico-odontológico e etc.; culturais - cursos de alfabetização para adultos, escolinhas de arte, exposições, criação de grupos teatrais, criação de bibliotecas e etc.; e, finalmente, na área de recreação e lazer - ruas de recreio, festas, formação de times de várias modalidades esportivas, formação de grupos esportivos, promoção de torneios, etc.

E o documento continua apontando cinco funções de uma associação de moradores: mobilização, organização, criação, participação e entendimento. A primeira diz respeito à convocação das pessoas para se unirem e participarem juntas a fim de conseguirem seus objetivos; a segunda refere-se ao fato de que a associação deve ser organizada de forma inteligente, *uma disciplina que põe cada coisa no seu lugar certo e que é portanto justo e agradável* (p. 3), e, para isso, cada associação deve ter diretoria, estatuto, regulamento interno, contabilidade, boletins informativos, entre outras formas de organização. Quanto à terceira, a orientação é que *basta se pensar, ter uma idéia e fazer a idéia virar coisa de verdade* (p. 3). A participação, quarta função básica, ocorre quando os moradores se reúnem para discutirem as idéias e formarem sua associação; a participação pode se dar em nível de presença nos momentos coletivos ou simplesmente através de idéias. Quanto ao entendimento, última função, significa o indivíduo conseguir perceber aonde quer chegar, *quando se entende bem aquilo que se quer, se passa a acreditar naquilo que se quer* (p. 3). Para o serviço social da Cohab-Go, é através dessas funções que *a associação de moradores vai levando ao desenvolvimento social que é a soma de todas as funções* (p. 3).

3.4 Pesquisa: apresentação e análise dos dados

Organizamos essa parte da pesquisa em alguns momentos. Em primeiro lugar, e como já mencionamos anteriormente, fizemos uma busca nos documentos pertencentes à Associação de Moradores; a partir daí, selecionamos os que consideramos mais importantes, que foi o livro de ata e a pasta de ofícios emitidos e recebidos. Ao verificar os conteúdos desses documentos, sentimos a necessidade de aprofundar o contato com a Associação, quando lançamos mão da observação participante. Nesse momento da pesquisa, sentimos falta de algumas informações que pudessem acrescentar algo mais à nossa análise de dados. E para isso, acrescentamos mais um instrumento de pesquisa, que foi entrevista com pessoas envolvidas na diretoria da Associação de Moradores em busca de tais complementos.

No livro de ata da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro, estão registradas todas as reuniões e ações desenvolvidas pela diretoria. Na pasta de ofícios emitidos e recebidos estão registradas todas as solicitações e reivindicações da diretoria, bem como algumas respostas aos pedidos encaminhados. Para que fosse possível a exposição dos dados acima mencionados, colhidos tanto no livro de ata, na pasta ofício, na observação participante e nas entrevistas realizadas, optamos por apresentá-los em forma de categorias; assim, elegemos quatro: *as diretorias* da Associação de Moradores, considerando-se o número de diretorias existentes na associação desde seu surgimento, o número de reuniões por ano e por diretorias, as reivindicações comuns por diretoria, e as melhorias, conseguidas por cada diretoria; a *participação*, tanto dos membros da diretoria como da comunidade local e do poder público, e, ainda, a abordagem dos assuntos que faziam com que as pessoas comparecessem às reuniões; *os conteúdos das reuniões*, abordando os principais assuntos tratados e a maneira como eram conduzidos e registrados nas reuniões da Associação; e, finalmente, *os eventos* de esporte e lazer, no que se refere à quantidade, à frequência e aos tipos de eventos realizados pelas respectivas diretorias.

As entrevistas, que realizamos enquanto complementação da investigação, serão usadas ao longo da exposição dos dados e de acordo com as necessidades. Os sujeitos-alvos dessas entrevistas serão identificados da seguinte forma: VP – Vice-prefeito Municipal (Anexo I); PU – Presidente da UNAMBATAÍ; AAC (Anexo V) – Assessor de Assuntos Comunitários (Anexo IV); PA1 – Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro no período de

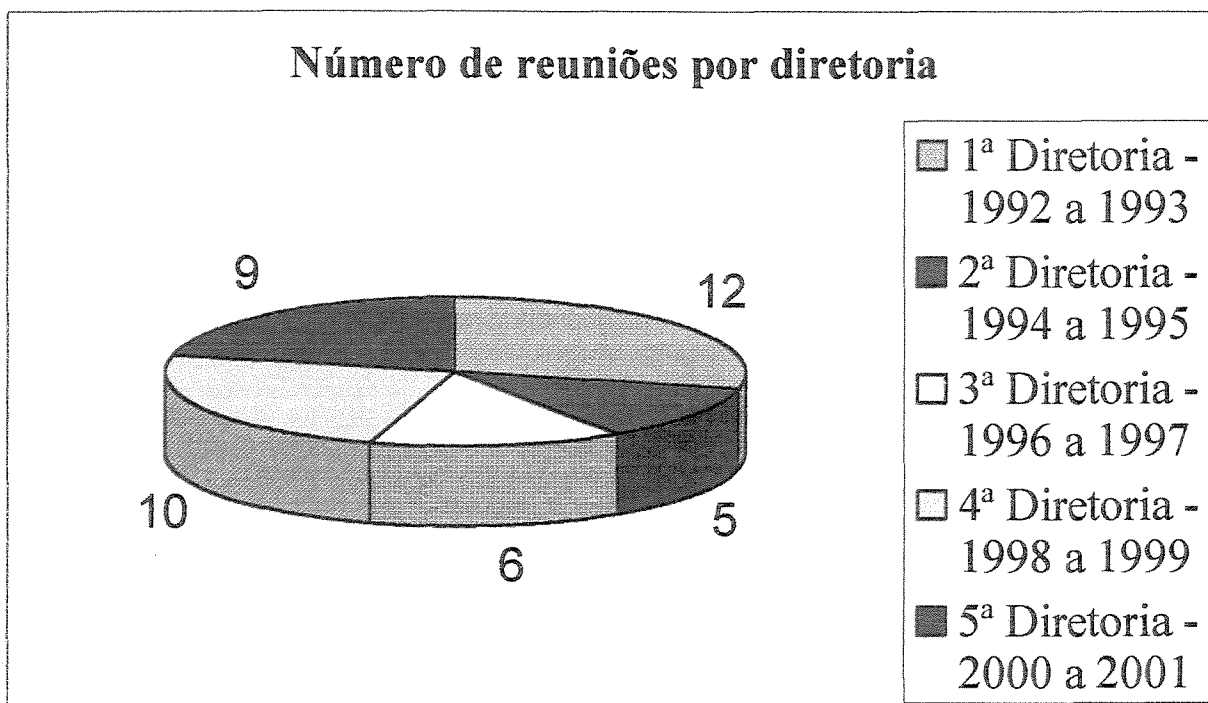
2000/2001 (Anexo VI); PA2 – Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro no período de 2002/2003 (Anexo VII); e M1 e M2 (Anexo VIII) para dois membros da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro no período de 2000/2001.

As observações foram feitas por ocasião das reuniões da associação e aconteceram em número de quatro, que serão identificadas ao longo do texto da seguinte forma: 1ª OB – primeira observação, 2ª OB – segunda observação, 3ª OB – terceira observação e 4ª OB – quarta observação. Foram feitas ainda, algumas observações esporádicas na sede da UNAMBATAÍ, que também serão utilizadas no decorrer do texto.

Gostaríamos de salientar que esse número de observação, colhidas por ocasião das reuniões da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro, pode ser considerado insatisfatório, e se deu em função de que, nesse período em que foram realizadas as observações – outubro de 2001 a janeiro de 2002, houve apenas quatro, reuniões e não houve nenhum outro tipo de evento realizado por eles, que pudesse ser passível de observação. Mesmo durante o ano de 2002, após a transição de diretoria, esse quadro continuou o mesmo. Tal fato pode ser constatado através da fala de PA2 que diz o seguinte: *nós não tivemos nenhuma reunião assim pra definir alguma coisa de importante que não eu não dei conta de resolver (...) a associação na minha diretoria até hoje nós não fizemos nenhum evento igual tivemos outros eventos anteriores* (PA2).

Feitos os devidos esclarecimentos, vamos agora passar a expor e analisar os dados encontrados na realidade pesquisada:

a) As diretorias



Podemos verificar, através desse gráfico, que, de 1992 a 2001, a Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro teve cinco diretorias, agrupadas num período de gestão de dois em dois anos. Podemos perceber que, na primeira diretoria, ocorreram os maiores números de reunião, provavelmente por motivos da criação da Associação e das primeiras providências a serem tomadas. Já na segunda e terceira diretorias, houve um déficit considerável nesses números, voltando a crescer novamente na quarta e quinta diretorias.

Observamos que os dados referentes ao número de reuniões, realizadas por diretoria, não seguem uma seqüência coerente, fato que contraria as normas que regem o estatuto da associação: que seja realizada pelo menos uma reunião por mês. Entretanto, esses dados nos levam a crer que não há um calendário de reuniões definido por diretoria.

Para além da quantidade, interessou-nos saber, em termos qualitativos, em que nível se dá a presença das pessoas nas reuniões. Quando questionamos as pessoas entrevistadas a respeito de como tem sido sua presença nas reuniões, responderam *Uai, todas elas a gente tem que ir porque pra gente ajudar reivindicar junto com o presidente e os mais membros, a gente reivindicar as coisas que nois tamo precisando aqui no bairro, né* (M1). Já outro membro afirma que sua presença nas reuniões tem sido *ativa, minha participação era muito ativa* (M2). *Eu*

sinceramente não faltei nenhuma reunião, mesmo como secretário, até porque eu tinha que fazer as atas, e tudo que eu procuro, tudo que eu tento fazer eu procuro fazer por inteiro (PA1). Na medida do possível nos temos atendido várias reuniões, já participei de quase todas (...) na medida do possível sempre eu tenho participado das reuniões (PA2).

Nas quatro observações que fizemos, nos momentos de reuniões da associação, verificamos que as pessoas presentes às reuniões são sempre em número reduzido e sempre as mesmas. Tal observação pode ser também constatada na fala de M2 quando afirma que *convoca-se reunião e sempre os 4 ou 5 que comparecem, sempre os mesmos*. Conforme podemos verificar através do livro de atas, o número de pessoas presentes nas reuniões sempre se limitou a poucos, considerando-se o número de membros que compõem a associação. Esse número está em torno de 6 a 8 em média.

Demo (1990) considera que uma associação, no aspecto da qualidade política, depende menos de expressões quantitativas (como número de membros, tamanho da sede, frequência das reuniões etc.), do que da intensidade dessas marcas qualitativas, que delineiam o teor da participação. Entretanto, Dallari (1999) afirma que, em termos individuais, a participação significa uma constante busca de melhores caminhos, bem como o aproveitamento de todas as oportunidades para conscientizar e cobrar a participação de todos. A busca de caminhos se dá pela observação da realidade, pela definição de valores e de objetivos, bem como pela escolha do modo e do lugar de atuação.

Quanto às principais reivindicações elencadas, nas gestões das diretorias, podemos destacar, na primeira diretoria, a solicitação de melhorias na limpeza do bairro, de cascalhamento das ruas sem asfalto, de escritório da Cohab no bairro e de escola de segundo grau. Na segunda diretoria, não foram registradas informações sobre reivindicações. Na terceira, houve solicitação de asfaltamento do conjunto III, de duplicação da alameda Santos Dumont, de melhoria na iluminação e no parque infantil da praça, de asfaltamento de ruas, de limpeza dos terrenos vagos e de construção de galerias pluviais. Na quarta diretoria, como na segunda, também não houve registro de solicitação de melhorias. Já na quinta e última, houve reivindicação de melhorias do posto de saúde, de maior segurança para o bairro, de construção de um espaço para feira e de cobertura do posto de saúde.

De um modo geral, várias reivindicações eram debatidas nas reuniões, mas sempre em torno das apontadas acima. Ficou claro que algumas diretorias centraram suas energias em

busca dessas reivindicações e outras, na realização de melhorias ou de eventos. Nesse sentido, verificamos que a segunda e a quarta diretorias não trabalharam no sentido da aplicabilidade de reivindicações oriundas da comunidade local.

Para Demo (1990), essa forma de reivindicar direitos se constitui numa pobreza política lancinante: não reivindicar ou suplicar direitos, mas pedi-los, e esperá-los passivamente. É pobreza política entender o Estado como patrão ou tutela, aceitar o centro como mais importante que a base, ver o serviço público como caridade governamental, conceber o mandante como possuidor de autoridade própria. (p. 20).

Essa pobreza política, no ato de reivindicar, pode ser percebido na fala de alguns sujeitos entrevistados quando apontam que *pedimos várias coisas pra cá, pedimos esse colégio, pedimos o posto de saúde, pedimos a delegacia, pedimos praça, várias coisas* (M1). Em outro momento M1 fala que o bairro precisa de uma associação *que vá ao poder público pedir porque o poder público faz mas a gente tem que tá pedindo, tem que tá levando para ele o que que precisa de ser feito*. PA1 confirma essa situação dizendo que *sempre procurei ver os interesses do bairro e me recorrendo ao prefeito, as entidades que nos poderiam ajudar, dar qualquer..., levar qualquer benefício para o conjunto*.

No que se refere às melhorias conseguidas para o bairro, podemos destacar que a primeira diretoria anunciou em suas reuniões o cascalhamento das ruas sem asfalto e a construção da escola de ensino fundamental. Na segunda, terceira e quintas diretorias não foram registradas as conquistas relacionadas às melhorias para o bairro. Na quarta, houve o registro de melhorias, mas estas não foram especificadas. Registraram apenas a construção da sede da associação. Foi-nos informado, nesta ocasião, que o presidente da associação seria lançado candidato a vereador nas próximas eleições.

Para Demo (1988), a qualidade política⁹ de uma associação se decide através da mobilização organizada da base. Em função desta é possível saber se ela existe, ou se é farsa. Para ele, não se trata de uma questão quantitativa, como muitas vezes se insiste em colocar. Praça cheia não é qualidade, necessariamente, se não ultrapassarmos a multidão conglomerada, ou a massa de manobra. Aí “melhor” e “maior” não são sinônimos, em hipótese alguma. Ao contrário, é mais fácil ligar o “menor” ao “melhor”. O que é indispensável para caracterizar este critério é a

⁹ Demo entende por qualidade política a característica processual que fenômenos participativos precisam apresentar, em termos de conteúdos, fins, para além das instrumentações formais.

intensidade participativa, a coesão organizada dos elementos participativos e o compromisso ideológico, a realização conjunta de um projeto comum, sentido e definido como comum, na vibração da identidade de propósitos, de passado e de futuro. Em termos práticos, um erro por demais marcante é a confusão entre quantidade e qualidade na base participativa.

Para esse autor, de modo geral, toda associação apresenta número maior de membros formais, do que o número daqueles que de fato carregam-na nas costas. Isto se flagra facilmente nas assembléias gerias, onde deveria comparecer pelo menos 50% mais um. De um lado, há o problema operacional natural: quanto maior o número de membros, mais difícil trazer a maioria para a reunião. Se uma associação possui, por exemplo, 4 mil membros, é uma façanha hercúlea, e, no fundo, impraticável colocar juntas 2 mil e uma pessoas. De outro, há o problema específico da qualidade política: democracia mais profunda se faz melhor no grupo menor. Compromisso participativo não se dá por atacado.

Na ótica demoniana (1988), numa associação, a legitimidade se forja através dos “estatutos”, que, neste sentido, seriam uma obra-prima dos membros. Lá se coloca, de comum acordo, como alguém se torna membro da associação, como se desliga, como se fazem os chefes e se os impugnam, quais direitos e quais deveres são de todos, como funciona no dia-a-dia, como se praticam reuniões, como se legisla e julga, e assim por diante. Não cabe dúvida que se trata de algo essencial condensar a proposta de definição do grupo, seu projeto de vida, o que este imagina ser capaz de realizar. No entanto, a formulação dos estatutos geralmente segue linhas formais caricatas, a começar pelo simples fato de que a maioria se copia. Chama-se um advogado, ou alguém que já fez estatutos, e entrega-se a tarefa a um processo de mera formalização legal, quase sempre sem passar por uma discussão profunda entre os membros, pelo menos para gerar um nível mais denso de compromisso político.

Podemos elucidar essa questão, na realidade pesquisada, através das seguintes contribuições do sujeito PI. Segundo ele, um dos papéis da UNAMBATAÍ é *ajudar em todos os sentidos a diretoria dos bairros, fazer eleição (...) coordenar, ajudar coordenar em seus trabalhos, ajudar constituir um estatuto, cumprir e fazer cumprir a legislação*. Podemos observar que o que Demo aponta, no que se refere à formulação dos estatutos, procede em relação a esse contexto, ou seja, todas as associações de moradores, inclusive a do Conjunto Rio Claro, possuem os mesmos estatutos, que são fornecidos pela UNAMBATAÍ, fato que inviabiliza

observações de contextos e cenários diferenciados, bem como a discussão e envolvimento da comunidade no processo de construção de seus estatutos.

Essa elaboração do estatuto, por exemplo, poderia e deveria contribuir tanto para o envolvimento, como para um maior conhecimentos das normas que regem a associação de cada bairro. M2 denuncia que *poucos são os associados que sabem qual a legalidade, qual o conteúdo do estatuto, embora esteja à disposição de todos* (M2).

Certamente, isto basta para garantir legitimidade: é apenas formal. Não é vida concreta do grupo. O resultado mais comum fica estampado no fato de que as associações se compõem de “sócios”, como se fosse um mero clube, e não de “membros”. Membro significa parte integrante, consciente, compromissada, o verdadeiro dono e a autêntica origem da associação. Sócio supõe uma relação mais frouxa, ao estilo do clube, onde o título se compra e se vende, com finalidade lúdica principal, sem registrar compromisso político de profundidade. Na fala de M2 é possível perceber que sua visão em relação aos membros da associação é parecida com a de sócio de um clube quando afirma que *nós não temos sócio, nós temos só pessoas que moram aqui no bairro, reivindicam coisas sem saber que nem sócios são* (M2). Entretanto, concordamos com ele quando afirma que: *se os moradores do conjunto se conscientizarem de que é necessário eles participar ativamente, eles se associarem, porque a associação não existe se não tiver sócio* (M2).

Segundo Demo (1988), para garantir a legalidade, referente à qualidade do processo participativo, que funcione através do reconhecimento de direitos e de deveres, é preciso a participação da base, que, para ele, é a alma no negócio. *Participação é essencialmente participação de base* (p. 122).

Entretanto, toda associação vive o drama da liderança isolada, que acaba substituindo a base. A base já espera isto. Acredita-se que é coisa de os chefes é quem devem resolver os problemas. Constrói-se facilmente a idéia vazia de que a associação é um lugar beneficente, onde se buscam benesses, favores, consolo, que os chefes deveriam garantir.

Tal tipo de liderança aparece bem caracterizada na fala de PA2, quando afirma: *eu me sinto representante do bairro (...) nós tamo aqui representando o setor né, eu acho que a comunidade em si sabe que nós tamo aqui pra trabalhar em prol deles*. Em outro momento ela diz que *qualquer decisão importante todo mundo vai apoiar (...) só que nós não tivemos*

nenhuma reunião assim pra definir alguma coisa de importante que eu não dei conta de resolver (PA2).

Nesse caso, ele interpreta a associação como coisa dele, que depende totalmente de sua participação. Sem ele, a associação não é nada. Todavia, vê no chefe, que nada mais é que um delegado seu, um tutor. E mais: tem da vida em sociedade a noção de uma tutoria. Aí está a massa de manobra. Está faltando precisamente o ator básico dos processos participativos: o cidadão.

b) Participação

Na categoria participação podemos observar que, em todas as diretorias, estavam sempre presentes nas reuniões de seis a oito pessoas, e, somente na primeira reunião da primeira diretoria, houve um comparecimento de 193 pessoas da comunidade, para tratarem do assunto da criação da Associação. Na segunda diretoria, também houve uma reunião com a participação de 68 pessoas da comunidade, cujo assunto abordado foi o aumento das mensalidades das casas do conjunto. Nas terceira, quarta e quinta diretorias, não houve o comparecimento da comunidade. Os momentos em que houve a participação foram marcados pelo esforço de criação da referida instituição e pelo debate sobre questões relacionadas diretamente ao bolso do cidadão.

Podemos constatar, através do livro de atas e das observações, que a participação, tanto da comunidade quanto dos membros da Associação de Moradores, deixa a desejar, embora nas entrevistas tivéssemos coletado dados que indicavam que os membros da associação tivessem participado de todos os momentos que envolviam os trabalhos da associação. Essa situação pode ser atribuída ao fato de que, como escolhemos aleatoriamente alguns membros da associação para entrevistar, talvez tenhamos escolhido aqueles que estão sempre presentes nos momentos de reuniões e das demais atividades da associação. Ao questionar sobre participação nas reuniões, obtemos as seguintes respostas: M1 disse-nos que *todas elas a gente tem que ir porque pra gente ajudar reivindicar junto com o presidente e os mais membros agente reivindicar as coisas que nois tamo precisando aqui no bairro*. M2 disse que *minha participação era muito ativa*. Já PA1 informa que *sinceramente não faltei nenhuma reunião*. PA2 já demonstra que nem sempre foi possível comparecer a todo momento quando afirma que *atende na medida do possível, já participei de quase todas (...) na medida do possível sempre eu tenho participado das reuniões*.

Um outro depoimento interessante é o de VP, que ao ser questionado sobre a participação das associações, respondeu que *nem todas são participativas, tem algumas associações que são acomodadas, ficam no seu canto esperando as coisas acontecerem. No entanto, uma outra parte ela é realmente é muito participativa, os representantes, ou seja, presidente estão sempre no dia-a-dia nos cobrando e é dessa forma que as coisas acontecem.*

Dicionário de política, organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino, reconhece que uma gama variada de atividades, que vão do voto a reuniões de apoio a candidatos políticos, são designados como participação política. Entretanto, alertam que o substantivo e o adjetivo que compõem a expressão participação política se prestam a interpretações diversas. Para Bobbio, esse tipo de participação política apresentada, principalmente pelos membros da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro, pode ser caracterizada como uma participação presencial que *é a forma menos intensa e marginal, com comportamentos receptivos ou passivos* (p. 26). Já a participação dos presidentes da associação, ou seja, PA1 e PA2 pode ser considerada como participação propriamente dita que *é o termo reservado para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política* (p. 26).

Bordenave (1994) caracterizaria a participação dos membros da associação como o menor grau de participação que é o de informação. *Nesse caso os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas* (p. 29), ou ainda como participação concedida, *onde a mesma viria a ser a parte de poder ou de influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmos e seus superiores* (p. 29).

Durante nossas observações, foi possível verificar que as terminologias utilizadas pelo presidente da associação para falar com seus membros eram indicativas desse tipo de participação. Utilizaremos alguns trechos para ilustrar: *O presidente falou sobre atraso de pagamento da mensalidade, que é repassada à UNAMBATAÍ; prestou alguns esclarecimentos sobre as prestações mensais dos conjuntos I, II e III e alguns informes sobre o processo eleitoral (1ª OB). O presidente informa que foi procurado pela Secretaria de Saúde Municipal, que comunicou estarem fazendo uma campanha na cidade para erradicação do mosquito da dengue e que, naquela semana, seria a do Conjunto Rio Claro. O presidente informou aos companheiros, na reunião, que convidassem o maior número de pessoas possível para ajudar e que a prefeitura iria passar nas casas, fornecendo sacos de lixo no início da manhã, recolhendo-os no final da tarde. Ele informa ainda que esse lixo será reciclado e que a venda desse material*

*será revertida para a escola do bairro. O presidente solicita ainda voluntários para ajudar a separar o lixo reciclável e para **ajudar** a colocá-lo nos caminhões da prefeitura (2ª OB). Ele **informa** que já está sendo divulgado o edital para inscrição de novas chapas para as próximas eleições. O presidente **expõe** o caso para os companheiros, **informando** que o convidado para a reunião está construindo uma lanchonete na praça. Ao término de sua explanação, o presidente **diz que julga** arbitrária a decisão do Executivo Municipal, ao deferir o pedido para construção dessa lanchonete na praça sem consultar a Associação de Moradores ou a população do bairro. Ele **informa** que o Secretário de Obras não autorizou a construção da obra, mas o Prefeito, passando por cima da autoridade do Secretário, deferiu o processo assim mesmo, ou seja, **quem decide as coisas é o prefeito** (PA1), passando inclusive sobre a autoridade dos seus secretariados. O presidente **expõe** que, diante dessa situação, só restava à associação apoiar a construção da lanchonete.*

Para Gohn (2001), esses tipos de participação está intrinsecamente ligada à concepção liberal na medida em que os objetivos dessa concepção é o fortalecimento da sociedade civil enquanto fortalecimento do Estado. Essa perspectiva se preocupa em reformar e estrutura da democracia representativa observando as relações capitalistas. Nesse sentido a participação comunitária é um derivado da concepção liberal, e a forma autoritária, orientada para a integração e o controle social da sociedade e da política. Fatos como esses ocorrem em regimes políticos autoritários e em regimes democráticos representativos.

Segundo essa autora, o tema participação é encontrado nas ciências sociais como noção, categoria ou conceito, desde os primórdios de seu desenvolvimento. Participação é um conceito ambíguo nas ciências sociais, pode ter significado forte ou fraco. O princípio da participação é tão antigo quanto a própria democracia, mas se tornou imensamente mais difícil em consequência da escala de abrangência do governo moderno, bem como pela necessidade de protesto por parte dos que exigem maior participação. Na sociologia, a palavra participação ganhou, nas últimas décadas, o estatuto de uma medida de cidadania e está associada a uma outra categoria, a da exclusão social. Algumas vezes, a participação é olhada como um componente da definição de integração. Se alguém é apto a participar, ele está integrado. Ao contrário, para não participantes, é sugerido o signo da exclusão. Em outros casos, participação é considerado como um fator de integração.

Gohn (2001), citando os estudos de Pizzorno, registra que a participação política é uma ação de solidariedade para com o outro, no âmbito de um estado ou de uma classe, devido ao fato de conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesse dominante. Usualmente se considera a participação política como um processo relacionado ao número e à intensidade de indivíduos envolvidos nas tomadas de decisões.

Mas é Demo (1990) que chama a atenção para a roupagem da participação. Para ele, poder inteligente é aquele que se transveste de conquista popular. Por isso, distribui assistências, porque, mesmo não resolvendo os problemas, pelo menos os compensa. Faz políticas sociais, porque desmobilizam. Aí está o ponto: poder competente desmobiliza o adversário, seja destruindo-o, seja manietando-o. Política social, que promove a conquista de espaço por parte do desigual, é temerária. É preferível distribuir bens materiais, mas não poder. Quando o Estado anuncia participação, é de se desconfiar, pois deve vir uma proposta aparentemente avançada, mas no fundo desmobilizante. Ele afirma que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir a ser, sempre se fazendo. Participação é, em essência, autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente nem acabada.

Esse autor acrescenta que *dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas precisamente o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade* (p. 19). Para ele, não faz parte de nossos hábitos participar. É mais prático receber as coisas dos outros: é um projeto milenar viver às custas dos outros. Em grande parte da história da humanidade é exatamente isto que ocorre. Na verdade, esta é uma situação provocada por uma sociedade autoritária e que convive com regimes autoritários, a tal ponto que a participação assusta. Em seu extremo, podemos até encontrar a postura de impedir, por exemplo, o desenvolvimento dos sistemas básicos de educação, para não dar aos interessados a chance de reconhecer seus direitos e de os exigir.

Participação é exercício democrático. Através dela aprendemos a eleger, a deselegar, a estabelecer rodízio de poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem à comunidade, e assim por diante. Sobretudo, aprendemos que é tarefa de extrema criatividade formar autênticos representantes da comunidade e mantê-los como tais. Talvez seja correto afirmar que boa parte da população não tem noção disso. No máximo,

percebe-se que, de vez em quando, o povo é chamado a comparecer em certas agitações políticas, como o caso das eleições, por exemplo. Entretanto, tais agitações são esporádicas, além de viciadas. A população entra em cena como matéria de manipulação eleitoreira, é massacrada por assistencialismos gritantes e conduzida às urnas de forma mais tutelada possível. Geralmente não se tem idéia crítica dos candidatos, dos partidos, dos programas, mesmo porque não existe condição educativa para tal elaboração.

Já para Coutinho (2000), uma questão de princípio consiste na criação de mecanismos de gestão coletiva, de baixo para cima, mecanismos públicos mas não necessariamente burocrático-estatais em sentido estrito, que seriam canais incentivadores do aumento da participação popular na tomada de decisões e na execução das políticas. Ser membro de um partido democraticamente organizado dá possibilidade de influir na configuração de sua linha política, a qual, por vezes, pode influir no conjunto da vida nacional. Mas, além disso, enquanto cidadãos, podemos ter outros mecanismos de participação. Uma dessas formas de participação seria a construção de focos de autogestão, possíveis não só no caso das políticas sociais, mas também nas próprias atividades econômicas, como no desenvolvimento do cooperativismo, nas formas de controle público das empresas estatais e privadas, mediante a autogestão ou a co-gestão, com a participação não só de seus funcionários e empregados, mas também de organismos da sociedade civil.

Demo (1990) ainda nos chama atenção para aquela sociedade que é politicamente pobre, tão debilmente organizada, que não passa de massa de manobra nas mãos do Estado e das Oligarquias, e que, por isso, não consegue construir representatividade legítima satisfatória em seus processos eleitorais. Assim sendo, haverá líderes excessivamente carismáticos ou caudilhescos e o serviço público marcado pela burocratização, pelo privilégio e pela corrupção.

Para ele, é politicamente pobre, também, o cidadão que somente reclama, mas não se organiza para reagir, que não se associa para reivindicar e não se congrega para influir. Podemos considerar, na visão de Demo, que a sociedade civil jataiense é politicamente pobre na medida em que caracterizam esse tipo de pobreza política alguns depoimentos dos entrevistados sobre como eles viam a participação da população na associação, (M1): *o povo aqui é muito desunido, sobre reunião são muito desunido, é muita pouca gente que vai, agente passa o carro avisano, pedindo, implorando pra ir numa reunião, tá, eles não vão. Bão pra cobrar são demais, eles vem na associação, nos presidentes, nos membros, cobrar são uma beleza, agora pra participar não*

vem nenhum. Já M2 vê a participação da população de forma negativa (...) ela só cobra quando precisa, ela não procura dar sugestões antecipadas, não procura realmente participar. Para PA1 essas pessoas não participa, às vezes cobra muito, mas não participa (...) eles cobram muito, mais participar, muito pouco. A contribuição de VP sobre esse assunto é mais abrangente, talvez pelo cargo que ocupa na Prefeitura Municipal. Para ele, o jataiense é exigente ele tem uma participação importante já que no dia-a-dia está nos cobrando sempre os benefícios, mais acima de tudo é uma comunidade que reconhece também o que a administração atual tem feito, então nos somos contentes com participação do jataiense no sentido de também ajudar na administração.

De acordo com os pensamentos de Demo (1990), uma sociedade desorganizada não chega a constituir-se espaço próprio de auto-sustentação na história, ao contrário, caracteriza-se como massa de manobra. A organização política é, na verdade, o primeiro canal de participação, seja no nível da aglutinação de interesses (grupos de interesses), seja no nível da composição localizada (comunidades). Algumas formas de organização já são clássicas na democracia, como partidos, sindicatos, cooperativas e outras expressões associativas, dentro ou fora do espaço econômico. É claro que a qualidade da democracia depende decisivamente dessas organizações, ou, dito ao contrário: a falta de qualidade em tais organizações espelha a falta de qualidade democrática da própria sociedade.

Este autor (1990) distingue cinco canais palpáveis de participação: Organização da sociedade civil – que é a forma mais operacional de levantar a cidadania, e que puxa fortemente pela competência dos grupos. Sua qualidade passa por critérios como: representatividade das lideranças, legitimidade do processo, participação da base e planejamento participativo auto-sustentado; Planejamento participativo – são também canal de participação as formas de planejamento e administração sob regime de autogestão e co-gestão, em conjunto com o Estado. É possível construir dentro de órgãos estatais e em programas de governo áreas de possível participação popular, desde que exista a necessária qualidade política de ambas as partes; Educação básica - a universalização da educação básica é entendida como canal de participação, porque sua finalidade precípua é tipicamente política: aprende-se a ler, escrever e contar para “saber das coisas”, ou seja, para poder ser menos objeto das prepotências e ocupar um lugar mais visível de sujeito do próprio destino; Identidade Cultural Comunitária - para deixar a situação de objeto, o sujeito necessita de identidade. Tal identidade é construída na história cultural da

comunidade. Sem isto, não há comunidade, mas apenas um bando de gente. Nesse sentido a identidade cultural é a parceira da participação, porque planta a fé do grupo em seu futuro, já que viveu um passado válido; Conquista de direitos - em teoria, direitos são devidos incondicionalmente. Na prática, necessitam ser conquistados. Porquanto, se não forem conquistados, não se realiza algo que é cerne da cidadania, a saber, a capacidade de construir, com iniciativa própria, o espaço.

Para esse autor, não vale alegar que não participamos porque não nos deixam. Se isto ocorre, é porque já temos um conceito paternalista de participação, que é a antiparticipação. Nesse sentido, aí não está o problema, mas o ponto de partida, ou seja, a ausência de participação. Para Gohn (2001), o melhor local para a aprendizagem da participação é o nível local. É nesse nível que se aprende a se autogovernar e se aprende sobre a democracia.

Mas Demo (1988) chama nossa atenção para o fato de que muitas propostas participativas acabam sendo expediente para camuflar novas e sutis repressões. Particularmente, as iniciativas do governo prestam-se a isto. É justamente por isso que o governo não é o agente ideal para promover a participação. Na verdade, a ideologia mais barata do poder é encobrir-se com a capa da participação. Quem acredita em participação estabelece uma disputa com o poder. Trata-se de reduzir a repressão e não de montar a quimera de um mundo naturalmente participativo. Assim, para existir participação, é preciso que se encare o poder de frente, partir dele, e, então, abrir os espaços de participação, numa construção arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro. Participação, por conseguinte, não é ausência, superação, eliminação do poder, mas outra forma de poder.

Demo (1988) ainda salienta que existem alguns riscos nos processos participativos que devem ser observados. Para ele, os processos participativos são facilmente paliativos, entendendo-se por isto a tendência de exercitação em esferas menos fundamentais da vida do grupo e da comunidade, bem como de esses processos funcionarem como recurso de legitimação ideológica, quando propostos pelo Estado e pelas oligarquias; são facilmente efêmeros os processos participativos, no sentido de que dificilmente duram para além de determinado tempo, e geralmente coincidem com a presença de certas lideranças; são demorados, pelo fato de serem “processo”, um fenômeno marcado pela profundidade, não pela acumulação apressada. Criar uma comunidade participativa é coisa muito diferente, que mexe com dimensões qualitativas, com a dignidade das pessoas, com a expectativa de realização histórica, com a identidade cultural, com

ideologias e crenças. De modo geral, não vale também a pena apressar o fenômeno através da convocação de lideranças fortes, que fazem o grupo andar tangido. São suspeitos em duas direções: de um lado, aparece a suspeita de captura por parte do Estado, na tentativa de usar os movimentos participativos para fins legitimadores da ordem vigente; de outro, aparece a suspeita contra o caráter inevitavelmente contestador. Participação que dá certo traz problemas, porque este é seu sentido.

Para além dos riscos, Demo (1988) nos mostra também alguns obstáculos a processos participativos, que são inúmeros, desde os de ordem mais política, até os de ordem mais material: o “democratismo” - são deturpações do processo participativo, no sentido de usar a participação para levar a política ao absurdo, redundando numa demonstração de sua inviabilidade; Centralismo - o centralismo é a expressão mais visível do privilegiamento do centro, invertendo o fluxo participativo: em vez de a substância vir de baixo para cima, de modo federativo, passa a ser sacada do centro, de forma artificial, impositiva e estiolante para as bases; Populismo - aceitação acrítica de que a comunidade sempre tem razão, ou que o popular é melhor, ou que a participação numérica é suficiente, ou que a prática de base substitui a teoria. Pode-se facilmente superestimar condições históricas de formação da cidadania, visualizando, de repente, florações avassaladoras comunitárias, como se estivessem já tomando o poder e revolucionando o país, quando, na verdade, a pobreza política continua flagrante; Purismo - é o obstáculo contrário, ou seja, exigência externa de qualidade política, de tal sorte que se torna impossível trabalhar na prática. Qualidade política é um processo em sentido estrito, o que vem a ser também algo nunca totalmente realizável. Não há como criar aquele líder perfeito, carismático e representativo, um santo completo. Não existe aquela base tão afinada que está sempre presente de modo compacto, realizando controle total sobre a cúpula; Assistencialismo - o obstáculo mais feroz contra os processos participativos são as iniciativas assistencialistas por parte do Estado e do grupo dominante, porque visam concretamente desmobilizar os movimentos populares e reproduzir refinadamente controles sociais. Esses grupos agem na esfera sócio-econômica, sobretudo, produzindo um impacto imediato e seguro. Trata-se das doações de bens, de favores, de empregos, de regalias, que transformam potenciais cidadãos em comparsas da mesma trama histórica. A estratégia mais conhecida de sustentação de massa de manobra é o assistencialismo.

Mesmo considerando esses riscos e obstáculos a processos participativos, uma associação pode aparecer bem arrumada, em termos formais: reunir-se regularmente, possuir

número expressivo de membros, estar em dia com seus estatutos, ter sede atraente, etc., mas, mesmo assim, funcionar muito mal em termos participativos propriamente ditos. O mau funcionamento pode aparecer de muitas maneiras: os chefes agem isoladamente e de modo centralizado; nas reuniões a participação da base é apenas numérica, pois ninguém fala, ninguém contesta, ninguém reivindica, além de aparecer muito pouca gente e sempre os mesmos; as lideranças vão adquirindo condição mais ou menos vitalícia; não se cria nada de novo diante de circunstâncias novas, porque a rotina tomou conta de tudo; e assim por diante. Pode existir a casca da associação, mas perder o miolo participativo.

c) Conteúdos das reuniões

Nessa categoria de análise, vamos nos ater apenas aos assuntos tratados por ocasião das nossas observações. Na 1ª OB – 20/10/01 –, verificamos que a pauta da reunião era a nossa apresentação, enquanto pesquisadora da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro; alguns esclarecimentos sobre o atraso de pagamento de mensalidade repassadas à UNAMBATAÍ; esclarecimentos sobre as prestações mensais dos Conjuntos I, II e III; e alguns informes sobre o processo eleitoral que ocorreria em dezembro. De um modo geral, observamos que, nessa reunião, o presidente fazia uso da palavra para dar informações e prestar esclarecimentos sobre os assuntos pertinentes, porém, em nenhum momento, os assuntos foram discutidos pelos demais membros presentes. Ou seja, o que ocorria é uma reunião mais a título de informação do que de debate em torno dos assuntos propostos. Observamos também que não houve um momento de leitura e assinatura da ata da reunião anterior, bem como não houve nenhum assunto que tivesse ligação com os tratados anteriormente.

Na 2ª OB – 01/12/01 –, reforçamos que o que observamos na reunião anterior, ou seja, não há uma seqüência de assuntos que são abordados nas reuniões, não há preocupação com leitura e aprovação do teor da ata da reunião anterior e os assuntos nada tinham a ver com os tratados na reunião anterior, dando-nos a clara impressão de que as reuniões são sempre as primeiras e que não fazem parte de um processo com propostas, discussões, encaminhamentos, registros e aprovação como deveria ser. Nessa reunião, o presidente informou aos presentes de uma solicitação de voluntários para ajudarem numa campanha de erradicação do mosquito da dengue promovida pela Secretaria da Saúde; informou sobre o edital para inscrição de novas chapas para as eleições o qual já está disponível à população do bairro; e fala ainda sobre a

instalação de uma lanchonete na praça do bairro. Esse último assunto é amplamente debatido pelos membros da associação e pelo proprietário da lanchonete, enquanto parte interessada. Entretanto, a condução do debate ficou quase que totalmente condicionada ao ponto de vista do presidente. Podemos utilizar um trecho de uma entrevista para exemplificar melhor essa situação. Ao questionarmos sobre os direcionamentos propostos pelo presidente, para os assuntos discutidos nas reuniões, M2 afirma que *quando alguém propunha alguma coisa, ele já tem em mente o que ele quer, mas como se trata de uma associação e as decisões são tomadas em assembléia, muitas vezes aquele pensamento que ele já tinha a opinião formada a respeito caia por terra, porque eu sempre fui questionador, sou democrático, portanto tem sempre que obedecer a maioria dos votos*. Já M1 informou que *ele não pode tomar uma decisão sozinho*. Em contrapartida, perguntamos a PA1 se os seus companheiros de diretoria lhe ajudavam a tomar decisões, ele respondeu que *sim, claro que sim, sempre num grupo tem alguém que, às vezes, não tem aquela ideologia que a gente tem, mas num todo foi bem proveitoso*. Mas PA2 já possui uma maneira diferente de ver a colaboração dos demais membros da diretoria nas decisões: *Eu acredito que a diretoria montada hoje qualquer decisão importante todo mundo vai apoiar ou vai ter uma definição, só que nós não tivemos nenhuma reunião assim pra definir alguma coisa de importante que eu não dei conta de resolver. Sempre eu tô tentando resolver, né, nós não tivemos uma reunião pra definir nada ainda até hoje*.

Outra questão que foi discutida nessa reunião foi a forma como o executivo municipal encaminhou a construção dessa lanchonete. Para eles o prefeito deveria tê-los consultado e ouvido sua posição sobre o assunto, ou pelo menos lhes informado sobre esse fato, já que eles tomaram conhecimento disso quando começou a construção da referida lanchonete. Entretanto, para tal debate, não houve nenhum encaminhamento, acontecendo apenas uma acomodação diante do fato de que, no ponto de vista deles, já estava resolvido e eles não poderiam fazer mais nada. Observamos que, nessa reunião, várias constatações foram verificadas, embasadas apenas em falas, sem nenhuma comprovação documental; observamos também que a reunião, aparentemente provocada a pedido de alguns moradores, que nem sequer compareceram, aconteceu apenas para se jogar toda a responsabilidade dos acontecimentos que envolveriam a lanchonete da praça para seu proprietário, numa clara situação de tirar responsabilidades das mãos da Associação de Moradores. Compareceram a essa reunião dois membros da diretoria e quatro do conselho fiscal, uma moradora e nós, enquanto pesquisador.

A 3ª OB ocorreu por ocasião da eleição para a nova diretoria da associação. Nesse momento, não houve encontro dos membros para uma reunião de rotina, mas apenas a realização das eleições que aconteceram das 08:00 às 17:00 horas do dia 23/12/01. Fomos convidados a trabalhar na realização das eleições bem como na apuração dos votos, situação que nos favoreceu observar como foi todo o processo. A eleição ocorreu através de candidatura de chapa única que foi eleita com 120 votos a favor, 14 contra e 2 em branco, somando-se um total de 136 eleitores.

Nossa 4ª OB ocorreu no dia 26/01/02. Essa reunião era para dar posse à nova diretoria eleita. A sessão ocorreu na sede da Associação, com a presença de todos os membros da diretoria eleita. Não houve presença de demais membros da comunidade ou de autoridades local. Durante a solenidade, foi feita, além da transição de cargos, a entrega dos documentos pertencentes à Associação e a chave de sua sede.

Demo (1988) pode contribuir com essa discussão: ele propõe que algumas técnicas de dinâmicas de grupos podem ser adotadas para um melhor andamento dos trabalhos da associação. Por exemplo: nas reuniões, podem ser definidas as maneiras de se organizar operacionalmente movimentos participativos, desde a parte política até a parte econômica; as maneiras corretas de se contatar autoridades relacionadas aos encaminhamentos. Uma maneira correta de se conduzir uma reunião é fazer com que ela tenha começo, meio e fim, que seja produtiva, na qual todos consigam falar com ordem e colaboração efetiva. Ao contrário da prática vivenciada por nós, as reuniões descambam para o caótico e o repetitivo, uma estratégia negativa. Outro fator a ser observado é a forma de se fazer uma ata e do respeito às regras fundamentais de assembléias; Se assim não o for, as decisões podem perder validade ou ficarem sob suspeita. Por vezes, simplesmente, não se fazia registro algum, nem as pessoas assinavam presença.

Demo (1988) escreve que a experiência tem mostrado que a maneira mais própria de se começar um movimento participativo é a associação, porque é livre de qualquer injunção formal. A qualidade da participação não depende necessariamente de sua formalização. Embora um grupo possa conceber sua vida comunitária em total informalidade, é claro que, vivendo numa sociedade formalizada juridicamente, mais cedo ou mais tarde poderá surgir a necessidade operacional de formalização, até pelo simples fato de se poder comunicar com autoridades e instituições.

Um outro aspecto a ser considerado em relação à condução dos trabalhos nas reuniões da associação é a presença de líderes. São caracterizadas aqui três tipos de líderes: os estranhos,

que não fazem parte da especificidade social do grupo; os externos, que se tornam chefes sem antes terem pertencido ao grupo; os impostos, que são capatazes atrelados a dominações locais; ou os pretensos, que gostariam de se insinuar como tais.

Tais características de lideranças trazem consigo a negatividade de concorrerem com o fenômeno fortemente indesejável da vitaliciedade. Segundo Demo (1988), a vitaliciedade, que é outra forma de se reinventar o “coronel”, pode ter também suas razões concretas na falta de liderança local, que se resume na dificuldade de se encontrar um sucessor. Embora isto possa acontecer, o próprio fato de não se encontrar um sucessor aponta para um problema muito mais profundo. A vitaliciedade, assim, é muito mais e bem, caracteristicamente, uma tendência do próprio fenômeno de liderança, à medida que se desliga das bases.

Tal vitaliciedade pôde ser perceptível em nossas observações, através dos dados coletados: vários membros da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro fazem parte dela há bastante tempo. M1 nos informou que faz parte da diretoria da associação há seis ou sete anos e que já ocupou cargos de presidente, vice-presidente e de fiscal, por duas vezes. Já M2 disse ter atuado como fiscal na gestão anterior e atua também como fiscal na atual gestão. PA1 atuou em três gestões: numa como secretário, noutra como presidente e agora como membro do conselho fiscal. PA2 informou que *eu to na associação do conjunto Rio Claro desde de 92/93 (...) hoje eu sou o presidente da associação, já passei por vários cargos dentro das associações anteriores.*

Para Demo (1988), muitos líderes começam bem-intencionados, mas, ao descobrirem a possibilidade de influência, com vantagens pessoais, aproveitam a oportunidade e o movimento comunitário para isso. A tentação pode ser muito significativa: à medida que é reconhecido como figura importante na localidade, que é recebido pelas mais altas autoridades, que consegue contatos úteis como acesso fácil a financiamentos, a matérias-primas, a pontos de venda, etc., o líder descobre um horizonte formidável que o leva a ensaiar vôo próprio. Aí, mais que boas intenções, o que pode salvar é o controle democrático de baixo para cima, como sempre.

Tal situação pode ser o que aconteceu com os candidatos apoiados pelo setor que, ao serem eleitos, de certa forma, afastaram-se, envolveram-se em suas atividades, deixando a desejar seus compromissos eleitoreiros com a população. M2 aponta, em uma de suas falas, que *até os próprios parlamentares representantes que foram eleito pelo bairro depois que eles são eleitos, eles procuram outros meios, outras convivências. O habitat dele passa a ser outro entende. Então o que acontece, fica ali o presidente de bairro com seus fiscais, com secretário*

mendigando coisa em benefício da associação. M1 denuncia que nós támo precisando falar com o prefeito, só que não támo conseguindo. Porque não sei o que que acontece, se ele tá muito ocupado ou não gosta de atender ninguém, não sei porque que ele esconde dessa maneira que ninguém fala com ele.

Tais situações podem acontecer em função da luta pelo poder. Por outro lado, podemos vislumbrar a questão das estratégias elaboradas pelo Estado quando este se interessa na desmobilização. Por razões óbvias e lógicas, no contexto do poder, o Estado pode desenvolver diante das lideranças atitudes tais como: cooptar o líder - sobretudo através de fórmulas assistencialistas; doar-se alguns bens, para não se doar poder; procura-se fazer o líder asseccla da mesma manobra. “Comer” o líder - no sentido de esvaziá-lo, sobretudo, quando este demonstra ser capaz de ocupar o espaço próprio; são maneiras usuais para tanto: negar recursos, negar audiência, produzir difamações, provocar dissidências internas e externas, de tal sorte que apareça como incapaz de levar adiante o movimento, a não ser que se submeta às regras de jogo do poder vigente. Promover para demover o líder - no sentido de lhe colocar idéias de carreira política, com as quais se diverte, enquanto deixa de lado o confronto com os detentores atuais de privilégios. Contratar o líder - por vezes tornando-o funcionário público, em cuja função perde condição de construir espaço civil para a associação.

Na ótica demoniana essas são estratégias de desmobilização, feitas freqüentemente com muita sagacidade. Em certos momentos, aparecem como “assistência técnica”, ou como “consultoria especializada”, ou ainda como “assessoria” intelectual. Podem ser em si corretas, mas levam o risco de desmobilização. Neste contexto, é fundamental perceber o risco aninhado em iniciativas do Estado voltadas especificamente para o desenvolvimento comunitário, sobretudo, para as “secretarias de ação comunitária”. Essas estratégias podem ser tão contraditórias que, se dessem certo, teriam que ser fechadas. O governo aprecia participação como estratégia de legitimação, não como instrumento de divisão de poder.

Um outro aspecto a ser ressaltado é que, muitas vezes, os movimentos comunitários são mananciais importantes de voto e de cabos eleitorais. Segundo M2 *o Conjunto Rio Claro I, II e III eu acredito que seja o maior reduto eleitoral do sudoeste goiano (...) eu quero dizer que na somatória de pessoas eleitoras, nós somos muito forte, que os políticos precisam de nós (...) então eu quero dizer o seguinte: o reduto eleitoral forte porque se nós nos fortalecemos, nos associando, os políticos irão nos respeitar. Então na vida política você tanto quanto e até mais*

que eu que existe é troca de favores. Além de obrigação legal de se fazer, existe a troca de favores, nós sabemos disso. Então somos fortes porque somos muitos eleitores aqui, mas do mesmo lado somos fracos porque não somos associados (M2).

Segundo Demo (1988), com persistência, os movimentos comunitários têm sido utilizados para práticas ideológicas sectárias, que levam muito mais em conta o projeto político particular do que as reais necessidades de emancipação comunitária. A comunidade se sente “usada”. Para se evitar isso, devem ser procuradas as soluções acertadas, em conjunto, de tal sorte que os membros da associação percebam com maior clareza possível que a diretoria se empenha em cumprir as decisões conjuntas. Isto é decisivo para o surgimento da convicção coletiva de que a diretoria, como instância delegada que é, está a serviço da base e assim se define.

d) Eventos

Na quarta e última categoria, que são os eventos realizados pela associação, verificamos que estes ocorreram de diferentes formas. Na primeira diretoria, houve um quantitativo de dez eventos, que, em sua maioria, se resumem a festas comemorativas do dia das mães, dos pais, das crianças; de festas juninas e natalinas; de ruas de lazer, campeonatos de futebol infantil e adulto e shows musicais. Na segunda e quinta diretorias, não foram registradas realizações de eventos. Na terceira, ocorreram apenas uma festa natalina e atividades artísticas. Na quarta, aconteceu a maior concentração de eventos já realizados pela Associação. Entre os eventos relacionados, estão o concurso da garota Conjunto Rio Claro; ruas de lazer; festa junina e bingos, a fim de angariar fundos para a construção da sede da Associação. Vale salientar que foi nesta gestão que houve a indicação de um componente da diretoria para concorrer a um cargo de vereador, que, por sinal, foi eleito com o título de mais votado do município.

Dois dos principais problemas encontrados, segundo informações dos entrevistados, com relação à promoção de eventos no Conjunto, é a questão financeira e de envolvimento das pessoas, tanto da associação quanto da comunidade local. No questionamento aos entrevistados sobre seu envolvimento nos eventos promovidos pela associação, M1 respondeu que *olha todos eles eu tenho participado, e, às vezes, eu não estou no momento, mas participo com ajuda financeira se for pra comprar um brinquedo*. M2 diz que a comunidade *não procura realmente participar dos eventos*, e acha que esta deveria contribuir com 1% do salário mínimo para a

associação, de maneira que essa contribuição fosse revertida em benefício da própria coletividade. Para M2, *nenhuma máquina administrativa funciona sem que se tenha dinheiro, concorda, favores se pede, mas nem sempre se é atendido*. PA1 esteve à frente de uma das diretorias – como secretário da terceira gestão - que mais promoveu eventos. Ele foi convidado a participar da associação pelo vereador mencionado anteriormente, *fui participar da associação a convite do vereador do PSDB (PA1). Sempre os eventos que agente fazia, alguma reunião ou então, as vezes, uma festinha, sempre nós tava junto, porque era nós mesmos, eu e o Adilson, que promovíamos os eventos que quase também se inteirava assim, os moradores do conjunto (PA1)*. PA2 nos informou que *a associação na minha diretoria até hoje nós não fizemos nenhum evento igual tivemos outros eventos anteriores aí, agente participou de outros eventos anteriores dos outros presidentes de bairro (PA2)*.

Quando questionamos VP sobre a contribuição da prefeitura nos eventos desenvolvidos pela Associação do Conjunto Rio Claro, ele nos informou que *é claro que você não dá pra atender a tudo e a todos de uma vez*, e que a prefeitura prioriza atendimentos como *o asfalto para o seu bairro, a iluminação pública para o seu bairro, vêm buscar aí o cascalhamento de uma rua, enfim outros benefícios necessários e de repente você coloca dentro de um planejamento e vai atendendo na medida do possível (VP)*.

Para Demo (1988), um dos critérios de qualidade política de associações representativas é a auto-sustentação. Os processos participativos não podem resumir sua qualidade política somente na face política. Mister se faz o comparecimento da face sócio-econômica, que traz à luz o compromisso de emancipação efetiva. Emancipar-se é algo certamente político, que demanda especificamente organização política, mas esta não sobrevive apenas com idéias, compromissos, ideologias, mobilizações, etc. Ao lado disso, é necessário que se saiba resolver a questão da sobrevivência material.

Definindo participação como processo de conquista de autopromoção, a auto-sustentação é parceira indispensável, porque coloca o suporte material contra o assistencialismo. É preciso reconhecer que a maioria das associações não cuida desta parte, no que desenvolve facilmente atitude vicária diante do Estado, principalmente. Chegar ao extremo é imaginar a fantasia de que o Estado tem uma conta infinita, da qual se saca o que se quer, quando se quer e como se quer. Tudo se recebe de graça, com alguma pressão política.

Pensar assim é muito contraditório, porque revive-se, à revelia, o projeto milenar de viver às custas dos outros. Porque viver às custas do Estado é viver às custas dos outros, já que o Estado não é mais do que recursos e poder que nós para lá delegamos. Não se trata de estigmatizar o direito a assistências devidas por direito de cidadania a grupos populacionais que não se auto-sustentam. Nem é preciso recusar o reconhecimento de apoios gratuitos por parte do Estado, pois os recursos deste são literalmente nossos. Mas é preciso distinguir acuradamente as condições: uma coisa é pleitear apoios dentro de um projeto comunitário de emancipação do grupo, no qual o Estado entra como instrumento de viabilização; outra coisa é tomar o apoio estatal como estratégia de cristalização da dependência diante da tutela, o que esmaga a autopromoção.

A auto-sustentação deve aparecer pelo menos no funcionamento cotidiano da associação, o que geralmente se consegue através da contribuição dos membros. Tal contribuição é fundamental, também em sentido educativo-participativo: o membro precisa sentir em si a importância e o compromisso. Quem não contribui tende a formar atitude parasitária, esperando tudo da associação. Enfim não é um colaborador específico. Ainda nessa linha de pensamento, é fundamental caracterizar que participação sem auto-sustentação é farsa. Farsa porque não se realiza o fenômeno essencial de autopromoção. A comunidade, ao receber apoios externos, sobretudo do Estado, não pode vender sua alma por um prato de lentilhas. Esta é precisamente a lógica do assistencialismo, que é sempre uma forma de recriar a miséria.

Para o autor citado, os fenômenos participativos, sobretudo, as formas organizadas da sociedade civil, precisam manifestar pelo menos quatro marcas qualitativas: representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo auto-sustentado. Para ele, a participação fora desses horizontes aproxima-se da farsa ou é incompetente. A representatividade é um problema centrado nas lideranças. São representativas as obtidas por eleição, de preferência com chapas concorrentes. Eleições livres, abertas, sem cartas marcadas, sem vitaliciedade, sem manobras. Desde que as eleições sejam corretas, as lideranças adquirem caráter delegado, precisamente representativo; sua autoridade é derivada, não própria. Interessa àquela que deposita democraticamente a confiança da comunidade, e, por isso, a representa autenticamente. A representatividade deve ser rotativa. Deve prestar contas. Deve entender-se como serviço à comunidade. A legitimidade é o processo participativo fundado em estado de direito, que regulamenta de modo democrático e comunitário as regras de jogo da vida em comum. A

participação da base é a alma do processo, porque participação autêntica é a da base, que é sua origem. O que faz a democracia é sua base. Poder de baixo para cima. A nossa democracia é, de fato, extremamente relativa, porque não tem base popular autêntica. É um vício comum o fato de que nas reuniões de associações não compareçam mais que 5 a 20% dos membros, não se respeitando a regra da maioria, que começa com 50% mais um. Nesse caso, os presentes passam a representar, sem mais nem menos, o todo e a decidir por ele. Ou seja, uma minoria ativa usurpa a condução da assembléia e liquida com isso a constituição democrática. O planejamento participativo auto-sustentado, a última das formas de organização da sociedade civil, na ótica do mesmo autor, quer, sobretudo, dizer a capacidade competentemente desenvolvida para resolver seus próprios problemas, na medida do possível. Planejamento participativo é a organização política competente de uma comunidade, com vistas a descobrir criticamente os problemas que a afetam e a formular conjuntamente estratégias de solução, despertando para a iniciativa própria e criando soluções possíveis. A questão da auto-sustentação é decisiva, porque funda o compromisso com a autodeterminação. Nesse sentido, são mais estratégicas aquelas associações que se fazem no campo produtivo, porque desdobram mais facilmente esquemas de auto-suficiência. Outras formas de associação têm dificuldade muito mais aguda de se auto-sustentarem: isto porque costumam depender da boa vontade de outrem, sobretudo do governo. A auto-sustentação é a forma mais óbvia de manutenção de uma associação, que deve, inclusive, capitalizar-se em nome da auto-suficiência. Não dispensa o governo, mas, em vez de entregar-se a ele, usa-o com competência. Negocia, não se submete. Reivindica, não suplica.

Para Demo (1990), as políticas sociais não prevêem a auto-sustentação das comunidades, precisamente porque escondem o efeito de desmobilização que lhes é natural. O planejamento participativo auto-sustentado é ainda o divisor de águas, no sentido de se poder distinguir se as demandas comunitárias são legítimas ou não. Pode acontecer que aquilo que a comunidade “quer” não seja expressão da participação comunitária autêntica.

Em função disso, é preciso estarmos atentos aos constantes desafios que os processos participativos nos impõem. Esses desafios são apresentados por Demo (1990) da seguinte forma: o primeiro é a conjunção estratégica entre participação e produção. Trata-se de uma estratégia, não de uma exclusividade, como se associações não-produtivas fossem secundárias ou fadadas ao fracasso. Pensamos que a questão econômica da produção é relevante, nem mais, nem menos que a questão política da organização participativa. Mas, por colocar questões imediatas e mesmo

imediatistas, possui a capacidade de trazer a preocupação política para a esfera do cotidiano. Consegue mobilizar mais rapidamente e incutir no movimento durabilidade mais tranqüila. O segundo desafio está na busca de mecanismos alternativos de auto-sustentação, para além da esfera produtiva estrita a que se dedicam os membros. A engenhosidade, na descoberta de outras fontes de recursos, pode representar a demonstração da eficácia comunitária, que permite fôlego próprio ao grupo, em todos os sentidos: politicamente, apresenta-se mais facilmente como negociador; economicamente, consegue tocar mais profundamente na melhoria das condições de vida. O terceiro desafio trata da qualidade política, que continua um desafio profundo, em termos de representatividade das lideranças, da legitimidade do processo democrático, da participação compromissada da base, e da auto-sustentação. Um líder dotado de qualidade política significa que tem consciência histórica e crítica de que pobreza é opressão, de que é necessário que se produza saídas próprias, mesmo que pequenas: é fundamental organizar-se para enfrentar com competência a questão; é importante aprender dos erros e acertos. O quarto desafio passa pelo surgimento de lideranças alternativas, num contexto nacional historicamente centralizado em torno de chefes vitalícios ou de quase-famílias reais. Nesse mesmo quadro, é fundamental à formação de líderes, menos no sentido formal de uma escola para tanto, mas, sobretudo, no sentido da educação permanente, que passa pela valorização de experiências participativas comprovadas, capazes de introduzir mudanças na sociedade e no Estado. E, por fim, o quinto desafio é o manejo qualitativo, em todos os sentidos. Sabemos ainda muito mal tratar a questão, seja por vícios acadêmicos, que estereotipam a realidade na quantidade operacionalizável, seja porque não temos competência histórica na sedimentação da democracia, seja porque, vulgarmente, confundimos qualidade com tudo o que não seja quantidade, banalizando sempre a questão. Democracia é questão de qualidade em essência, ainda que não exista qualquer possibilidade de entender qualidade alijada do problema da quantidade. O desafio propriamente dito está, assim, na democracia, em sentido pleno, ou seja: política e produtivamente.

IV Considerações finais

Tentaremos apontar algumas discussões e posicionamentos, que, por opção, deixamos para fazer agora. Quando trouxemos à tona a discussão sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo município, através da Superintendência de Esporte e Lazer, elucidamos a atuação desta em relação ao contingente populacional da cidade. Resgatamos os eventos por ela desenvolvidos e traçamos um paralelo quantitativo do direcionamento desses eventos. Ao discutirmos qualitativamente esses dados, constatamos que essa instituição oferece poucas oportunidades de Esporte e Lazer, conforme podemos verificar no capítulo um. Atrelado a isso, podemos indicar ainda a abrangência de tais eventos, cuja grande maioria é destinada a instituições de cunho particular e altamente diretivos no que se refere ao leque de atividades esportivas. Apontamos, como predominância, a modalidade futebol e futebol soçaite, altamente fomentados. Um outro fator de extrema importância foi a constatação de que, dos eventos desenvolvidos, nenhum deles se destina, de forma direta, a idosos, deficientes ou moradores de bairros.

Para tentar compreender essa situação e saber qual é o modo de pensar da população sobre o assunto, buscamos conhecer um pouco mais dessa sociedade, à qual nos referimos, através das Associações de Moradores de Bairro. Nesse momento, ao defrontarmos com a contextualização política do município, podemos compreender que este, por força de sua formação, tem algumas características marcantes: o fato de a constituição do município ter ocorrido através de demarcação de posses pelos desbravadores fez com que a região fosse completamente tomada e monopolizada por eles; posteriormente, após a emancipação, o município passou a ser administrado, por várias décadas, por ‘coronéis’ que revelaram algumas características marcantes, como a imposição do poder, a troca de favores e formação de currais eleitorais; seguidamente, vimos que o município continuou a ser gerido por intendentes e prefeitos nomeados, ou seja, o processo ‘democrático’ só começou a vigorar algum tempo depois da emancipação política. Segundo Pires (1997), esses fatores contribuíram, e ainda contribuem, para que Jataí possua uma política altamente centralizada e conservadora, pois durante toda sua existência o monopólio do poder permaneceu nas mãos das ‘duas’ famílias – Carvalho e Vilela, direta ou indiretamente. Para essa autora, algumas tentativas de rompimento com essa ordem foram veementemente fracassadas, tanto que isso continua nos mesmos moldes até os dias de hoje.

É sabido que em todo processo de desenvolvimento de uma cidade ocorre a participação popular, e nesse caso certamente essa realidade não foi diferente. Por isso, sentimos a necessidade de compreender como essa participação se deu nesse contexto. Mas foi somente quando nos adiantamos no trabalho que foi possível encontrar subsídios para explicar nossas indagações. Compreendemos, através da nossa pesquisa de campo, que a comunidade se estrutura em forma de associações representativas, ou seja, Associação de Moradores de Bairros, e essa é sua única forma de mobilização e comunicação com o poder público. Essa comunicação ocorre por meio dos encaminhamentos propostos pelas diretorias das associações; que são tramitados através de um funcionário – Assessor de Assuntos Comunitários –, nomeado pela prefeitura, que é o encarregado da interlocução entre os dois pólos. Entretanto, esse canal de comunicação sofre algumas interferências, porque a escolha desse assessor - que era, inicialmente, para ter sido feita pelas representações das associações -, ocorreu através da indicação do executivo municipal. Em função disso, e, conforme relato dos presidentes das associações, a grande maioria do grupo não se sente contemplada em seus pedidos, pois julga que eles não são atendidos. Aparentemente, essa dinâmica de comunicação parece se encaixar no que Demo (1990) diz sobre a ação do Estado no sentido da cooptação de lideranças comunitárias, haja vista ser o assessor de Assuntos Comunitários, em sua origem, um líder comunitário.

Tal fato nos leva a crer que a comunicação entre as associações e prefeitura municipal é bastante precária, e que todas as necessidades básicas da população, aqui entendidas como moradia, asfalto, esgoto, iluminação, saúde, segurança, praças de esporte e lazer e outras são, em parte, atendidas, mas elas nunca se configuram como atendimento a reivindicações de categorias ou associações X ou Y, e sim na forma de concessões. O Executivo toma conhecimento da necessidade de ação em determinada área e, por isso, ele resolve conceder esse benefício à população. Tal situação propicia o livre arbítrio do Executivo no que se refere a prioridades de concessões, ou seja, executa aquilo que é prioritário, no seu ponto de vista, atendendo a parcela da população que desejar e impedindo, dessa forma, o poder de participação da comunidade.

Pensar a existência das Associações de Moradores de Bairros, nesse contexto, se torna um desafio, pois aparentemente elas existem de forma meramente fictícia: não possuem nenhum poder reivindicatório e não são capazes de motivar as pessoas a uma participação mais efetiva.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos considera a participação política um direito fundamental de todos os indivíduos. O artigo 21 diz, entre outras coisas, que todo ser humano tem direito de tomar parte no governo de seu país e que a vontade do povo será a base da autoridade do governo. Tendo como fundamentação esse artigo, o Estatuto da Cidade, através da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, em seu capítulo I, artigo II, diz que *A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes: parágrafo II, gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano*; e finalmente o Plano Diretor Urbano de Jataí, através da Lei nº 2.062 de 15 de março de 1999, em seu parágrafo IV, fundamenta que é função social da cidade *assegurar as condições gerais para o desenvolvimento da produção, do comércio e dos serviços e, particularmente para a plena realização dos direitos dos cidadãos como o direito à saúde, à educação, ao saneamento básico, ao trabalho e à moradia, ao transporte coletivo, à segurança, à informação, ao lazer e à qualidade ambiental e à participação no planejamento*. Podemos verificar outro despatúrio, pois diante de todos esses direitos resguardados aos cidadãos, ainda é possível aduzir que a tão sonhada participação, compreendida para além do ato de votar, pouco acontece dentro da realidade estudada.

Embora seja relativamente óbvia a intenção do Estado e da classe dominante, a participação popular, que pode ser viabilizada através, por exemplo, do planejamento participativo, mesmo concedido, encerra em si mesmo um potencial de desenvolvimento da consciência crítica, da capacidade de se poder tomar decisões e de adquirir poder. Esta possibilidade destaca a grande influência da estrutura social sobre a participação. O fato de a nossa sociedade estar estratificada em classes sociais superpostas e com interesses, às vezes antagônicos, nos leva a perguntar se uma estrutura como a nossa favorece a participação. Nossa certeza baseia-se no processo histórico que nos ensina isso: não há verdades eternas e absolutas nas relações entre a sociedade e o Estado, e que estas se fazem e se refazem pelo protagonismo dos seres sociais. Ensina-nos também que a busca de uma materialização da democracia com vistas à participação, regida por princípios éticos de liberdade e igualdade social, continua sendo um horizonte histórico.

Agora nos reportaremos às questões do Esporte e Lazer, que aparentemente ficaram relegados a segundo plano, fato que é legitimado por não concebermos compreender essa questão descolada da realidade à qual ela pertence. Tendo como referência nossa pesquisa de campo, conforme apontamos no capítulo três, podemos perceber que a reivindicação por eventos para o Esporte e Lazer aparece como segunda prioridade para os moradores dos bairros jataienses, perdendo apenas para asfalto e esgoto, que aparecem empatadas como primeira prioridade. Tal apontamento só vem comprovar o que, de certa forma, havíamos antecipado, ou seja, se não há ou há poucos eventos dessa natureza, parece lógico que a solicitação por eventos esportivos e de lazer apareça como uma prioridade emergente. Ou que os problemas com as demais prioridades básicas foram ou estão sendo resolvidos.

Ao estreitar nossa pesquisa na Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro, tanto através da entrevista como da análise do livro de atas e da observação participante, pudemos verificar que essa instituição promove alguns eventos na área do Esporte e do Lazer, tais como: torneios de futebol, ruas de lazer, gincanas e festivais. Entretanto tais acontecimentos não estão ligados a nenhum órgão governamental, ou seja, são realizados através de recursos e de esforços próprios.

Mas, nesse caso, existe uma situação que necessariamente precisa ser ressaltada. Segundo Freitas (1999), o surgimento dessa associação está bastante atrelado a um vereador municipal do PSDB que, embora não tenha sido seu primeiro presidente, atuou em gestões posteriores e está atualmente afastado da diretoria da associação, por força do estatuto o qual impede, em sua composição a participação de pessoas com cargos políticos. Conforme pudemos verificar, o maior número de eventos desenvolvidos e com maior abrangência, em termos de participação popular, na concepção liberal, ocorreu nos terceiro e quarto mandatos da diretoria da Associação, ou seja, nos períodos em que o atual vereador eleito como o mais votado no último pleito estava à frente da mesma. Tal fato pode nos levar a crer que esse leque populacional serviu de ‘curral eleitoral’ para a candidatura e eleição do referido vereador.

Atualmente, por força estatutária, ele se encontra afastado dos trabalhos da diretoria. Entendemos que esse é um dos motivos que levou a Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro a uma total desarticulação e desmobilização, fato que podemos perceber através dos dados e das observações. Tal característica é comum em algumas situações, ou seja, ao atingir

determinados objetivos, o grupo é facilmente desfeito, pois ele já cumpriu o papel a que se destinava originariamente.

Como pesquisadores, o que desejamos é compreender formas de ruptura com a política clientelista e de privilégios, inverter prioridades, construir novos valores e um novo jeito de conhecer e fazer esporte. Para isso, sabemos que é necessária uma construção coletiva do conhecimento, enquanto possibilidade de transformação, e a participação também nas decisões, como possibilidade de envolvimento e responsabilidade.

Para que uma política de Esporte e Lazer avance no sentido de uma maior democratização, é preciso que esse projeto esteja articulado com as demais áreas da política local, ou seja, em nossa opinião, é difícil a construção de opções de Esporte e Lazer com caráter democrático dentro de um contexto político permeado por formas autoritárias de administração pública. Dessa forma a garantia dos direitos de igualdade social é impossível. Ao contrário, legitimaram exclusões e privilégios de grupos e de interesses.

Referências Bibliográficas

- Ammann, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- Assis, Jesus Manoel. *A obra do século: documentário histórico de Jataí*. Edição Especial, Revista Metas. Jataí, dez./1991.
- Bobbio, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução por Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- Bordenave, Juan E. Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2.001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Presidência da República*. Casa Civil.
- Campos, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1987.
- Carvalho, Maria Cecília M. de (org.). *Construindo o saber: fundamentos e técnicas*. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- Castellani Filho, Lino. Notas para uma agenda do esporte brasileiro. In Coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto: *Desafios para o Século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Série Ação Parlamentar nº 146, 2001.
- Castro, Cláudio de Moura, Carnoy, Martin. *Como anda a reforma da educação na América Latina?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- Castro, Maria Helena Guimarães de. Caderno de pesquisa nº 12. *Avaliação de políticas e programas sociais*. 1989.
- Coutinho, Carlos Nelson. *Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- Dallari, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1999, Coleção Primeiros Passos.
- Demo, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Autores Associados, 1988.
- Demo, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez: autores associados, 1990.
- Figueiredo, Argelina Cheibud; Figueiredo, Marcus. *O plebiscito e as formas de governo*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- França, Basileu Toledo. *Pioneiros*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

Freitas, Selma Pereira de. *Gestão urbana e qualidade de vida: conjunto Rio Claro – etapas I, II e III um estudo de caso*. Jataí: CAJ/UFG, 1999. Monografia (Bacharel em Geografia) – Faculdade de Geografia, Campus Avançado de Jataí/Universidade Federal de Goiás, 1999.

Fundação IBGE, Sinopse preliminar do senso demográfico – malha municipal digital do Brasil, 2000.

Fundação IBGE, Brasil em números, 2001.

Gohn, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1999.

Gohn, Maria da glória. *Conselhos Gestores: e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

JATAÍ. Lei nº 1.890, de 16 de dezembro de 1.996. Revoga a Lei nº 1.780, de 15/05/95 e Institui a Nova Estrutura Administrativa do poder Executivo Municipal e dá outras providências. *Procuradoria Geral*. Prefeitura Municipal de Jataí – Goiás.

JATAÍ. Lei nº 1.935, de 26 de junho de 1997. Altera denominação de Secretaria bem como de seu respectivo cargo e símbolo constante da Lei nº 1890/96 e dá outras providências. *Procuradoria Geral*. Prefeitura Municipal de Jataí – Goiás.

JATAÍ. Lei nº 2.062, de 15 de março de 1.999. Estabelece o Plano Diretor Urbano para a área Urbana do Município de Jataí. *Procuradoria Geral*. Prefeitura Municipal de Jataí – Goiás.

JATAÍ. Lei nº 2.063, de 15 de março de 1.999. Revoga a Lei nº 1.601/93 de 15/12/93 bem como qualquer outra anterior pertinente e institui o Código de Edificações para o Município de Jataí. *Procuradoria Geral*. Prefeitura Municipal de Jataí – Goiás.

JATAÍ. Lei nº 2.065, de 15 de março de 1999. Revoga a Lei nº 1.966 e dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, disciplinando o crescimento da cidade tanto em áreas já urbanizadas como nas programadamente destinadas à utilização urbana e disciplina a criação de novos loteamentos. *Procuradoria Geral*. Prefeitura Municipal de Jataí – Goiás.

JATAÍ. Lei nº 2.202, de 06 de dezembro de 2.000. Revoga a Lei nº 1.890, de 16/12/96 e Institui a Nova Estrutura Administrativa do poder Executivo Municipal e dá outras providências. *Procuradoria Geral*. Prefeitura Municipal de Jataí – Goiás.

Leal, Cátia Regina Assis Almeida. *Organização e administração do desporto em Jataí*. Jataí: GO, 1997. Monografia (graduação em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Campus Avançado de Jataí, Universidade Federal de Goiás, 1997.

- Linhaes, Meily Assbú. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Belo Horizonte: MG, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.
- Linhaes, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In Marcellino, Nelson Carvalho (org.). *Lazer & Esporte*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- Ludke, Menga; André, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.
- Machado, Vilma de Fátima. *Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual*. Goiânia: GO, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 1996.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia Alemã: Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 1984.
- Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- Muller, Pierre; Surel, Yves. “Qu’est-ce qu’une politique publique?” In *L’analyse des politiques publiques*. Paris, France, Montchrestien, 1998.
- Pires, Luciene Lima de Assis. *O ensino secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50*. Goiânia: GO, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, 1997.
- Pont, Raul. Democracia representativa e democracia participativa. In Fischer, Nilton Bueno; Moll, Jaqueline (orgs.). *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Schmitt, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Souza, Roberto de; Robson, Cleiver. Conheça a História do JAC. *Informativo JAC*. Ano I, Edição nº 1, abril de 2001.
- Vazquez, Adolfo Sánchez. *Entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Veronez, Luiz Fernando Camargo. Políticas Públicas de Lazer: Concessão ou Direito? In: *CBCE, XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Caxambu – MG, out. 2001.

ANEXO I

Roteiro da entrevista aplicada ao Vice-prefeito Municipal/Superintendente de Esporte e Lazer

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Cargo que ocupa:
5. Como você vê o trabalho das Associações de Moradores de Bairro em Jataí:
6. Como você vê a relação do prefeito/prefeitura com essas Associações:
7. Você acha que as Associações são participativas/ buscam a satisfação de suas necessidades: Como:
8. Você acha que as Associações conseguem ser atendidas pelo poder público: de que forma:
9. O que você entende por participação popular:
10. Você acha que a população jataiense, de um modo geral, é participativa:
11. Você sabe que, a Lei nº 2.062/99 – Plano Diretor Urbano, estabelece que é função social da cidade assegurar a participação no planejamento. Você acha que isso acontece;
12. Como acontece a participação popular no planejamento da cidade:
13. Você acha positivo essa participação popular no planejamento: porque:
14. Fale sobre as diferenças existentes entre os secretários e superintendentes em relação ao grau de importância junto ao executivo municipal.

ANEXO II

Roteiro da entrevista aplicada a Procuradora Geral da Prefeitura Municipal de Jataí

1. Nome Completo:
2. Cargo que ocupa:
3. Há quanto tempo ocupa o cargo:
4. Qual a função do Cargo:
5. Qual a competência da Procuradoria Geral da Prefeitura:
6. Quem elabora as Leis:
7. Quem sanciona:
8. Como ocorre esse tramite entre a elaboração da Lei ou Projeto de Lei até o seu sancionamento:
9. Normalmente ocorre muitas sugestões de alterações nas leis que são elaboradas pela Procuradoria:
10. De acordo com levantamento feito na Procuradoria, constatamos que a Lei nº 1.890/96 de 16/12/96, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, era constituída do Gabinete do Prefeito e quinze Secretarias, que foi alterada pela LEI nº 2.202/00 de 06/12/00, para funcionar com o Gabinete do Prefeito e quatro Secretarias e oito das Secretarias anteriores foram transformadas em Superintendências. Baseado nessas alterações gostaria de saber:
 - ✓ Porque houve tais alterações?
 - ✓ Qual o sentido da palavra Secretaria?
 - ✓ Qual o sentido da palavra Superintendência?
 - ✓ Porque houve essa mudança? Seria apenas estatus ou para enxugar a máquina administrativa?
 - ✓ Tal mudança proporciona maior autonomia fiscal ou financeira?
 - ✓ Daria maior liberdade de mudar recursos de um 'lugar' para outro?
 - ✓ Proporciona maior autonomia no que se refere a processos de licitações, ou dá autonomia para gastos com quantias pré-determinadas?

ANEXO III

Roteiro da entrevista aplicada aos presidentes das Associações de Moradores de Bairros de Jataí

1. Nome da Associação:
2. Data da fundação:
3. Número de pessoas que compõem a Diretoria da Associação:
4. Duração do mandato da Diretoria:
5. Cargos Existentes:
6. Como os cargos são distribuídos dentro da diretoria?
7. Existe sede própria? () Sim () Não. Se não onde funciona?
8. Como as pessoas se filiam a associação?
9. Qual é a participação dos filiados no cotidiano da Associação?
10. Existe orçamento destinado a Associação? () Sim () Não. Se sim qual órgão?
11. Os filiados contribuem com taxas para fazerem parte da Associação: () mensal () semestral () anual. Se não como desenvolvem suas atividades que dependem de custeios financeiros?
12. A Associação tem noção/registro do número de pessoas que residem no bairro?
13. Como e quando se convoca uma reunião com seus filiados?
14. Como se mobilizam para organizar suas reivindicações?
15. Quais as principais reivindicações? (numere de 1 a 8 de acordo com a sequência de respostas): Moradia (); Asfalto (); Iluminação (); Esgoto (); Posto de Saúde (); Praça, Campo ou outros espaços destinados ao esporte/lazer (); Outros ().
16. Após eleger as prioridades, quem se responsabiliza por operacionalizá-las?
17. Que método/meios utilizam para fazer valer suas reivindicações?
18. Existe canal de interlocução entre a Associação e a Prefeitura? () Sim () Não. Através de quem?
19. Existe um vereador mais próximo à Associação ou aos moradores? Qual (is)?
20. A Associação desenvolve/promove atividades esportivas/lazer? Quais?
21. Com qual frequência?
22. Para atender a quem?

ANEXO IV

Roteiro da entrevista aplicada ao Assessor de Assuntos Comunitários da Prefeitura Municipal de Jataí.

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Cargo que ocupa:
5. Qual a função que você exerce:
6. Como foi a criação desse cargo;
7. Como você foi escolhido para ocupa-lo:
8. Você concordou com essa forma de escolha: porque:
9. Como você desempenha suas funções;
10. Qual sua relação com as Associações de Moradores de Bairros:
11. Qual sua relação com o Poder Público:
12. Você acha que representa mais os interesses de qual classe:
13. Como você encaminha as reivindicações oriundas das Associações:
14. Você acha que elas são atendidas em seus pedidos: Como:
15. Você acha que essa função/cargo é importante nas conquistas das Associações: porque:
16. Você sabe que nem todas as Associações são satisfeitos com o modo que você veio parar nesse cargo: você acha que houve arbitrariedade para essa escolha: ou ela deveria ter sido feita assim mesmo:

ANEXO V

Roteiro da entrevista aplicada ao presidente da UNAMBATAÍ – União das Associações de Moradores de Bairros de Jataí.

1. Nome:
2. Idade:
3. Qual é o seu cargo:
4. Quais funções você exerce:
5. Qual é o papel da UNAMBATAÍ:
6. Como essa instituição desenvolve seus trabalhos:
7. Você acha que os Associações de Moradores se utilizam dos benefícios que a UNAMBATAÍ oferece: porque:
8. Como você avalia a participação das Associações em conjunto com a UNAMBATAÍ:
9. Como acha que a UNAMBATAÍ realmente representa os interesses das Associações:
10. Você se sentia um representante das Associações de Moradores ou seu trabalho é feito em conjunto com a participação popular:
11. O que você acha que é representar um Conjunto de Associações de Moradores:
12. Quais são os objetivos da UNAMBATAÍ:
13. Você acha que a UNAMBATAÍ consegue atingir esses objetivos:

ANEXO VI

Roteiro da entrevista aplicada ao presidente da Associação de Moradores de Bairro do Conjunto Rio Claro no período de 2000/2001.

1. Nome:
2. Idade:
3. Grau de escolaridade:
4. Como aconteceu a sua vinda para a Associação: Quem incentivou: Porque Veio:
5. Quanto tempo trabalho a frente da diretoria da Associação:
6. Qual era seu cargo:
7. Quais funções você exercia:
8. Como era sua participação nas reuniões:
9. Como era sua participação nos eventos promovidos pela associação:
10. Você acha que os demais companheiros de sua diretoria lhe ajudava nas decisões importantes:
11. Como você avalia a participação dos demais membros da diretoria nesse período:
12. Como você avalia a participação da população do bairro, em conjunto com a diretoria, nesse período:
13. Você acha que essa diretoria conseguiu representar os reais interesses dos moradores do bairro:
14. Você se sentia um representante do bairro ou seu trabalho era feito em conjunto com a participação popular:
15. O que você acha que é representar um bairro:

ANEXO VII

Roteiro da entrevista aplicada ao presidente da Associação de Moradores de Bairro do Conjunto Rio Claro no período de 2002/2003.

1. Nome:
2. Idade:
3. Grau de escolaridade:
4. Como aconteceu a sua vinda para a Associação: Quem incentivou: Porque Veio:
5. Qual é o seu cargo:
6. Quais funções você exerce:
7. Como é a sua participação nas reuniões:
8. Como é a sua participação nos eventos promovidos pela associação:
9. Você acha que os demais companheiros de sua diretoria lhe ajudava nas decisões importantes:
10. Como você avalia a participação dos demais membros da diretoria nesse período:
11. Como você avalia a participação da população do bairro, em conjunto com a diretoria, nesse período:
12. Você acha que essa diretoria consegue representar os reais interesses dos moradores do bairro:
13. Você se sentia um representante do bairro ou seu trabalho é feito em conjunto com a participação popular:
14. Porque você e grande parte de sua chapa não compareceu as eleições nem para votar, nem par acompanhar os trabalhos no dia das eleições:
15. O que você acha que é representar um bairro:

ANEXO VIII

Roteiro da entrevista aplicada a dois membros da Associação de Moradores do Conjunto Rio Claro no período de 2000/2001.

1. Nome:
2. Idade:
3. Grau de escolaridade:
4. Como aconteceu a sua vinda para a Associação: Quem incentivou: Porque Veio:
5. Quanto tempo trabalho a frente da diretoria da Associação:
6. Qual era seu cargo:
7. Quais funções você exercia:
8. Como era sua participação nas reuniões:
9. Como era sua participação nos eventos promovidos pela associação:
10. Você sentia que participava das decisões importantes nas reuniões da Associação:
11. Será que as decisões já vinham tomadas pelo presidente e ele apenas comunicava ao demais membros da Associação:
12. Como você avalia a participação do presidente a frente da Associação nesse período:
13. Como você acha que era a participação da população do bairro na associação:
14. Será que a Associação conseguia representar os reais interesses dos moradores do bairro: